



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CAMILA STEPHANE CARDOSO SOUSA

**CRITÉRIOS PARA A DESCRIÇÃO DE TEXTOS ORAIS SOB A CONCEPÇÃO DA  
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

FORTALEZA  
2019

CAMILA STEPHANE CARDOSO SOUSA

CRITÉRIOS PARA A DESCRIÇÃO DE TEXTOS ORAIS SOB A CONCEPÇÃO DA  
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Claudete Lima.

FORTALEZA  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S696c Sousa, Camila Stephane Cardoso.  
Critérios para a descrição de textos orais sob a concepção da Linguística Sistêmico-Funcional / Camila Stephane Cardoso Sousa. – 2019.  
132 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Ana Célia Clementino Moura.  
Coorientação: Prof. Dr. Maria Claudete Lima.
1. Linguística Sistêmico-Funcional. 2. Oralidade. 3. Funções de fala. I. Título.

CDD 410

---

CAMILA STEPHANE CARDOSO SOUSA

CRITÉRIOS PARA A DESCRIÇÃO DE TEXTOS ORAIS SOB A CONCEPÇÃO DA  
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria Claudete Lima (Coorientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Orlando Vian Júnior  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

---

Prof. Dr. Wellington Vieira Mendes  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe, Maria dos Remédios Cardoso, e à minha família materna,  
em especial, à minha avó Lina, *in memoriam*.  
Ao meu pai, Antônio Roberto de Sousa.

## AGRADECIMENTOS

À professora Ana Célia Clementino Moura, minha amiga, orientadora e tantas atribuições que eu sei que não são suas obrigações nesse processo de orientação, mas que ela, por tantas vezes assumiu. Obrigada pelas incontáveis horas de conversa, pelas viagens, pelo apoio incondicional, por acreditar nas minhas aventuras teóricas quando nem eu acreditava. Mesmo fazendo uma tese inteira sobre oralidade, não sei dizer o quanto sou grata e feliz por ser sua orientanda e o quanto de admiração e afeto tenho por você.

À professora Maria Claudete Lima, minha amiga e coorientadora, a segunda mãe que a Universidade Federal do Ceará me deu. Agradeço não só pelas partilhas acadêmico-científicas, como também pelas afetivas. Também não sei expressar o tanto de carinho e admiração que tenho por você.

Ao professor Ricardo Lopes Leite, por todas as contribuições ao longo da minha formação, desde o período da graduação, passando pelo mestrado e agora no doutorado. A ele, devo meu aprofundamento em questões de Linguística geral. Agradeço por prontamente ter aceitado compor minha banca.

À professora Mônica Magalhães Cavalcante, por também ter contribuído com a minha formação desde o período da graduação, pelas disciplinas maravilhosas no âmbito da Pós-Graduação e por ter aceitado participar de minha banca, mesmo com uma agenda tão corrida.

Ao professor Orlando Vian Jr., pelo caminho que me apresentou ainda à época da qualificação e que, embora eu tenha acabado enveredando por outras estradas, devo a ele a empreitada por esta temática. Agradeço também por prontamente ter aceitado compor minha banca.

Ao professor Wellington Vieira Mendes, que gentilmente aceitou participar de minha banca e contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos meus professores a quem devo minha formação em Linguística e a quem sou muito grata, em especial, aos professores Américo Saraiva, Mônica Serafim, Pollyane Bicalho, Áurea Zavam, Júlio Araújo e Maria Elias. Embora não tenha sido minha professora, agradeço também a Maria de Jesus de Sá Correia, a quem devo parte de minha formação profissional.

Ao professor Paulo Mosânio Teixeira Duarte, *in memoriam*, a quem devo, além de minha formação, meu encantamento pela Linguística.

Ao Eduardo, à Antônia, ao George e à Érica, funcionários das secretarias do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Letras Vernáculas;

A Raquel Vieira Sobrinho, minha companheira de todas as horas, pela torcida, paciência e ajuda incondicionais em todas as etapas desse doutorado e também pela nossa vidinha partilhada – incluindo, aqui, um agradecimento ao Joaquim. Também sou grata pela revisão das traduções presentes neste trabalho. Qualquer erro que permaneça é resultado de minha desatenção.

A Isadora Machado Bezerra de Moraes, que, assim como agradei no mestrado, agradeço agora no doutorado, por me colocar no caminho das Letras. Pelos quase 20 anos de amizade em que ela continua do meu lado.

A Carlos Eduardo Coelho de Almeida, pela torcida incondicional e pela paciência em esperar a entrega deste trabalho para que possamos retomar nossas “atividades”.

A Antônio Sidney Ferreira Mesquita, por todas as discussões e por todo o companheirismo desde a graduação. Finalmente, vamos à praia.

A Emanuela Monteiro Gondim, amiga de todas as horas e companheira de doutorado, com quem dividi muitas felicidades e aflições ao longo desses últimos quatro anos e que me incentivou ao longo de toda essa pesquisa. Do lado de cá, também estou na torcida.

A Dawton Lima Valentim que, mesmo a distância, enviou sua torcida pela conclusão e sucesso deste trabalho.

A José Roberto de Souza Brito, ilustríssimo amigo e grande pesquisador, pelos poucos, mas riquíssimos encontros.

Aos amigos que a pós-graduação me trouxe, pessoas que, além do carinho incondicional que tenho por elas, admiro bastante pelas pesquisadoras que são: Isabel Muniz Lima, Ana Paula Carvalho e Lívia Pereira.

Aos amigos Deborah Soares Aragão, Lúcia de Fátima, Lorena, Artur e Hanna, pelos momentos de descontração ao longo dessa montanha-russa chamada doutorado.

Às minhas alunas e aos meus alunos, que fazem o papel de banca todos os dias, desafiando-me a ser uma profissional melhor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

À universidade pública e gratuita de qualidade, em especial, a Universidade Federal do Ceará, por ter me possibilitado uma formação tão rica.

“[Este texto] teve que ser escrito, porque a Universidade de Deakin [no meu caso, a UFC] o quis em forma de livro [tese] e não em gravação”.  
Michael A. K. Halliday (1989)



## RESUMO

Esta tese objetiva refinar os procedimentos teórico-metodológicos propostos pela Linguística Sistêmico-Funcional para descrever tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro. Para definir os critérios contextuais e linguísticos de descrição da oralidade, ancora-se na Linguística Sistêmico-Funcional, especificamente, nos estudos de gênero (HASAN, 1996; MARTIN; ROSE, 2008), de registro (POYNTON, 1984, 1990; VENTOLA, 1979; MARTIN; ROSE, 2007; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), no desenvolvimento do sistema de FUNÇÕES DE FALA (EGGINS, 1990; SLADE, 1996; EGGINS; SLADE, 2006), na descrição do sistema de MODO (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) e na descrição do estrato fonológico (HALLIDAY; GREAVES, 2008; CAGLIARI, 1981, 2007, 2012; CARVALHO; GEMENTI; CAGLIARI, 2011). Propõe que a oralidade seja classificada, no que concerne à escala de instanciação, como uma instância do sistema linguístico e como um subpotencial de tipos de textos orais, possibilitando a descrição de tipos de textos conversacionais e não conversacionais. Convoca variáveis de registro a fim de refinar uma proposta de descrição do sistema de ORALIDADE, sendo este composto pelos subsistemas PAPÉIS DE INTERACTANTES, COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL e ATIVIDADES. No nível linguístico, sugere a revisão dos critérios de descrição do sistema semântico-discursivo de funções de fala, de forma a pautar a delimitação e a atribuição de suas unidades de análise em critérios de natureza mais funcional e menos empirista. Em suma, esta tese propõe que: (i) a oralidade se defina por uma imbricação contextual complexa, de natureza ideacional, interpessoal e textual, não se restringindo somente às subvariáveis de *modo*, tais como canal e mídia; (ii) os subsistemas de ORALIDADE, mais especificamente o de PAPÉIS DE INTERACTANTES, forneçam aparato descritivo para a caracterização funcional da configuração dos papéis desempenhados pelos interactantes em um texto oral, a despeito de critérios empiristas, revelando-se mais adequados à descrição de movimentos primários e secundários no âmbito semântico-discursivo; (iii) os critérios funcionais de descrição das unidades semântico-discursivas permitam redefinir a classificação de sequências monológicas e interacionais.

**Palavras-chave:** Linguística Sistêmico-Funcional. Oralidade. Funções de fala.

## ABSTRACT

This thesis aims to present a more delicate proposal of the theoretical-methodological procedures proposed by the Systemic-Functional Linguistics to describe types of texts of oral genres in Brazilian Portuguese. In order to characterize the contextual and linguistic criteria of orality description, this research is anchored in Systemic-Functional Linguistics, specifically, in genre studies (HASAN, 1996; MARTIN; ROSE, 2008), in register studies (POYNTON, 1984, 1990; VENTOLA, 1979; MARTIN; ROSE, 2007; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), in the development of the SPEECH FUNCTION network (EGGINS, 1990; SLADE, 1996; EGGINS; SLADE, 2006), in the description of the MOOD network (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) and in the description of the phonological stratum (HALLIDAY; GREAVES, 2008; CAGLIARI, 1981, 2007, 2012; CARVALHO; GEMENTI; CLAGLIARI, 2011). This study proposes that orality can be classified, as far as the instantiation scale is concerned, as an instance of the linguistic system and as a subpotential of types of oral texts, allowing the description of types of conversational and non-conversational texts. It summons contextual variables of register in order to refine a proposal of description of the ORALITY system, such system is composed by subsystems of PARTICIPANT ROLES, of CIRCUMSTANTIAL COERCIVITY and of ACTIVITIES. At the linguistic level, this work suggests revising the criteria for describing the semantic-discursive system of SPEECH FUNCTIONS, in order to guide the delimitation and attribution of its units of analysis in criteria of a more functional and less empiricist nature. To summarize, this thesis proposes that: (i) orality is defined by a complex contextual synthesis of ideational, interpersonal and textual nature, not restricted to *mode* subvariables, such as channel and medium; (ii) the ORALITY subsystems, specially the subsystem of PARTICIPANT ROLES, provide a descriptive apparatus for the functional characterization of the roles played by the participants of an oral text and, in spite of empirical criteria, are considered more adequate to the description of primary and secondary moves in the semantic-discursive scope; (iii) the functional description criteria of the semantic-discursive units allow to redefine the classification of monological and interactive sequences.

**Keywords:** Systemic-Functional Linguistics. Orality. Speech functions.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição da rede.....	11
Figura 2 – Relação entre gênero, registro e gramática .....	45
Figura 3 - Correlação entre os eixos de organização da atividade e grau de especificidade na variável <i>campo</i> .....	47
Figura 4 - Correlação entre os eixos de <i>status</i> e solidariedade na variável <i>relações</i> .....	48
Figura 5 - Correlação entre os eixos de papel da linguagem e orientação para co-interactantes na variável <i>modo</i> .....	50
Figura 6 - Gestualidade acompanhando a palavra e o significado linguístico em contexto .....	66
Figura 7 - Sistema de ORALIDADE na escala de instanciação .....	68
Figura 8 - Sistema provisório de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL .....	73
Figura 9 - Sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL .....	74
Figura 10 - Sistema de ORALIDADE composto pelo primeiro subsistema PAPÉIS DE INTERACTANTES .....	78
Figura 11 - Sistema de ORALIDADE.....	80
Figura 12 – Sistema de ATIVIDADES .....	83
Figura 13 - Sistema de ORALIDADE.....	84
Figura 14 - Relação entre a quantidade de falantes (um interactante) e os movimentos primários do sistema de FUNÇÕES DE FALA .....	98
Figura 15 - Relação entre a quantidade de falantes (um interactante) e os movimentos primários do sistema de FUNÇÕES DE FALA .....	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura referente à realização.....	11
Quadro 2 - Sobreposição.....	11
Quadro 3 - Realização entre as ordens.....	11
Quadro 4 - Notação da rede .....	12
Quadro 5 - Noções de canal, conversação, fala e oral(idade) .....	26
Quadro 6 – Sinopse das famílias de <i>histórias</i> e <i>histórias factuais</i> .....	44
Quadro 7 - Funções de fala básicas .....	52
Quadro 8 - Funções de fala e seus modos oracionais mais típicos.....	55
Quadro 9 – Marcação de frequências fundamentais na produção de oração retirada de narrativa ficcional oral .....	59
Quadro 10 - Descrição do gênero reconto oral produzido por um interactante .....	86
Quadro 11 - Síntese do sistema de ORALIDADE em três tipos de textos orais .....	94
Quadro 12 - Classe de movimentos, papéis interacionais e participativos e tipo de pressuposição...	105
Quadro 13 – Realizações dos movimentos por modos oracionais e tons .....	111

## LISTA DE SÍMBOLOS

Utilizamos a notação sistêmica adotada por Figueredo (2011).

### 1 REALIZAÇÃO

Quadro 1 – Estrutura referente à realização

Operação	Símbolo	Operador 1	Operador 2	Exemplo
Inserção	+	Função		+ oração
Expansão	()	Função	Função	Tema (Default)
Ordem	^	Função	Função	Sujeito ^ Finito

Fonte: Figueredo (2011).

Quadro 2 - Sobreposição

Operação	Símbolo	Operador 1	Operador 2	Exemplo
Confluência	/	Função	Função	Processo/Predicador

Fonte: Figueredo (2011).

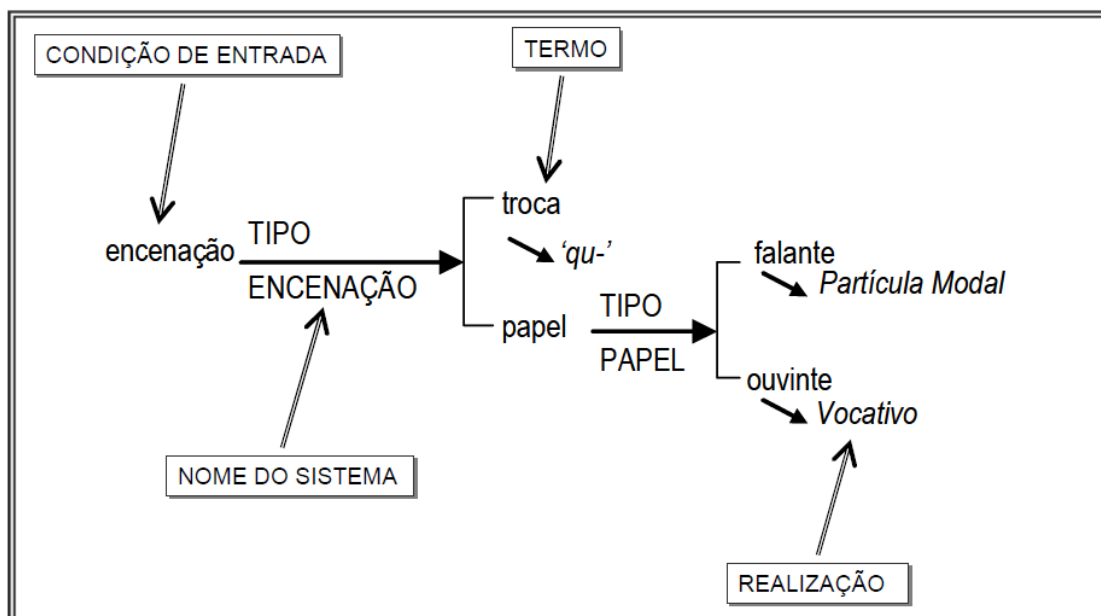
Quadro 3 - Realização entre ordens

Operação	Símbolo	Operador 1	Operador 2	Exemplo
Pré-seleção	:	Função	Elemento	Processo : grupo verbal

Fonte: Figueredo (2011).

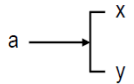
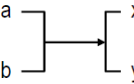
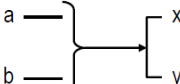
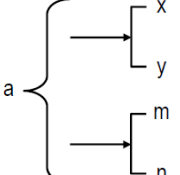
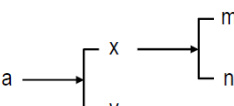
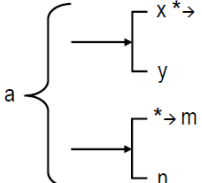
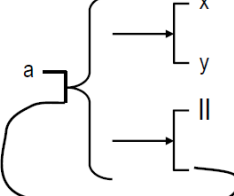
### 2 REDE DOS SISTEMAS

Figura 1 – Disposição da rede



Fonte: Figueredo (2011).

Quadro 4 – Notação da rede

	<p><b>Sistema:</b></p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y' <math>\rightarrow a : x / y</math></p>
	<p><b>Disjunção na condição de entrada:</b></p> <p>Se 'a' ou 'b', então 'x' ou 'y' <math>\rightarrow a / b : x / y</math></p>
	<p><b>Conjunção na condição de entrada:</b></p> <p>Se 'a' e 'b', então 'x' ou 'y' <math>\rightarrow a \&amp; b : x / y</math></p>
	<p><b>Sistemas simultâneos (cosseleção):</b></p> <p>Se 'a', então 'x ou y', e 'm ou n' <math>\rightarrow a : x / y \&amp; m / n</math></p>
	<p><b>Ordenação por delicadeza:</b></p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y'; se 'x', então 'm' ou 'n' <math>\rightarrow a : x / y;</math>  <math>x : m / n \rightarrow [a : x : m; a : x : n]</math></p>
	<p><b>Restrição na condição de entrada</b></p> <p>Se 'x', então também 'm' <math>\rightarrow x^* \rightarrow \&amp; \rightarrow * m</math></p>
	<p><b>Sistema iterativo (componente lógico):</b></p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y' e, simultaneamente, opção para selecionar do mesmo sistema novamente.</p>

Fonte: Figueredo (2011), com base em Matthiessen e Halliday (2009).

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2.	<b>ABORDAGENS TEÓRICAS</b> .....	22
2.1.	<b>O problema da conceituação</b> .....	23
2.2.	<b>Abordagens microinteracionais</b> .....	28
2.2.1.	<i>Abordagens da Etnometodologia e Análise da Conversação</i> .....	29
2.3.	<b>Abordagens multiestratificadas</b> .....	35
2.3.1.	<i>Análise de Discurso inglesa</i> .....	35
2.3.2.	<i>Linguística Sistêmico-Funcional</i> .....	41
2.3.2.1.	<i>Contexto de cultura</i> .....	42
2.3.2.2.	<i>Contexto de situação</i> .....	45
2.3.2.2.1.	Variável <i>campo</i> .....	46
2.3.2.2.2.	Variável <i>relações</i> .....	47
2.3.2.2.3.	Variável <i>modo</i> .....	49
2.3.2.3.	<i>Os estratos linguísticos</i> .....	51
2.3.2.3.1.	Estrato semântico-discursivo - <b>NEGOCIAÇÃO e FUNÇÕES DE FALA</b> .....	51
2.3.2.3.2.	Estrato léxico-gramatical - <b>MODO</b> .....	55
2.3.2.3.3.	Estrato grafo-fonológico .....	56
2.3.2.3.3.1.	<b>RITMO</b> .....	60
2.3.2.3.3.2.	<b>TONICIDADE e TOM</b> .....	61
3.	<b>REFINAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTEXTUAIS</b> .....	64
3.1.	<b>A ORALIDADE em contexto</b> .....	64
3.2.	<b>A ORALIDADE como sistema semiótico verbal</b> .....	69
3.2.1.	<i>A ORALIDADE segundo a variável modo</i> .....	70
3.2.2.	<i>A ORALIDADE segundo a variável relações</i> .....	75
3.2.3.	<i>A ORALIDADE segundo a variável campo</i> .....	81
3.3.	<b>Tipologia de textos orais</b> .....	85
3.3.1.	<i>Sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES</i> .....	85
3.3.2.	<i>Sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL</i> .....	91
3.3.3.	<i>Sistema de ATIVIDADES</i> .....	93
4.	<b>REFINAMENTO DOS CRITÉRIOS LINGUÍSTICOS</b> .....	95
4.1.	<b>A ORALIDADE no estrato semântico-discursivo</b> .....	95
4.1.1.	<i>PAPÉIS DE INTERACTANTES e FUNÇÕES DE FALA</i> .....	96
4.1.1.1.	<i>Relação entre os movimentos primários e os papéis de interactantes</i> ...	97
4.1.1.2.	<i>Transferência de turnos e movimentos de manutenção</i> .....	103
4.2.	<b>A ORALIDADE no estrato léxico-gramatical</b> .....	107
4.3.	<b>A ORALIDADE no estrato grafo-fonológico</b> .....	109
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
	<b>APÊNDICE A – APLICAÇÃO DE ANÁLISE DO GÊNERO</b> <b>NARRATIVA FICCIONAL</b> .....	125
	<b>APÊNDICE B – APLICAÇÃO DE ANÁLISE DO SISTEMA DE</b> <b>MODO ao GÊNERO NARRATIVA FICCIONAL</b> .....	125
	<b>ANEXO A – SISTEMA DE FUNÇÕES DE FALA</b> .....	132

## 1 INTRODUÇÃO

No dia a dia, grande parte de nosso convívio social ocorre por meio de interações orais. Seja em circunstâncias mais informais, que fazem fluir nossas conversações casuais, seja em situações mais ritualizadas e formais, como proferir uma palestra ou intervir em uma aula, a oralidade é um meio de interação de que fazemos uso desde o nascimento quando empreendemos nossas primeiras interações com aqueles que nos cercam. Tal é seu papel na sociedade que outros âmbitos, tais como o pedagógico, têm empreendido esforços para auxiliar no desenvolvimento de habilidades orais ao lado da promoção de habilidades em torno da leitura e da escrita. Com a ampliação das pesquisas de letramento no Brasil, os temas em torno da apropriação e consolidação da leitura e da escrita têm ocupado um amplo espaço, nunca esgotado, nas discussões linguísticas e pedagógicas. A oralidade, ao contrário, ainda que tenha conquistado espaço nos debates científicos a partir da consolidação de diversas abordagens, carece de refinamentos teórico-metodológicos que explicitem o que consideramos conceitualmente como oralidade e que especifiquem determinadas características dos textos orais, a exemplo das particularidades envolvidas na integração entre discursividade, textualidade e expressividade.

Dolz e Bueno (2015) ressaltam, ao lidar com gêneros orais, a dificuldade em delimitar o âmbito da oralidade com a finalidade de aplicá-lo ao ensino. A reflexão sobre esse fenômeno em outras esferas diferentes da científica, como a pedagógica, requerem do aparato teórico-metodológico determinado grau de refinamento a fim de embasar e instrumentalizar outros campos e práticas. No que concerne, especificamente, a esta tese, o baixo índice de trabalhos na área da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) acerca da oralidade que permitam um mapeamento e uma correlação entre as práticas sociais, os significados mobilizados por meio da linguagem e, em especial, os modos de expressão que realizam os significados e as práticas reflete a necessidade de se propor um viés multiestratificado que viabilize a abordagem de textos instanciadores de gêneros orais. Observamos a necessidade do refinamento desse viés para explicar a construção dos significados em práticas sociais orais, possibilitando, desse modo, uma ampliação do potencial analítico para descrever e explicar os recursos dos quais lançamos mão para materializar textos orais.

Dentre as propostas linguísticas que integram um modelo multifuncional, tomamos por base a LSF, que, a partir dos trabalhos de Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006), tem possibilitado uma descrição multiestratificada de gêneros orais em língua inglesa. A abordagem teórico-metodológica da LSF, cumpre ressaltar, tem Michael Halliday como seu



principal expoente e idealizador (cf. HALLIDAY, 1984, 1999; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Pretendemos, portanto, refinar os procedimentos teórico-metodológicos propostos pela LSF para descrever tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro. Partimos da tese de que uma abordagem teórico-metodológica multifuncional e multiestratificada fornece uma adequação explanatória mais apropriada para a descrição de tipos de textos instanciadores de gêneros orais. Sinalizamos, ao leitor, que utilizamos um exemplário para ilustrar nossa proposição de uma tipologia de textos orais ancorada na interpetração da oralidade como uma instância do sistema semiótico verbal e como potencial de tipos de textos orais. Cada exemplar, identificado ao longo do texto, não visa constituir um *corpus* de análise, uma vez que este trabalho apresenta um viés teórico.

Pretendemos responder à questão: De que modo os tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro podem ser descritos segundo o quadro teórico-metodológico da LSF? Consideramos a hipótese de que o refinamento do quadro teórico-metodológico atual da LSF permite ampliar a descrição das interações conversacionais para as interações orais de modo geral. Nosso objetivo geral busca organizar critérios contextuais e linguísticos para a descrição de textos orais dialogais e não dialogais, a fim de explicitar o processo de negociação entre os interactantes em uma dada situação comunicativa.

Com isso, colocamo-nos diante de algumas questões secundárias que nos auxiliam na discussão de nosso problema primário:

- (a) Qual o lugar teórico da oralidade na abordagem da LSF?
- (b) Quais recursos contextuais e linguísticos diferenciam textos orais conversacionais de textos orais não conversacionais?
- (c) Como ocorre a estratificação dos estratos contextuais e linguísticos no que diz respeito a seus aspectos interpessoais em tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro?

As questões específicas anteriormente elencadas nos conduzem ao objetivo de refinar os critérios teórico-metodológicos da LSF para a descrição de tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro. Constituem objetivos específicos deste trabalho, a fim de atingir tal refinamento:

- (a) Estabelecer critérios de diferenciação entre os termos oralidade, gêneros orais e modalidade oral segundo os parâmetros contextuais e linguísticos da abordagem multiestratificada da LSF;
- (b) Diferenciar textos orais conversacionais e não conversacionais de modo a permitir a elaboração de uma taxonomia mais geral de textos orais;
- (c) Descrever a estratificação dos níveis contextuais e linguísticos relativos aos significados interpessoais em textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro.

Defendemos que conversação, oralidade, gêneros orais, modalidade oral e fala<sup>1</sup> sejam tomados como entidades distintas, de modo a tornar mais claros os fenômenos com os quais o pesquisador se depara. Conforme nossa abordagem conceitual, definida a partir do aparato teórico sistemicista, o desenho metodológico e os procedimentos analíticos devem ser melhor explicitados. Propomos, portanto, que cada entidade integre o estrato contextual extralinguístico, sendo, portanto, interdependentes, e defina variáveis distintas no plano contextual, apresentando, assim, especificidades de forma que não são intercambiáveis. Essa proposição em torno dos aspectos teóricos, metodológicos e analíticos decorre da opacidade em se lidar com o fenômeno da oralidade na Linguística, ainda que tantos avanços tenham sido feitos.

Do ponto de vista teórico, Ferreira (2014) já sinaliza que, em alguns trabalhos, o uso dos termos oralidade, modalidade oral e gêneros orais é feito de modo indiscriminado, o que nos coloca diante da equiparação entre noções como práticas sociais, meio físico e gêneros textuais. Isso também se revela na multiplicidade de “casamentos teóricos” que o pesquisador precisa empreender para cercar conceitualmente esses termos e os fenômenos que compreendem.

Do ponto de vista metodológico, a proposição de métodos analíticos viáveis esbarra na própria pluralidade de vieses teóricos. Assim, o pesquisador precisa utilizar diferentes estratégias para dar coerência à integração entre perspectivas interpretativas, descritivas, experimentais, etnometodológicas etc.

Do ponto de vista analítico, a integração entre níveis tão distintos, como gêneros textuais e aspectos prosódicos, muitas vezes não se mostra evidente, refletindo um modelo

---

<sup>1</sup> O termo “conversação” parece destoar dos demais na sequência apresentada. Optamos por mantê-lo ao lado dos termos “oralidade”, “gêneros orais”, “modalidade oral” e “fala” em virtude da constante referência à conversação para descrever aspectos microlinguísticos em textos orais.

estruturado fechado em níveis de análise específicos. É preciso, então, a partir das bases teórico-metodológicas diversificadas, buscar instrumentos analíticos que municiem o pesquisador a captar a complexidade desse fenômeno.

Do ponto de vista prático, remetemo-nos novamente a Ferreira (2014) que, ao propor a abordagem da oralidade como objeto de ensino, integra diferentes abordagens teórico-metodológicas a fim de traçar seu modelo como forma de contribuir com a comunidade científica e educacional. Para isso, mobiliza uma intrincada conversa teórica entre diferentes perspectivas, postura essa “decorrente da não concretização de uma base teórica que possa dar conta de todas as nuances que envolvem tal temática” (FERREIRA, 2014, p. 19).

Os trabalhos que ora se ocupam de questões sobre a oralidade são voltados, em especial, para configurações macrolinguísticas, como a explicitação do papel sociocomunicativo de gêneros orais, suas funções sociocognitivas e/ou seus modelos composicionais<sup>2</sup>. Falta, entretanto, relacionar essas configurações aos modos de expressão que marcam singularmente os gêneros orais: suas realizações fonológicas, uma vez que significados distintos, em práticas sociais diferentes, mobilizam tipos de expressividade específicos.

As pesquisas que buscam explicitar os aspectos microlinguísticos se detêm nos elementos microinteracionais, usualmente, relacionados à conversação. São foco de interesse, nesse caso, a organização dos turnos conversacionais, os pares adjacentes, a progressão tópica, os marcadores conversacionais<sup>3</sup> e, no tocante aos valores expressivos, os contornos entoacionais, as pausas, os prolongamentos e os truncamentos.

De um lado, portanto, encontramos diversas abordagens interessadas em apresentar modelos descritivos, explicativos e interpretativos da oralidade via gêneros textuais, tais como a Sociorretórica, Escola de Genebra e outras; de outro lado, vimos surgir possibilidades de explicação para a oralidade via Análise da Conversação, de modo a demonstrar como a conversação casual pode ser estruturada configurando nossos ritos interacionais.

Para viabilizar um modelo descritivo que considere ambos os aspectos, macro e microlinguísticos, tomamos por base a proposta da LSF, relacionando as abordagens de gênero da Escola de Sydney, o desenvolvimento dos níveis semântico-discursivos propostos por Martin (1992) e sintetizados em Martin e Rose (2007) e o desenvolvimento dos estudos sobre a conversação casual de Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006), que avançaram nas proposições de relacionar os aspectos macro e microlinguísticos. No entanto, pelo próprio

---

<sup>2</sup> Cf. Marcuschi (2000, 2001a, 2001b, 2008) acerca do desenvolvimento dessas temáticas dentro do escopo da perspectiva textual-interativa.

<sup>3</sup> Cf. Preti (1999) acerca do desenvolvimento dessas temáticas na área de Análise da Conversação.

desenvolvimento do corpo teórico-metodológico da LSF ao longo dos últimos 20 anos, as propostas das autoras sistematizam parcialmente a estratificação, a instanciação e a realização dos níveis linguístico e extralinguístico.

A abordagem da oralidade na LSF acompanha os trabalhos de Halliday e Hasan na proposição de uma descrição do sistema da língua inglesa. Tanto a modalidade escrita da língua como a oral têm sido objeto de investigação no modelo sistêmico, ainda que o foco de observação tenha sido, em grande parte, em torno de aspectos léxico-gramaticais, como parece ser o quadro de investigação dentro da LSF no Brasil atualmente. É somente com os trabalhos de Martin e, em especial, os de Eggins e Slade que os aspectos interacionais dos textos orais, mais especificamente os textos conversacionais, passam a ser tomados a partir de aspectos mais amplos do que o âmbito da oração.

No contexto internacional, portanto, as pesquisas sistemicistas têm se debruçado sobre aspectos microinteracionais, herança das pesquisas em Análise da Conversação, como veremos no capítulo 2, reinterpretados e desenvolvidos à luz do aparato analítico da LSF. Integradas a esses aspectos, as questões macrointeracionais ganham relevância no intuito de demonstrar como a prática social apresenta implicações nas escolhas conversacionais do falante.

Na tentativa de propor um quadro analítico e descritivo que integrasse variáveis contextuais e unidades linguísticas em todos os estratos, a LSF voltou-se especificamente para a conversação, compreendendo unidades contextuais, semânticas, léxico-gramaticais e expressivas, sob o argumento de que a conversação dá base para a descrição de uma diversidade de práticas sociais, implicadas nos mais diversos gêneros conversacionais cotidianos. Mais especificamente, como ressaltam Eggins e Slade (2006), a natureza e a função da conversação têm intrigado antropólogos, filósofos, sociólogos e linguistas em razão de sua espontaneidade, informalidade e complexidade.

As autoras, em suas teses de doutoramento, defendem que a descrição do funcionamento da conversação casual lança luz sobre as descrições do sistema da língua inglesa. A respeito desse argumento, é importante que tracemos um paralelo com o contexto brasileiro de pesquisas no quadro da LSF. As pesquisas em língua portuguesa que buscaram descrever gêneros orais sob a abordagem sistemicista se ativeram às escolhas léxico-gramaticais e/ou às configurações de gênero (cf. BARBOSA, 2009; SOARES, 2014; PARISE, 2015; SILVA, 2017), ainda que tenham seguido os modelos de Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006). Em um modelo estratificado como o da LSF, é importante considerar uma rede multiestratificada e integrada, compreendendo os níveis contextuais e linguísticos.

Essa decisão implica analisar de que modo os potenciais de significado no contexto de cultura relacionam-se com as variáveis do contexto de registro e como essas relações manifestam-se no sistema linguístico, selecionando possíveis significados no nível do discurso, suas realizações léxico-gramaticais e, finalmente, suas manifestações expressivas que, na oralidade, envolvem o sistema fonológico.

Ao se debruçarem sobretudo sobre as particularidades de gênero e/ou léxico-gramaticais dos textos orais, os trabalhos em LSF, no contexto brasileiro, abrem diversas lacunas no sentido de explicitar como esses textos permitem definir em língua portuguesa, contextos culturais e situacionais, significados semântico-discursivos mobilizados e recursos expressivos utilizados para materializar os modos de significação. Esse último sistema, relativo ao estrato grafo-fonológico, tem figurado em poucas pesquisas da área, usualmente, estando relacionado à escrita, o que confere ao estrato fonológico, em especial, pouco aprofundamento. Pretendemos trilhar um modelo descendente, a exemplo da pesquisa empreendida por Slade (1996), ampliando o escopo descritivo de tipos de textos conversacionais para tipos de textos instanciadores de gêneros orais, e propondo que essa tipologia seja constituída por meio de um complexo de variáveis contextuais, implicando a macroestrutura de gênero dos textos orais e sua instanciação em situações específicas, o que mobiliza potenciais microestruturas em cada um dos estratos linguísticos, incluindo o estrato fonológico.

Ao considerarmos também o refinamento de critérios para um modelo de descrição sistêmico-funcional de *textos orais*, estamos diante do trabalho de avaliar se os atuais desenvolvimentos dentro da área podem ser aplicados à diversidade de interações nas quais nos inserimos cotidianamente. Nesse sentido, não nos atemos especificamente à conversação casual como gênero ou mesmo aos gêneros que podem ser manifestados ao longo da conversação casual. Acreditamos que, da mesma forma que recursos expressivos distintos são mobilizados para alcançar significados distintos na conversação casual, também essa relação entre gênero, registro e gramática é estabelecida em gêneros orais que não respondam aos mesmos critérios de *espontaneidade, informalidade e complexidade*.

Os critérios que ora têm sido esboçados se aplicam essencialmente à conversação casual e outros possíveis gêneros que figuram como *chunks dentro* da conversação casual<sup>4</sup>. Com os avanços nos estudos de gênero da Escola de Sydney, acreditamos que é possível

---

<sup>4</sup> Slade (1996, p. 153) define *chunks* como “aqueles aspectos da conversação que possuem uma estrutura global ou macroestrutura, em que a estrutura para além da troca é mais previsível”. Tradução nossa do original: “[...] those aspects of conversation which have a global or macro-structure, where the structure beyond the exchange is more predictable” (SLADE, 1996, p. 153).

repensar os critérios de descrição para estendê-los a tipos de textos orais que encontramos nas mais diversas situações sociais. Defendemos a necessidade dessa ampliação tendo em vista que, embora a conversação casual cumpra um papel bastante importante e possivelmente até majoritário, se considerarmos a frequência de uso frente a outros gêneros, nossas interações não se restringem a ela. Ao contrário, dependemos também da interação em situações menos espontâneas e mais formais no convívio social.

Assim, ao nos determos em textos orais, propomos que os critérios de descrição na LSF não sejam aplicáveis somente a uma análise conversacional, mas que, tomando por base uma abordagem de gêneros sistemicista, os critérios de análise de textos orais podem funcionar como um desenho analítico de contextos culturais diversificados.

Com o propósito de propor que o modelo de descrição proposto por Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006) abranja uma diversidade de gêneros orais mais ampla do que a conversação casual, discutiremos os critérios apresentados pelas autoras a fim de ampliá-los, de modo a correlacionar as variáveis de registro aos sistemas semântico-discursivos, às categorias léxico-gramaticais e aos recursos expressivos. Propomos que aquilo que as autoras apresentam para a descrição da conversação casual, em virtude de suas configurações dialogais e tipologicamente estruturadas em significados interpessoais é resultado de uma realização sintagmática advinda de um potencial de significados mais amplo, o que permitiria englobar uma rede genérica maior, se pudermos mapear outros potenciais de significados.

No quadro da LSF, a questão que nos mobiliza implica considerar possibilidades no âmbito do contexto extralinguístico. Podemos demonstrar como variáveis do nível do contexto cultural e situacional implicam escolhas no sistema léxico-gramatical. Em outras palavras, a discussão em torno dos tipos de textos instanciadores de gêneros orais encontra nesta proposta um caminho teórico-metodológico para sua execução. Ao pontuarmos questões sobre o potencial de expressividade da língua, tentamos relacioná-lo à investigação das práticas sociais de seus potenciais linguísticos a serem alcançados pelas escolhas via escrita, oralidade, gestualidade etc.

Após esta introdução, situamos, no segundo capítulo, o problema terminológico em torno da oralidade e apresentamos a discussão acerca do sistema de FUNÇÕES DE FALA<sup>5</sup>, com vistas a explicitar a natureza interacional da conversação casual, delimitando as unidades semântico-discursivas em áreas como a Etnometodologia, a Análise da Conversação e a Análise de Discurso inglesa até chegar ao aparato teórico-metodológico da LSF. Em sequência, no terceiro capítulo, buscamos situar a oralidade como um sistema semiótico verbal que instancia

---

<sup>5</sup> Utilizaremos a tradução presente em Fuzer e Cabral (2014).

de modo mais concreto o sistema linguístico e centraliza de modo mais abstrato as instâncias de tipos de textos orais. Para isso, propomos a explicitação de um sistema pautado em variáveis contextuais de campo, relações e modo, e não apenas em subvariáveis de modo, como canal e modalidade. O quarto capítulo apresenta a reformulação de critérios interpessoais para a descrição do sistema de base interpessoal de funções de fala a partir da proposição do sistema de papéis de interactantes formulado no nível contextual a fim de propor uma possibilidade de descrição pautada em critérios mais funcionais e menos empiristas dos valores semântico-discursivos. Com base nessa reformulação, busca-se reinterpretar as sequências monologais e interacionais segundo os critérios funcionais de gerenciamento de papéis de interactantes desempenhados no sistema de FUNÇÕES DE FALA. Explicitamos ainda os critérios léxico-gramaticais e fonológicos na identificação de unidades semântico-discursivas de modo a guiar o trabalho do analista na descrição de tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro. Em nosso último capítulo, sintetizamos os resultados encontrados a partir deste trabalho, bem como sugerimos o desenvolvimento de pesquisas futuras a partir do quadro aqui esboçado.

## 2 ABORDAGENS TEÓRICAS

Neste capítulo, demonstraremos que o problema da conceituação da oralidade persiste nas discussões linguísticas atuais. Iniciaremos, portanto, apresentando algumas concepções de conversação, oralidade, gêneros orais, modalidade oral e fala presentes em dicionários técnicos e gramáticas a fim de demonstrar que a variedade conceitual nessas obras de consulta é reflexo da sobreposição de conceitos que julgamos não serem intercambiáveis. Em razão disso, justifica-se o retorno ao tema da oralidade, em torno do qual defendemos nossa tese de que uma abordagem teórico-metodológica multifuncional e multiestratificada fornece uma adequação explanatória mais apropriada para a delimitação conceitual de nosso objeto teórico, a oralidade.

Após discutirmos essa variedade conceitual, apresentaremos as principais abordagens que amparam a proposta da LSF, de modo a explicitarmos uma visão sobre a composição do modelo operacional utilizado em nossa teoria de base. Incluiremos um panorama das pesquisas que se ocuparam em descrever e explicar as interações orais e centraremos nas perspectivas: (1) da Etnometodologia e da Análise da Conversação (EAC), em especial, na discussão sobre a máquina de tomada de turno, a organização tópica e os pares adjacentes; (2) da Análise de Discurso inglesa, a partir da configuração de seu modelo discursivo e de sua teoria da estrutura de troca; e (3) da LSF, buscando pontuar os principais aspectos que nos auxiliarão nos capítulos 3 e 4 a desenvolver, respectivamente, os estratos extralinguístico e linguístico, de modo a refinar a integração entre os aspectos macro e microinteracionais da oralidade, de modo geral, e não apenas da conversação. O debruçamento sobre os conceitos da EAC e sobre o modelo discursivo da Análise de Discurso inglesa são necessários, pois é a partir de seus desenvolvimentos que o atual modelo da LSF se pauta, principalmente na configuração do sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DE FALA (EGGINS, 1990; SLADE, 1996; EGGINS; SLADE, 2006; MARTIN; ROSE, 2007).

Ressaltamos que nosso propósito não consiste em um levantamento histórico das áreas, mas na reinterpretação das categorias e unidades de análise a partir da evolução dos modelos teórico-metodológicos na proposição de um modelo taxonômico e na relação entre as categorias. Seguimos os critérios propostos por Eggins (1990) para a discussão das abordagens da EAC e da Análise de Discurso inglesa, a saber: (i) a identificação e a classificação de unidades de análise, (ii) a composição de uma taxonomia, (iii) a relação entre as categorias, (iv) a interpretação de sequências monológicas e (v) a integração das unidades em sequências.



## 2.1. O problema da conceituação

Ao nos debruçarmos sobre os critérios para a descrição de textos orais em português brasileiro segundo o quadro teórico-metodológico da LSF, reconhecemos não somente a dificuldade em compreender o que se concebe por textos orais e outros termos correlatos, como conversação, oralidade, gêneros orais, modalidade oral e fala dentro da perspectiva sistemicista, mas também em obras de consulta, de modo geral. Outra dificuldade que nos aparece é a de compreender a relação entre tais conceitos e a conversação, uma vez que a investigação de diversos textos orais adota, de modo geral, duas posturas: (1) a de que os textos orais devem ser interpretados a partir da interação conversacional a fim de investigar seus aspectos microinteracionais, quase exclusivamente; ou (2) a de que os textos orais devem ser interpretados como gêneros textuais, enfatizando os aspectos macrointeracionais.

De modo geral, as obras de consulta abordam a questão da oralidade e dos termos correlatos relacionando-os à escrita, de modo a comporem um par de oposições. É o que se observa nas definições de *diamésico* e *fala* (BAGNO, 2017) e *escrito/oral* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016). A ideia de dicotomia clássica é apresentada por Bagno (2017) no verbete *fala*, em que o autor retoma a oposição entre escrita e fala, dicotomia essa advinda dos gregos para sinalizar a diferença entre a literatura clássica escrita, à qual se atribuem as características “regrada, coesa e coerente” (BAGNO, 2017, p. 129), e a fala cotidiana, cujas características seriam “caótica, anárquica e, portanto, fonte de todo erro” (BAGNO, 2017, p. 129, grifos do original). O autor refere-se ao par como modalidades, sendo a fala definida como a modalidade falada da língua. Ao se referir às variações diamésicas, atribui à noção de fala a definição de “*meio semiótico* de comunicação empregado [no uso da língua], principalmente a **fala** e a **escrita**” (BAGNO, 2017, p. 88, grifos do original). Paralelamente à definição de *fala* como uma modalidade ou um meio semiótico, Bagno (2017, p. 326) define *oralidade* como um “termo [...] empregado para fazer referência a tradições culturais que empregam principalmente ou exclusivamente a comunicação oral”. Essa definição nos impõe algumas dificuldades, visto que a oralidade está presente em todas as tradições culturais e, em muitas delas, essa presença não exclui a manifestação de outros tipos de comunicação, como a escrita, a visual, a gestofacial, dentre outras. Afirmar, portanto, que a oralidade é definida pelo seu uso primordial ou exclusivo traz complicações contextuais difíceis de serem resolvidas. Outro ponto a ser destacado é o de que afirmar o uso de uma comunicação oral não explicita o papel do qualificador *oral* nessa definição. Devemos considerar como comunicação oral toda realização linguística articulada pelo aparelho fonador e, nesse caso, trata-se de uma

preocupação com o meio/modo de realização e equipara-se à definição de fala? Ou trata-se de comunicações empreendidas especificamente por tradições culturais orais e, nesse sentido, a definição é tautológica? Com base nos dois verbetes, *fala* e *oralidade*, depreendemos a correlação de que o primeiro termo corresponde ao meio/modo semiótico de comunicação, diferenciando-se, portanto, de outros meios, como a escrita, e o segundo, de caráter mais amplo, a uma tradição cultural.

A equiparação entre *oralidade* e *fala* é observada mais diretamente na definição de *oral* presente em Dubois et. al. (2014, p. 414, grifos do original), para os quais “A *língua oral* (1) é sinônimo de *língua falada*”. Se efetivamente tomarmos *fala* e *oralidade* como termos sinônimos, seremos levados a assumir que *oralidade* pode ser definida como um modo/meio/modalidade semiótico(a) de uso da língua. Essa caracterização mapeia diferenças de canal e meio, mas não parece alcançar implicações contextuais existentes em interações orais.

Charaudeau e Maingueneau (2016) reconhecem a pluralidade de abordagens ao tratar dos termos *escrito/oral* e explicitam suas definições, tomando os termos como oposições em eixos distintos. Esses termos são definidos pelos autores como enunciados, polos e ordens sociocognitivas. Enquanto enunciados, o oral é definido segundo seu canal de manifestação - canal oral - e sua dependência contextual; enquanto polos, os autores distinguem produções de enunciados estabilizados provenientes de gêneros ritualizados e produções espontâneas do dia a dia, havendo assim enunciados orais e escritos que se enquadram tanto em um quanto no outro polo; já enquanto ordens sociocognitivas, oral e escrito corresponderiam a duas formas de pensamento distintas, o que resultou em concepções (cf. GOODY, 1979) de que sociedades letradas instituíram um novo modelo de racionalidade, valorado como mais desenvolvido do que sociedades ágrafas. Na definição de Charaudeau e Maingueneau (2016), é possível perceber diversas concepções além daquelas relacionadas ao meio ou canal. Concebe-se, portanto, o uso de *oralidade* para se referir ao canal de comunicação, a contextos ritualizados ou espontâneos e a modelos de pensamento.

Cumpramos ressaltar que, em suas definições de *diamésico* e *oral*, Bagno (2017) e Charaudeau e Maingueneau (2016), respectivamente, salientam a necessidade de abordar a fala/oralidade a partir de gêneros textuais, a fim de não tomar fala/oralidade e escrita como fenômenos distintos e inconciliáveis, mas como continuidades submetidas às configurações do gênero.

Na gramática de Castilho (2012), aparecem referências aos termos *conversação*, *língua falada* e *variação de canal*. O termo *conversação* é apresentado pelo autor para se referir

a uma atividade de caráter mais abrangente na medida em que permite incorporar outras práticas discursivas: “A conversação é uma atividade linguística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independente de seu nível sociocultural” (CASTILHO, 2012, p. 225). A concepção adotada por Castilho (2012) se aproxima da concepção genérica adotada no dicionário de Charaudeau e Maingueneau (2016), que emprega o termo no sentido de troca verbal, englobando tanto ações mais cotidianas quanto práticas mais institucionais. A definição presente em Bagno (2017) também acompanha esse caráter mais geral da *conversação*, compreendida como “qualquer interação falada, não somente às trocas verbais relativamente informais” (BAGNO, 2017, p. 67). Ainda que Castilho (2012) não afirme de modo explícito que o termo *conversação* está sendo tomado em sua concepção mais abrangente, a afirmação de que ela compõe atividades cotidianas, sem distinção de fatores socioculturais, permite-nos interpretá-la sob o viés mais genérico. Uma diferença, no entanto, nos é perceptível entre as definições apresentadas para o termo *conversação*: ao passo que Castilho (2012) e Maingueneau e Charaudeau (2016) afirmam ser a conversação uma atividade linguística ou uma interação verbal, sem qualquer referência à oralidade ou à modalidade oral/falada da língua, Bagno (2017) circunscreve o termo *conversação* às interações faladas, concebendo o *faladas* como uma restrição da modalidade linguística (em oposição à escrita). As definições de Castilho (2012) e Charaudeau e Maingueneau (2016), portanto, englobariam determinadas práticas trazidas pelos avanços tecnológicos, como o caso das conversas de *WhatsApp* como um exemplo de conversação, já que integra o quadro de atividades linguísticas gerais, ainda que sejam necessários outros critérios para sua caracterização.

A definição de Castilho (2012) compreende ainda fatores ligados ao que Charaudeau e Maingueneau (2016) chamam de funcionamento interno das trocas. Ao especificar que “numa conversação dois ou mais participantes se alternam discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária” (CASTILHO, 2012, p. 225), o autor sugere critérios advindos da EAC para explicar como uma conversação ocorre. O foco na atuação dos participantes e o modo como gerenciam o tópico são dois fatores caros ao modelo de análise etnometodológico. Charaudeau e Maingueneau (2016) pontuam não apenas a existência dos participantes como mencionam que a natureza da participação é não hierárquica e imediatista.

Castilho (2012) apresenta não uma definição para *língua falada*, mas uma caracterização a partir de três aspectos: (1) caráter dialógico, orientado pela presença (conversação face-a-face) ou ausência (conversação telefônica) na situação comunicativa; (2) concomitância entre as etapas de planejamento, execução e revisão/reelaboração no ato de

produção<sup>6</sup>; e (3) sintaxe colaborativa, resultado das participações dos interlocutores e do caráter de coconstrução textual. É também o caráter dialógico que define a noção de *variação de canal* em sua proposta, distinguindo língua falada e língua escrita, em que aquela se caracteriza pela presença dos participantes e esta por sua ausência na mesma situação comunicativa no momento de sua produção, embora o papel do interlocutor sempre seja pressuposto (CASTILHO, 2012).

Enquanto Castilho (2012) realça as oposições entre língua falada e escrita por meio das características mencionadas, Bagno (2012) destaca as similaridades entre as duas, postura que também tem sido adotada na perspectiva textual-interativa (cf. MARCUSCHI, 2001a, 2001b, 2008), diferenciado-as apenas por suas condições de produção. Bagno (2012, p. 348, grifos do autor) afirma que “escrever, hoje em dia, é quase o mesmo que falar. É quase possível dizer que, tanto quanto na fala, existe uma **prosódia** no texto escrito que se pode produzir graças às ferramentas da era digital”. A caracterização nos traz algumas dificuldades em aplicar à análise de alguns gêneros, a exemplo dos *chats* e das videoaulas, no sentido de que suas etapas de produção e revisão não são suficientes para explicitar sua natureza. O próprio autor aponta as dificuldades em diferenciar *fala* e *escrita*, ressaltando a existência de gêneros híbridos (BAGNO, 2012, p. 348).

Essas obras de consulta nos colocam diante de uma pluralidade de concepções. Temos, portanto, as seguintes definições para cada termo:

Quadro 5 - Noções de canal, conversação, fala e oral(idade)<sup>7</sup>

	Castilho (2012)	Bagno (2012)	Dubois et. al. (2014)	Charaudeau e Maingueneau (2016)	Bagno (2017)
Canal (ou variação de canal; variação diamésica)	Especifica a língua falada e a língua escrita; define-se em razão da presença/ausência de participantes; implica dialogismo.		Meio de transmissão de um código; suporte físico.	Meio de transmissão de um código; suporte; especifica os meios orais e escritos.	Meio semiótico, fala e escrita; considera a concepção de hibridização a partir das noções de gêneros textuais/discursivos.

<sup>6</sup> Castilho (2012) ressaltava apenas a integração entre as fases de planejamento, que ele chama de pré-verbal, e de execução. Já Bagno (2017) realça as fases de produção e revisão nas condições de produção da fala. Optamos por integrar as três para fazer essa primeira caracterização da língua falada, ainda sem uma agenda teórica.

<sup>7</sup> As lacunas representam termos cujas definições não foram encontradas nas obras consultadas.

Conversaço	Atividade linguística básica; alternância entre dois ou mais participantes; tópicos sobre atividades cotidianas.			Genérica: qualquer tipo de troca verbal. Estrita: tipo particular de interação; gênero prototípico de uso linguístico; baixa coercitividade quanto a lugar, tempo e número de participantes em sua realização; igualdade entre os participantes (neutralização das relações hierárquicas ou funcionais); ausência de objetivos.	Qualquer interação falada, implica suas propriedades formais, sociais, culturais e estilísticas.
Fala (língua falada)	Diálogo em presença/ausência do interlocutor; concomitância das etapas linguísticas de planejamento e produção; sintaxe colaborativa.	Semelhança com a língua escrita; caracterizada pela concomitância entre as etapas de produção e revisão linguísticas.			Oposição à escrita.
Oral (ou oralidade)			Sinônimo de língua falada; associação à leitura oralizada.	Oposição à escrita; critério de diferenciação de <i>corpora</i> ; enunciados produzidos pelo canal oral; enunciados dependentes do contexto não verbal; polo de produção verbal de caráter ritualizado ou espontâneo; tradições culturais segundo características sociocognitivas específicas.	Tradições culturais cujo uso se pauta prioritária ou exclusivamente na comunicação oral.

Fonte: síntese nossa.

Cumpramos ressaltar que a menção aos termos oralidade, conversação, língua falada e variação de canal muitas vezes (CASTILHO, 2012; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016; BAGNO, 2012, 2017) refletem em suas definições e caracterizações as concepções da chamada Etnometodologia e Análise da Conversação. Na próxima seção, debruçar-nos-emos sobre essas perspectivas para discutir os aspectos microinteracionais e como esse modelo foi reinterpretado na LSF.

## 2.2. Abordagens microinteracionais

O aprofundamento de questões ligadas à oralidade está muitas vezes relacionado diretamente aos desdobramentos da EAC, visto o interesse dos pesquisadores da área em explicitar antropológica e socialmente como nos engajamos em conversas e constituímos interações diárias. Interpretar a conversação *lato sensu* implica considerar nossos modos de interação cotidianos pelo que Marcuschi (2000, p. 15) conceitua como “uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum”. Para definir a conversação em termos de interação, o autor considera, em especial, a distinção de Goffman (2005[1967]) entre interações centradas e não centradas, sendo condição *sine qua non* a noção de interação centrada para definir a conversação. Isso implica que, do ponto de vista sociointeracional, nossas interações compreendem participações ativas marcadas pelo engajamento dos participantes, constituindo a conversação *lato sensu*, e participações passivas, marcadas pela ausência de engajamento.

Reexaminar a proposta de Goffman (2005[1967]) nos conduz a compreender outras interações orais à luz das práticas interacionais cotidianas, uma vez que nem todo gênero oral configura uma conversação, a exemplo do monólogo, do sermão e da conferência, citados por Marcuschi (2000), o que os incluiria no conjunto de interações não centradas. No entanto, é preciso considerar dois pontos no desenvolvimento do conceito de participação e suas subclassificações entre ativa e passiva: (a) como definir, em termos discursivos e linguísticos, essa participação; e (b) como interpretar esse conceito de interação sob a perspectiva da LSF, uma vez que os sistemicistas que estudam esse aspecto têm proposto esse diálogo com a EAC para reinterpretar suas unidades de análise a partir do modelo estratificado de Eggins e Slade.

Para responder ao primeiro ponto, consideremos o requisito básico da conversação. Segundo Goffman (2005[1967], p. 134), “o envolvimento espontâneo dos participantes em um

foco de atenção oficial deve ser suscitado e mantido”<sup>8</sup>. O envolvimento dos falantes, na perspectiva etnometodológica, consiste nos mecanismos que operam a máquina da conversação, provendo-a de elementos que a mantenham em curso. A participação dos falantes opera o mecanismo de tomada, retomada e troca de turnos na conversação, o que permite uma espécie de concatenação conversacional. Nesse sentido, a configuração do maquinário de tomada de turno e de pares adjacentes permite, para esse modelo, definir o envolvimento dos participantes na conversa. Quanto ao foco oficial de atenção, os etnometodologistas operam com o conceito de gerenciamento do tópico, que orienta, se não o foco de atenção geral em uma situação social - para o qual seria necessário mobilizar categorias perceptuais -, o foco informacional de uma interação.

Logo, a estrutura conversacional é definida pelos mecanismos de continuidade interacional, que regulam, para retomar a definição de Goffman (2005[1967]), o espontâneo envolvimento dos participantes, e de continuidade experiencial, que regulam o foco oficial de atenção. Uma vez que esses conceitos - tomada de turno, pares adjacentes e gerenciamento de tópicos - são relevantes para o desenvolvimento da abordagem sistêmico-funcional, retomá-los-emos nas próximas subseções a fim de interpretar suas funções.

No que concerne ao segundo ponto, se interpretarmos esse quadro à luz da LSF, de modo mais específico, por meio da metafunção interpessoal, lidaremos com a lacuna das interações não centradas, uma vez que, ao tomarmos a interação do ponto de vista interpessoal, consideramos que há a troca interpessoal, consistindo em dar e receber informações e/ou bens-e-serviços. No entanto, não há correspondência nesse sistema para eventos em que não há troca, mas ainda assim há interação, caso que caracteriza as interações não centradas. Na próxima subseção, retornaremos à interpretação sistêmico-funcional dos conceitos de continuidade interacional e experiencial e às lacunas da proposta etnometodológica discutidas, em especial, pelos trabalhos de Eggins (1990) e de Slade (1996).

### ***2.2.1 Abordagens da Etnometodologia e Análise da Conversação***

A definição de Goffman (2005[1967]), apresentada na seção anterior, nos coloca frente ao fenômeno da interação social. Eggins (1990) sinaliza que as interações podem compreender objetivos pragmáticos e não pragmáticos no sentido de que, ao interagirem, as pessoas podem ou não buscar alcançar objetivos definidos. As interações genéricas

---

<sup>8</sup> Tradução nossa do original: “The spontaneous involvement of the participants in an official focus of attention must be called forth and sustained” (GOFFMAN, 2005[1967], p. 134).

correspondem àquelas que apresentam objetivos definidos a serem alcançados. Eggins (1990) apresenta duas características estruturais para esse tipo de interação: (i) organiza-se em estágios previsíveis, que mapeiam o percurso para se alcançar um propósito comunicativo; (ii) define-se por sua finitude, visto que, alcançado o objetivo, a interação tende a cessar. A noção de interação genérica, presente em Eggins (1990) equivale, desse modo, a interações realizadas por gêneros textuais.

A essas interações, defende a autora, contrapõem-se as interações conversacionais, cujos objetivos são não pragmáticos e cuja estrutura não é regulada com base nos mesmos estágios das interações realizadas via gênero textual. Essa definição negativa aponta para a natureza fluida - em oposição à discretização - e inacabada - em oposição à finitude.

O processo de manutenção da conversa, ou seja, a manutenção de seu andamento, uma das principais preocupações da EAC, é descrita em termos de sua continuidade conversacional, decorrente, segundo Eggins (1990), de dois aspectos: (1) continuidade interacional, o que supõe a conversação como interação e implica pensar a organização dos turnos em uma conversa, de modo a mapear o comportamento dos interactantes; (2) continuidade experiencial, o que supõe a conversação como conteúdo e implica a observação do gerenciamento do tópico ao longo de toda a conversa.

Segundo Eggins (1990, p. 6), a proposição de um modelo de conversação na perspectiva da EAC implica tomar a conversação casual como um

mecanismo gerativo de tomada de turnos, uma máquina cuja operação é descritível como em termos de regras sequenciadas ativadas em uma base local, isto é, turno-a-turno, cujo único propósito é assegurar que quando o falante atual parar de falar, outra pessoa tomará o turno<sup>9</sup>.

Do ponto de vista interpessoal, a máquina de tomada de turnos busca assegurar a existência de um interactante falando por vez e a possibilidade de outro falante tomar seu lugar, buscando evitar assim qualquer silêncio na conversação. Do ponto de vista experiencial, essa perspectiva busca categorizar os procedimentos de gerenciamento de tópico operados pelos falantes, garantindo a eles o conteúdo sobre o qual falar.

A chamada máquina de tomada de turno garante, portanto, a geração de turnos de fala, definindo pontos de transferência para um possível falante e selecionando o próximo falante. A máquina de tomada de turnos opera, assim, com o Componente de Turno Construcional (CTC), responsável pela alocação e transferência de turnos na conversação. O

---

<sup>9</sup> Tradução nossa do original: “[...] a generative turn-taking mechanism, a machine whose operation is describable in terms of sequenced rules, activated on a “local” i.e. turn-by-turn, basis, whose single aim is to ensure that when the current speaker stops talking someone else will take a turn” (EGGINS, 1990, p. 6).



CTC opera a partir da configuração das Unidades do Turno Construcional (UTC), que organizam os turnos em unidades funcionais, e pela definição de Lugares de Relevância de Transição (LRT), que definem pontos de transferência e alocação de turnos. Os turnos de fala são assim organizados em UTCs e, ao final de uma UTC, estabelece-se um LRT, possibilitando que o falante em curso realize uma autosseleção ou indique um próximo falante ou que o próximo falante se selecione.

Se, por um lado, como pontua Eggins (1990), o mecanismo explica de que modo os falantes se alternam indefinidamente, por outro, impõe o problema de explicar como a conversação pode ser encerrada. Uma primeira questão suscitada para esse problema foi a associação com a organização tópica da conversa, até então não prevista no mecanismo de tomada de turno. A organização do tópico, ligada à continuidade experiencial, se relaciona ao conteúdo do que os interactantes dizem. Os etnometodólogos (cf. SACKS et. al., 1974 *apud* EGGINS, 1990) distinguem a conversação de outros sistemas de troca discursivas ao afirmar que nestes há uma restrição ou um direcionamento do tópico discursivo em turnos específicos em oposição à ausência de indicação ou restrição de conteúdo nas conversas. No entanto, isso é relativo em ambos os casos.

Compreendemos que, de um modo geral, o tópico não é determinado *a priori* na conversação já que esta se define pela inexistência de objetivos previamente definidos. No entanto, o anúncio de inserção ou retomada de tópico na conversação permite defini-lo e controlá-lo ao longo de uma dada troca. Pode-se observar a retomada no exemplo 01, quando o falante indica “voltando à questão”.

#### Exemplo 1 – Retomada de tópico

<b>Turno</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
1	L1	Ô, mas, voltando à questão... falando em... e também falando em povo mascarado, esse povo do Galáticos é muito palha. Eu acho que eles num deviam mais participar e tal

Fonte: Adaptado de Bossaglia, Cavalcante e Raso (2018).

Conforme a proposta da EAC, a organização tópica é responsável pela organização global dos textos e o mecanismo de tomada de turno pela organização local, turno-a-turno. Por estar relacionada ao aspecto mais geral, os etnometodólogos vinculam o tópico à estrutura do gênero, o que acreditamos estar relacionada somente a gêneros não conversacionais, já que a

aplicação da estrutura do gênero não seria coerente com a conversação, visto que as interações genéricas são caracterizadas pela definição de objetivos na interação e pela sua composição em estágios sequenciais e ordenados, e a conversação, não (EGGINS, 1990). É possível, por exemplo, prever ou restringir o(s) tópico(s) no estágio inicial da apresentação de determinados gêneros, a exemplo da narrativa ficcional. Ainda que nos pareça problemático definir a conversação pela ausência de restrições ou de direcionamentos de tópico, podemos considerar viável sua caracterização a partir de uma organização tópico-tópico (SACKS, 1972; JEFFERSON, 1984 *apud* EGGINS, 1990), dependente do encadeamento de turnos.

A necessidade de considerar a organização do tópico correlacionada à disposição dos turnos conversacionais fez surgir a noção de pares adjacentes e de sequências de turnos estendidos, que derivaram os conceitos de relevância sequencial ou implicatividade sequencial da conversa. O desenvolvimento da noção de sequencialidade permite estabelecer o tipo de relação entre os enunciados que emergem dinamicamente na conversa.

Os pares adjacentes são definidos como “sequências de turno estruturalmente relacionadas”<sup>10</sup> (EGGINS, 1990, p. 36). Essa definição nos permite observar a ligação entre os turnos, os aspectos estruturais que a sustentam e, com isso, prever a abertura e o fechamento de sequências, problema suscitado pelo aspecto de geração da máquina de tomada de turno. Eggins (1990) resume as três características dos pares adjacentes propostas pelos etnometodologistas:

- (1) Extensão de dois enunciados,
  - (2) Posicionamento adjacente dos componentes dos enunciados,
  - (3) Diferentes falantes produzindo cada enunciado.<sup>11</sup>
- (SCHEGLOFF; SACKS, 1973 *apud* EGGINS, 1990, p. 36).

Os pares são assim unidades organizadas em dois componentes: “primeira parte do par” e “segunda parte do par”. A relação é estabelecida entre os componentes pela noção de preferência e designa uma tipologia de pares adjacentes, tais como pergunta-resposta, oferta-aceite/recusa, dentre outros. Assim a correspondência de uma resposta (segunda parte do par) a uma questão é definida pela preferência, sendo assim a unidade não marcada, estruturalmente mais simples (EGGINS, 1990).

A autora considera que a atribuição de preferência define a base estrutural de categorização dos pares adjacentes, ainda que os critérios de identificação e classificação da EAC não sejam bem definidos. Pelo caráter estrutural dos critérios, o registro, nesse caso,

<sup>10</sup> Tradução nossa do original: “[...] structurally-related turn sequences” (EGGINS, 1990, p. 36).

<sup>11</sup> Tradução nossa do original: “(1) two utterance length,

(2) adjacent positioning of component utterances,

(3) different speakers producing each utterances” (SCHEGLOFF; SACKS, 1973 *apud* EGGINS, 1990, p. 36).

oferece uma descrição neutra, no sentido de que a atribuição da segunda parte do par não é resultado de frequência de uso em dados contextos. No Exemplo 2, ilustramos essa afirmação:

Exemplo 2 - Par adjacente *pergunta-resposta*

<b>Turno</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
1	L1	e a Dani já escolheu os padrim do casamento?
2	L2	não, ainda não inda nada

Fonte: Adaptado de Bossaglia, Cavalcante e Raso (2018).

Eggins (1990) pontua que a identificação dos pares adjacentes e os critérios de relação entre eles são problemáticos, visto que estabelecer a segunda parte do par como preferível ou não preferível implica identificar a primeira parte. Outro problema está na relação entre os pares, que não é explicitada. No entanto, a autora ressalta a contribuição da EAC na proposição da noção de par adjacente, estabelecendo papéis específicos a cada parte do par e permitindo pontuar a relação entre um turno em curso e um possível próximo turno. A existência dos pares adjacentes permite, assim, cumprir “suas funções básicas enquanto técnica de transferência de turno, isto é, eles funcionam tanto para alocar o próximo turno quanto para encerrar o turno corrente”<sup>12</sup> (EGGINS, 1990, p. 39).

A identificação dos pares adjacentes como unidades estruturais levou ao desenvolvimento do reconhecimento de sequências mais longas do que duas unidades e à formulação do conceito de implicatura sequencial, como é o caso dos três enunciados presentes no Exemplo 2. Outro caso resulta da participação de mais de dois interactantes:

Exemplo 3 - Sequências com mais de dois interactantes

<b>Turno</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
1	L1	Como era o nome daquilo?
2	L2	Venenosa?
3	L1	Não, era...
4	L3	Carnívora?

<sup>12</sup> Tradução nossa do original: “[...] their basic function as a turn-transfer technique, i.e. they function both to allocate next turn, and to exit from current turn” (EGGINS, 1990, p. 39).

5                      L1                      Não

Era encantada

Fonte: transcrição feita a partir do *corpus* de Sousa (2013).

Os turnos de 2 e 4 estão em relação sequencial com 1, ainda que 4 não apresente a posição estrutural não marcada e ainda que não haja somente dois enunciados. No entanto, há relação entre os diferentes turnos, o que nos leva a considerar a noção de sequência para apreender a relação existente entre eles. A implicatura sequencial ou relevância sequencial estabelece que “Em sua forma mais forte, a implicatividade sequencial é uma afirmação de que o significado é inteiramente resultado da sua posição-em-contexto”<sup>13</sup> (EGGINS, 1990, p. 40).

Eggins (1990) afirma, no entanto, que a EAC não explicita a existência de uma lista exaustiva de tipos de sequências e critica a designação, ora pautada em critérios semânticos, ora em critérios de posição estrutural, das partes sequenciais. Apesar dos avanços possibilitados pelos etnometodólogos, seu modelo mecânico e fragmentado não permite explicitar a(s) motivação(ões) para a lista de pares adjacentes, bem como descrever outros tipos de unidades estruturais.

Em sua discussão sobre o modelo etnometodológico, Eggins (1990) apresenta as principais críticas a partir da identificação e da classificação de unidades de análise, da composição de uma taxonomia, da relação entre as categorias, da interpretação de sequências monológicas e da integração das unidades em sequências.

Assim, quanto às unidades de análise, a EAC propõe considerar, como unidade básica, o enunciado que realiza cada componente do par adjacente sem deixar clara sua natureza. Eggins (1990) sinaliza que a unidade responsável por realizar um componente do par adjacente é a sentença, equiparando esta última ao enunciado. Outra unidade de análise a ser inferida por meio da correlação entre o mecanismo de tomada de turno e os pares adjacentes é a Unidade de Turno Construcional (UTC). No entanto, mesmo alterando a unidade de análise, de enunciado para UTC, sua identificação, isto é, sua realização por meio de categorias gramaticais não é explicitada. Eggins também indica que os fenômenos prosódicos são tomados como sugestões de limites gramaticais das UTC, no entanto, a abordagem da EAC não se

---

<sup>13</sup> Tradução nossa do original: “In its strongest form, sequential implicativeness is a statement that meaning is entirely the result of position-in-context” (EGGINS, 1990, p. 40).

debruça sobre esse aspecto. De modo sistemático, a autora aponta a existência de unidades analíticas concorrentes e a necessidade de explicitar critérios para sua identificação.

Quanto à classificação das unidades, Eggins (1990) ressalta a dificuldade em classificar os pares adjacentes a partir de turnos ou enunciados. A autora destaca também que não fica clara a relação entre dois ou mais pares adjacentes, de modo que a conversação perde sua concatenação, e a taxonomia não prevê a replicação do modelo para alcançar outras subcategorias. Quanto à análise de sequências monológicas, não há uma discussão clara sobre a interpretação desse tipo de sequência, visto não haver parâmetros para a extensão de um componente do par adjacente e seu papel na conversação.

### **2.3. Abordagens multiestratificadas**

As abordagens multiestratificadas buscam desenvolver um modelo linguístico pautado na descrição e análise linguísticas integradas a um contexto social. Explicar as interações orais requer dessas perspectivas compreender os contextos de uso que envolvem o que, inicialmente, chamaremos de modalidades linguísticas, especificamente, a fala e a escrita. Logo, têm relevância tanto os aspectos macrointeracionais, relacionados ao contexto cultural em que os falantes de uma língua se inserem, fazendo uso de gêneros textuais, como a manifestação desses valores culturais em situações comunicativas específicas, definidas com base em configurações de registro.

O modelo de descrição da LSF se destina a descrever e a propor critérios de análise para tipos de textos conversacionais a partir da reinterpretação das abordagens da Etnometodologia, da Análise de Discurso inglesa e do desenvolvimento de propostas sistêmico-funcionais no que compete à análise contextual e linguística. Consideraremos as propostas da Análise de Discurso inglesa e do modelo estratificado de Halliday, Halliday e Matthiessen (2004), o desenvolvimento da abordagem de Martin (1992), culminando com o aprofundamento de Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006) ao tomar especificamente a conversação como objeto de pesquisa, trazendo à lume as implicações de descrever um gênero oral cujas especificidades demandam do analista critérios tão precisos quanto específicos.

#### ***2.3.1 Análise de Discurso inglesa***

A Análise de Discurso inglesa partilha com a LSF sua base na teoria semântica de Firth. Por causa disso, alguns critérios e princípios são comuns às duas abordagens, ainda que

se distanciem em diversos outros aspectos. Nesta seção, discutiremos a evolução da proposta da Análise de Discurso inglesa a fim de explicitar determinados aspectos que foram incorporados pelos systemicistas na proposição do sistema de FUNÇÕES DE FALA. Acompanharemos, para isso, a discussão de Eggins (1990) sobre as propostas de Sinclair e Coulthard, Burton, Coulthard e Brazil e Berry.

Pela sua herança do modelo de Firth e pelo diálogo com a abordagem sistêmica de Halliday, a Análise de Discurso inglesa adota uma perspectiva funcional de linguagem em contexto, assim o uso define as relações gramaticais. Essa gramática é composta por um conjunto de camadas que compõem a organização semântica de uma dada língua. Tais camadas compõem um modelo multiestratificado em que cada estrato é realizado por outro subsequente. Uma vez que essa configuração sinaliza diferentes camadas, a Análise de Discurso inglesa concebe discurso e gramática como estratos interdependentes, porém distintos.

Eggins (1990) aponta, a despeito das aproximações entre a abordagem da Análise de Discurso inglesa e a LSF, alguns distanciamentos entre as abordagens. Suas principais diferenças são marcadas pela autora e recobrem: (1) a adoção de uma perspectiva pautada na noção de sistema (LSF) em oposição à adoção da noção de estrutura (AD inglesa); (2) uma proposta de dois níveis no âmbito do discurso (LSF) em oposição a uma maior quantidade de níveis (AD inglesa); (3) a sistematização do contexto extralinguístico (LSF) em oposição à abordagem contextual menos sistemática (AD inglesa); (4) a diferença no número de *slots* referente à unidade de troca, 5 *slots*, (LSF) vs. variados (AD inglesa); (5) uma concepção modular, integrando diferentes sistemas semântico-discursivos (LSF), em oposição a um único nível discursivo (AD inglesa); (6) a existência de uma realização explícita entre o nível discursivo, por meio do sistema de FUNÇÕES DE FALA, e o nível gramatical, referente ao sistema de MODO (LSF), e o caráter não explícito de integração entre os níveis discursivo e gramatical (AD inglesa).

A proposta da AD inglesa centra seu modelo na definição e circunscrição das unidades de análise, em suas especificidades e, a partir desses elementos, na estruturação de uma teoria de estrutura de troca. A evolução das propostas dentro do modelo indica a reinterpretação do conceito de troca e dos demais conceitos a este relacionado, tais como: ato, movimento, transação e lição (cf., por exemplo, proposta de Sinclair e Coulthard). Se algumas das principais lacunas no modelo da EAC era a definição e a aplicação de unidades de análise, a AD inglesa avança na explicitação desses pontos.

Eggins (1990) ressalta que a proposta de Sinclair e Coulthard compõe o ponto de partida do desenvolvimento das pesquisas até aquele momento sobre análise da conversação,

ainda que o foco não tenha sido a conversação em si, mas as trocas orais em salas de aula. Segundo Eggins (1990, p. 50), “a principal posição teórica assumida em Sinclair e Coulthard (1975) foi estabelecer o discurso como um nível de análise separado, distinto da gramática”<sup>14</sup>, associando ao primeiro os aspectos funcionais e à segunda os aspectos formais.

O nível discursivo é então composto por cinco *ranks*, os quais designam as unidades de análise no referido nível: ato, movimento, troca, transação e lição. As unidades, nessa ordem, refletem a escalaridade da unidade mais básica, o ato, à unidade mais alta, a lição. Uma vez que cada *rank* subsequente é resultado do agrupamento do nível anterior em classes, partiremos da unidade basilar, o ato. Segundo Eggins (1990), sua identificação é feita segundo critérios gramaticais, em que ocorre a correlação entre ato e sentença, e sua classificação se dá por critérios funcionais (iniciar uma atividade discursiva ou responder a uma atividade anterior, por exemplo). Assim, as categorias de atos (requisitivos, diretivos, elicitativos e informativos) são realizadas por meio de categorias gramaticais relacionadas ao modo (interrogativo, declarativo e imperativo). Conforme dito acima, a organização de um conjunto, ou mais especificamente, uma sequência de atos compõe uma classe da unidade superior, no caso, o movimento.

Sinclair e Coulthard propõem três classes de movimentos: as de abertura, resposta e continuação. A classe de movimentos de abertura é composta de um conjunto de atos, que compõem uma estrutura: (sinal) (pré-núcleo) núcleo (pós-núcleo) (seleção). Do mesmo modo que a sequência de atos compõe uma classe de movimentos, uma sequência de movimentos, também organizada estruturalmente, compõe uma classe da unidade superior, a troca. Por sua aplicação em sala de aula, os autores propõem dois tipos de troca: as trocas de fronteira e as trocas de ensino. As trocas de ensino são compostas pela estrutura: Iniciação ^ (Resposta-Reação) ^ (Feedback), que, por sua vez, são realizados, respectivamente, por movimentos de [abertura], [resposta] e [continuação]. Uma sequência de trocas resultaria em uma transação e a sequência desta, por fim, comporia uma transação, no entanto, essas duas últimas unidades carecem de uma sistematização e de uma descrição mais refinadas (EGGINS, 1990).

Em comparação à proposta da EAC, as unidades em Sinclair e Coulthard são melhor definidas e delimitadas, incorporando a descrição de suas sequências e resultando em um modelo com uma taxonomia mais explícita, no entanto, como é perceptível na designação das unidades discursivas, alguns critérios parecem ser específicos ao registro analisado, as interações faladas em sala de aula. De acordo com Eggins (1990), quando transpostas para outros contextos, as unidades não parecem alcançar todos os aspectos da descrição. A autora indica que: a

---

<sup>14</sup> Tradução nossa do original: “The major theoretical position taken in Sinclair & Coulthard 1975 was to set up “discourse” as a separate level of analysis, distinct from grammar” (EGGINS, 1990, p. 50).

identificação dos atos por meio de orações não se reflete de modo tão biunívoco na conversação; algumas trocas se restringem à sala de aula, como as trocas de ensino; movimentos como *feedback* também não parecem ser tão presentes em outros contextos; a sobreposição de unidades entre os níveis não torna clara suas necessidades, de modo que não justifica a necessidade de tantos níveis; a descrição de sequências monológicas não aparece como uma preocupação no modelo, visto que não é recorrente nos dados dos autores.

Com a finalidade de desenvolver o modelo inicial proposto por Sinclair e Coulthard, Burton busca reclassificar os movimentos, modificar a estrutura de troca e apresentar uma descrição para as sequências monológicas. Para isso, a autora amplia a quantidade de classes de movimentos e a estrutura de trocas, utilizando as metafunções de Halliday para ampliar o modelo.

Compreendendo o movimento como a unidade básica e a troca como resultado das relações entre os movimentos, Burton se debruça sobre esses dois *ranks* do nível discursivo. Para a descrição dos movimentos, propõe cinco movimentos: abertura, reabertura, recusa, suporte e restrição-aberta, que, na unidade de Troca Conversacional, são distribuídos conforme sua estrutura de três *slots*, os de natureza obrigatória, Iniciação e Resposta-reação, e o de natureza opcional, Reiniciação. O *slot* de iniciação é realizado pelos movimentos de abertura, reabertura e recusa, o *slot* de resposta-reação, pelo movimento de suporte, e o *slot* de reiniciação pelo movimento de restrição-aberta. A estrutura de troca para as Trocas Conversacionais é composta ainda pela fórmula: Iniciação ^ Reação ^ (Reiniciação)^(R)n.

Quanto às sequências monológicas, Burton propõe a existência de uma sequência de atos informativos que comporiam extensões de fala marcadas pelo monólogo. Esses atos são definidos a partir de relações de conjunção, subdivididas em aditivas, adversativas e causais, que demarcam uma subclassificação.

Da mesma forma que em Sinclair e Coulthard, o modelo de Burton reflete o problema da correlação entre níveis, visto que a proposição de níveis superiores, como o caso da Transação, apenas serve para indicar a recursividade das unidades (EGGINS, 1990). Outro problema, no que concerne à proposta da estrutura, é o de que alguns movimentos estão restritos a determinados *slots* da estrutura de troca, como é o caso de movimentos de recusa só cumprirem o papel de iniciar uma troca, mas nunca de figurar como uma reação. Isso implicaria afirmar que se um participante recusa uma dada abertura, essa composição de movimentos resulta em duas trocas distintas e não em uma mesma troca.

Assim como Burton, Coulthard e Brazil buscam expandir o modelo proposto por Sinclair e Coulthard. Sua proposta busca aumentar os *slots* de troca para sete, renomear os



movimentos, evitando que a designação das classes de movimentos e dos *slots* de troca coincidam e delimitar os limites das trocas.

Na proposta de Coulthard e Brazil, a estrutura de troca permanece com os *slots* obrigatórios de Iniciação e Reação. Aos opcionais, além da Reiniciação, os autores propõem os *slots* Abrir, Feedback, Continuação e Fechar, resultando na seguinte estrutura: (Abrir) ^ Iniciação ^ (Reiniciação) ^ Reação ^ (Feedback) ^ (Continuação) ^ (Fechar). Os movimentos são classificados em termos de sua função: eliciação, informação ou reconhecimento, o que permite ampliar sua descrição, já que não se restringem à posição estrutural (EGGINS, 1990). Com a distinção entre os *slots* da troca e os movimentos, é possível então que cada *slot* (Iniciação, Reiniciação etc.) sejam realizados por movimentos distintos ([informar], [elicitare], [reconhecer] etc.).

Eggin (1990) indica que os limites de uma troca são definidos, na proposta de Coulthard e Brazil, a partir da negociação da polaridade ao dar uma informação. Conforme a autora, “essa questão se torna uma importante preocupação para os teóricos da estrutura de troca, com o critério de polaridade gradualmente se expandindo para incluir padrões de elipse realizada (Berry) e potencial (Martin)”<sup>15</sup> (EGGINS, 1990, p. 66).

A proposta de relacionar a troca a uma unidade informativa mobiliza o movimento de [informar] e, no modelo de Coulthard e Brazil, cada troca comporta apenas um único movimento informativo. Isso traz problemas para interpretar determinadas reações que são ao mesmo tempo parte de uma sequência posterior ao *slot* de iniciação e trazem um movimento com a função de informar. Tal modelo não permite, portanto, que um movimento de informar possa preencher um slot de reação no caso de o *slot* de iniciação já ter sido informativo.

\* Iniciação ^ (Reação)  
[informar] [informar]

Em um caso como o da estrutura anterior, o *slot* de reação passaria a compor uma nova iniciação para sinalizar uma outra troca e, com isso, a descrição não alcança a ideia de sequência entre os movimentos. Eggin (1990) salienta que é preciso, no entanto, reconhecer o avanço na distinção entre as classes de movimento e os *slots* de troca.

---

<sup>15</sup> Tradução nossa do original: “[...] this issue becomes a major concern of exchange structure theorists, with the criteria of polarity gradually broadened to include patterns of actual (Berry) and potential (Martin) ellipsis” (EGGINS, 1990, p. 66).

Já na proposta de Berry, a autora busca ampliar e desenvolver os modelos de Burton e de Coulthard e Brazil, sugerindo: 4 *slots* para a troca; distinção entre conhecedores/atores primários/secundários; descrição da troca por meio de diferentes estruturas, as quais provêm do modelo sistêmico-funcional; e associação entre a elipse gramatical e as fronteiras entre os movimentos (EGGINS, 1990, p. 68).

Berry ampara sua proposta nas metafunções de Halliday, sugerindo um modelo de multicamadas a partir das quais os *slots* da estrutura de troca podem ser interpretados, ou seja, a partir de funções ideacionais, interpessoais e textuais.

Concebida a partir da camada textual, a troca é concebida como uma unidade de transmissão da informação, envolvendo os participantes da transferência: o conhecedor primário, aquele que já dispõe da informação, e o secundário, alvo da transmissão. Ambos os papéis são concebidos empiricamente, o que parece impor determinadas limitações no sentido de reconhecer o que os participantes já sabem. A autora demonstra, por exemplo, que num programa de *quiz*, o apresentador, em determinados contextos de pergunta-resposta, é aquele quem detém a informação, ainda que seja o participante quem realiza as perguntas. Já em um contexto de conversação entre pai e filho, o pai pode representar aquele que detém a informação, manifestando-a na produção da resposta. Logo, não há uma determinação do papel dos participantes pela estrutura de troca. No desenvolvimento da proposta, Berry reconhece os papéis de ator primário/secundário para além daquele que detém a informação, no caso, para aquele que age na interação. Eggins (1990) aponta que a contribuição da inserção dos papéis dos participantes representa um avanço no modelo, pois permite que produções agramaticais sejam restringidas e determina a natureza, obrigatória ou opcional, de continuações a partir da interação.

Relacionada à camada interpessoal, a troca é definida como negociação, mobilizando a tomada de turno por parte dos falantes. É possível então relacionar os papéis dos participantes e sua distribuição nos turnos de fala. O primeiro participante em seu primeiro turno pode se manter quieto ou iniciar a troca; iniciando a troca, pode selecionar eventos de A ou eventos de B; selecionando seus próprios eventos, pode informar algo ou tentar extrair uma informação. Note-se que a estrutura prevê os movimentos a serem realizados para o primeiro turno do falante A.

Na camada ideacional, a troca representa a sustentação de proposições, representada pela estrutura (base proposicional) ^ proposição completa ^ (suporte proposicional). Tal estrutura permite definir a distribuição de *slots* de modo a prever a organização da informação. A proposição completa, elemento obrigatório da estrutura, é

responsável por mobilizar, pelo menos, uma parte da informação. A base proposicional representa o embasamento dado para a produção da proposição completa e o suporte proposicional compreende movimentos subsequentes produzidos pelo falante. Berry propõe que a organização da proposição está relacionada à elipse, em que unidades não elípticas tendem a iniciar a troca e unidades elípticas dão sequência à troca, preenchendo outros *slots*.

Tal como as propostas anteriores, Eggins (1990) sugere que a unidade gramatical correlacionada às unidades discursivas não é explicitada, permanecendo implícita a ideia de que seja a oração. A correspondência entre os *ranks* relativos ao ato e ao movimento também não fica clara, havendo uma sobreposição, mas não uma relação entre eles. Quanto à taxonomia, Berry propõe a inclusão de um movimento de dúvida, mas, classifica-a segundo sua posição estrutural, o que traz problemas para a descrição, visto que fica restrita a posições posteriores à iniciação. Eggins (1990) pontua também a restrição de utilizar a elipse como critério para relação entre movimentos na troca, visto que isso limita sobremaneira o critério de relação. Conforme indica a autora, outro ponto que não ganha especial destaque nessa proposta é a descrição das sequências monologais, sendo vinculadas à produção do conhecedor primário, o que também dificulta a descrição. No que diz respeito à sequência, Eggins (1990) ressalta que a descrição é pautada predominantemente nos critérios da camada textual e compromete a explicação de determinados turnos que são mais avaliativos do que factuais, já que demandariam critérios interpessoais para sua interpretação, além dos já mencionados textuais.

Nota-se, com a proposta da AD inglesa, uma especial atenção na explicitação das unidades de análise, em sua tentativa de correlacioná-las a estruturas gramaticais, na descrição estrutural e funcional, principalmente, dos movimentos e da troca, na abordagem das sequências de unidades e na proposição de critérios textuais e interpessoais.

### ***2.3.2 Linguística Sistêmico-Funcional***

O modelo da Linguística Sistêmico-Funcional se pauta em muitos dos aspectos citados nas abordagens anteriores no que concerne ao desenvolvimento da continuidade conversacional, tanto em seus aspectos experienciais quanto interacionais. Eggins e Slade (2006), a partir do desenvolvimento empreendido por outros autores, como Halliday, Martin e Ventola, detêm-se sobre a conversação como um processo de criação de significados. Nesse sentido, a conversação é tomada como uma atividade semântica mais ampla do que somente um mecanismo de geração de turnos, como prevê a Análise da Conversação.

As autoras reconhecem na conversação uma ação cotidiana realizada pelos falantes de uma determinada língua. Na perspectiva da LSF, isso reflete a ideia de que a linguagem, ao mesmo tempo em que realiza e compõe uma semiótica social, é também composta e realizada por esse conjunto de significações sociais.

Esboça-se, desse modo, o modelo integrado entre contexto e linguagem, refletidos, respectivamente, nos estratos extralinguístico - contextos de cultura e de situação - e linguístico - semântico-discursivo, léxico-gramatical e grafo-fonológico. Ao ser tomada como um processo de criação de significados, a conversação casual reflete a integração entre os usos situados contextualmente e os potenciais de escolhas linguísticas que o falante pode empreender diariamente.

A proposição de critérios para um modelo de descrição de textos orais, especificamente, conversacionais dentro da Linguística Sistêmico-Funcional parece alcançar níveis de refinamento maiores com a publicação dos trabalhos de Eggins (1990) e Slade (1996) e, logo em seguida, ao trabalho conjunto das autoras (EGGINS; SLADE, 2006) no intuito de sistematizar o modelo analítico alcançado até então, incorporando o desenvolvimento de outros sistemas por meio dos esforços da Escola de Sydney, a exemplo da ampliação dos estudos de gênero e do estrato semântico-discursivo na perspectiva de Martin (1992) e de Martin e Rose (2007, 2008).

Essas publicações sistematizam um aparato analítico construído paulatinamente que permite compreender de modo estratificado a integração entre unidades de análise da esfera social e modos de expressão que cumprem a função de realizar linguisticamente significados pretendidos no contexto extralinguístico mais amplo.

Partindo do contexto de cultura até chegar ao estrato grafo-fonológico, buscaremos apresentar um panorama da proposta da LSF para a interpretação do contexto social e da configuração linguística da conversação, cobrindo seus aspectos macro e microinteracionais de modo integrado.

### *2.3.2.1 Contexto de cultura*

Nesta seção, apresentamos a noção de gênero textual dentro do contexto da LSF, a partir da concepção de Martin e Rose (2007). Uma vez que estamos lidando com um modelo

multiestratificado, partimos do contexto de cultura, considerando sua realização em gêneros textuais, por se tratar do nível hierárquico mais alto<sup>16</sup>.

Martin e Rose (2007, p. 8) definem gênero como um “processo social organizado em estágios e orientado por objetivos”<sup>17</sup>. O termo recobre diferentes tipos de texto que realizam vários tipos de contextos sociais. Essa definição opõe um conjunto de processos sociais à conversação casual, já que esta última se distingue pela composição não necessariamente marcada por estágios e por objetivos não definidos pragmaticamente.

Assim, ao recobrir o contexto de cultura referente à oralidade, percebemos, de um lado, a aplicação da definição proposta pelos autores, que contempla os mais variados gêneros textuais, concebidos a partir da noção de interações genéricas, e, de outro lado, o gênero conversação casual, marcado pela ausência de objetivos pragmáticos, pela pluralidade de tópicos discursivos e por uma ordenação mais caracterizada pela disposição dos turnos e de sua funcionalidade, bem como sua tendência para a continuidade, do que de estágios funcionais.

Por esses motivos, Eggins e Slade (2006) ressaltam o aspecto interpessoal da conversação casual. Segundo as autoras, é enquanto um sistema de negociação que a conversação casual se sobressai como um processo social de construção de identidades e de estabelecimento de relações sociais. Em razão dessa necessidade de negociação, a conversação casual apresenta uma composição pautada na continuidade e na tomada de turnos pelos interactantes, visto que constitui o mecanismo pelo qual cada um vai negociar sua identidade e assinalar sua função social, tanto de um modo mais amplo, ou seja, na cultura a que pertence, como mais especificamente na situação da qual participa.

No entanto, pela própria aplicação não hierárquica do modelo, defendemos, a partir do que propõe a LSF, que todo gênero textual, enquanto unidade realizadora do contexto de cultura, uma vez que abstrai das situações comunicativas cotidianas suas configurações sociais, reflete nossas atividades sociais, nossas identidades e nossas composições textuais. Isso implica dizer que, uma vez que assumimos o pressuposto da teoria de que todo gênero textual reflete as variáveis de registro, considerar os aspectos interpessoais não é uma característica apenas da conversação casual, mas dos gêneros textuais de um modo geral. Logo, toda atividade linguística, com objetivos pragmáticos ou não, organizada em estágios ou não, reflete em alguma medida a construção de nossas identidades e a configuração de nossas relações sociais.

---

<sup>16</sup> Cf. Silva e Espindola (2013), para um estudo crítico-descritivo sobre perspectivas clássicas e tipológicas de gênero textual na perspectiva da LSF).

<sup>17</sup> Tradução nossa do original: “[...] a staged, goal-oriented social process” (MARTIN; ROSE, 2007, p. 8).

Portanto, mesmo em gêneros orais marcados pela sequenciação monologal, há negociação de papéis sociais, ainda que implicitamente ou com marcas textuais pouco explícitas, como é o caso das histórias, dos recontos, dos comentários, das anedotas e outros. Essa caracterização abre espaço para compreender que interações genéricas são abertas à negociação de seus objetivos pragmáticos, permitindo ao interlocutor intervir e reconstruir uma dada interação social, motivado pela sua integração e pelo reconhecimento de sua identidade numa situação específica.

Cada gênero pode ser considerado a partir de um sistema mais amplo que inclui um leque de gêneros que partilham certas variáveis, como propósito comunicativo, esquema de estrutura ou processos sociais. Martin e Rose (2007, 2008) propõem a noção de *família de gêneros* como um conceito mais amplo a fim de agrupar um conjunto de gêneros. Os gêneros relato e narrativa, por exemplo, constituem o que os autores denominam de família de *histórias* e os gêneros relato biográfico e autobiográfico constituiriam a família de *histórias factuais*.

No quadro 6, adaptamos o quadro sinótico de Martin e Rose (2007), a fim de indicar a relação entre as famílias de gêneros, alguns tipos e suas características em termos de propósito e estágios.

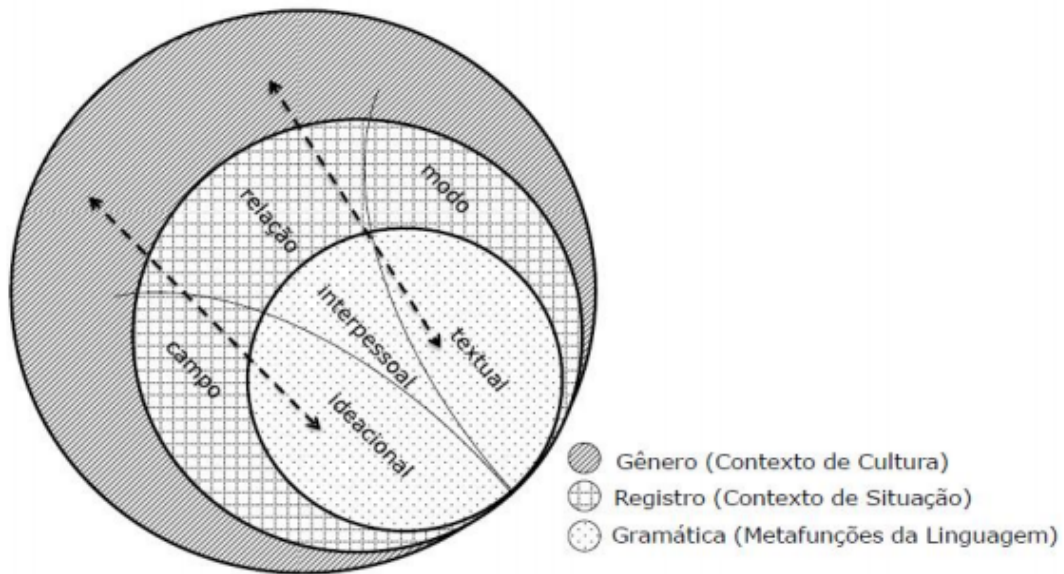
Quadro 6 – Sinopse das famílias de *histórias* e *histórias factuais*

	Gêneros	Propósito	Estágios
Histórias	Relato	Relatar eventos	Orientação Lembrança de eventos
	Narrativa	Resolver uma complicação em uma história	Orientação Complicação Avaliação Resolução
Histórias factuais	Relato autobiográfico	Relatar eventos de vida	Orientação Lembrança de estágios
	Relato biográfico	Relatar estágios de vida	Orientação Lembrança de estágios

Fonte: traduzido e adaptado de Martin e Rose (2007).

No intuito de apresentarmos um quadro de descrição do nível extralinguístico, compreendendo o contexto de cultura e o contexto de situação, buscaremos relacionar categorias analíticas de ambos os níveis contextuais da LSF. Na Figura 2, Silva (2014) apresenta a integração entre estratos distintos a partir da proposta de Martin e Rose (2008).

Figura 2 – Relação entre gênero, registro e gramática



Fonte: Silva (2014).

Como se observa na Figura 2, as variáveis do nível linguístico se relacionam com as variáveis do nível extralinguístico, especificamente, do contexto de situação. Essa relação entre os diferentes estratos pode ser compreendida como a **realização** de um estrato mais abstrato por um menos abstrato. Figueredo (2011) aponta para a codificação de elementos que vão de uma maior abstração, partindo do nível contextual para o linguístico, para uma menor abstração. Conforme a Figura 2, o contexto de cultura, ou seja, as relações socioculturais, são realizadas em situações comunicativas específicas, configuradas pelo contexto de situação. Por sua vez, o contexto de situação se materializa em textos, organizados no estrato léxico-gramatical. Isso implica dizer que os significados mobilizados no âmbito da léxico-gramática estão, cada um, relacionados a variáveis de registro específicas: variável *campo* relacionada à metafunção ideacional; variável *relação*, à metafunção interpessoal; e variável *modo*, à metafunção textual.

### 2.3.2.2 Contexto de situação

O contexto situacional, conforme o breve esboço da seção anterior, atualiza variáveis concernentes especificamente à situação comunicativa e configura o registro dessa situação. As variáveis de registro, sob a perspectiva de Halliday (1989) e Hasan (1996), operam um papel importante nas configurações do gênero de tal modo que, ao definir os modos de ação

social, os participantes da interação e os modos de operação simbólica do texto, o interlocutor acaba por definir um esboço do gênero. Gênero e registro se apresentam, nessa perspectiva, de tal forma integrados que as variáveis desse acabam por definir o conceito daquele.

Tendo estabelecidos os parâmetros de descrição do gênero no intuito de estabelecer categorias analíticas para o contexto de cultura na seção anterior, ocupar-nos-emos agora das categorias analíticas para o contexto de situação, a saber: variável *campo*, que integra as formas de ação social; variável *relações*, que estabelece os participantes da interação; e a variável *modo*, que opera com os recursos de simbolização textuais.

#### 2.3.2.2.1 Variável *campo*

A variável *campo* é responsável por mapear as atividades desenvolvidas em uma situação específica, incluindo os participantes que dela fazem parte e em que condições as ações sociais tomam curso. Cada ação, pela sua natureza social, é ambientada a partir de uma dada instituição, que estabelece as funções sociais para os participantes e para as circunstâncias de realização. Segundo Martin e Rose (2008, p. 13-14),

um campo consiste de sequências de atividades que são orientadas para determinados propósitos institucionais globais, seja de uma instituição doméstica local, como família ou comunidade, seja de uma instituição societal mais ampla, como burocracia, indústria ou academia<sup>18</sup>.

Por meio dessa variável, é possível estabelecer se uma dada atividade é estruturada ou não. O relato de uma brincadeira, por exemplo, envolve a nomeação da atividade (*que* tipo de brincadeira foi realizada?), a apresentação dos participantes (*quem* participou da brincadeira?), quais recursos foram utilizados (*com o que* brincou?), em que momento ocorreu etc. (*onde* aconteceu a brincadeira?). Pela apresentação dessas etapas, o relato apresenta uma sequência de atividades organizada. Se compararmos o relato de uma brincadeira com a descrição de um parente, caracterizado pelo elenco de suas características, esta última atividade pode não sinalizar uma organização sequencial de ações.

A segunda variável, que organiza graus de especificidade, estabelece valores de generalidade/especificidade para a sequência de ações. O exemplo do relato de uma brincadeira configura uma sequência de atividades relacionados a um evento específico (uma brincadeira).

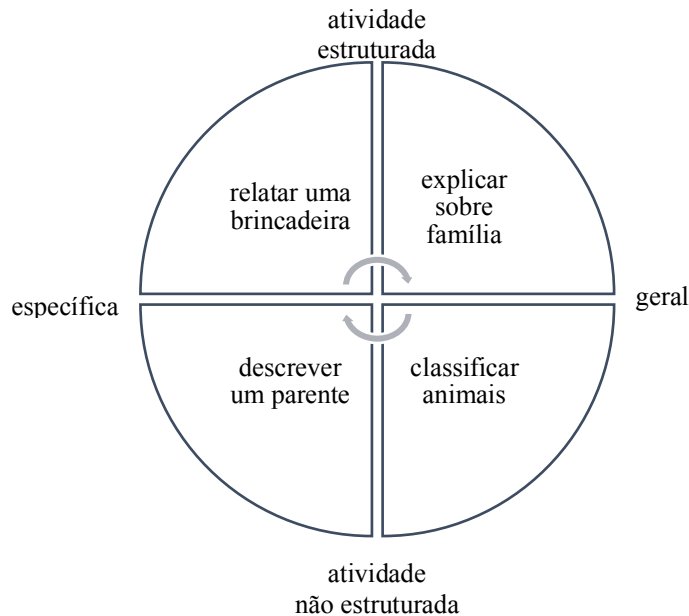
---

<sup>18</sup> Tradução nossa do original: “a field consists of sequences of activities that are oriented to some global institutional purpose, whether this is a local domestic institution such as family or community, or a broader societal institution such as bureaucracy, industry or academia” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 13-14).



Em comparação ao relato, explicar sobre o que é família representa uma ação acerca de um objeto mais geral. O entrecruzamento dessas variáveis ocorre conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 - Correlação entre os eixos de organização da atividade e grau de especificidade na variável *campo*



Fonte: adaptada de Martin e Rose (2008).

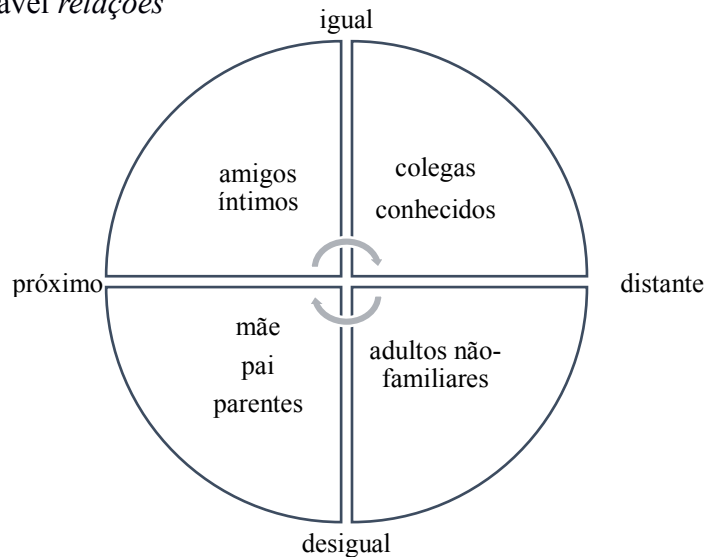
Na composição do gênero, o *campo* marca a natureza das ações orientadas com base nas instituições que participam de uma determinada atividade e pode definir os tipos de processos sociais. Uma instituição doméstica local como a família mobiliza participantes sociais como mãe, pai e filhos, por exemplo, que se engajam em ações como *contar* sobre uma atividade escolar vivenciada, atividade essa de cunho específico e estruturada.

#### 2.3.2.2.2 Variável *relações*

A variável *relações* engloba os diferentes tipos de relação entre os interlocutores em uma situação comunicativa e engloba duas dimensões, dois eixos diretamente relacionados: o eixo vertical do *status* e o eixo horizontal da *solidariedade*. Ambos os eixos podem ser descritos como sistemas, o que implica que estabelecem uma rede de possibilidades de significação. Martin e Rose (2008) descrevem a dimensão do *status* segundo os valores de igualdade ou desigualdade. Este último especifica ainda valores de dominantes e subalternos. A dimensão da *solidariedade*, segundo os autores, compreende os valores de distância social, próximo ou distante. Ao relacionar os dois eixos, podemos observar a relação de

complementaridade proposta por Martin e Rose (2008). Na Figura 4, adaptamos a correlação entre os eixos proposta pelos autores.

Figura 4 - Correlação entre os eixos de status e solidariedade na variável *relações*



Fonte: adaptada de Martin e Rose (2008).

Para o domínio do *status*, Poynton (1985 *apud* MARTIN; ROSE, 2008) estabelece a variável *reciprocidade* de escolhas definida pela igualdade ou desigualdade de escolhas consideradas a partir do status social dos sujeitos envolvidos em uma determinada situação. Para o domínio da solidariedade, a autora apresenta as variáveis de *proliferação* e *contração*. A primeira variável organiza os graus de acessibilidade e de troca de informações, ou seja, quanto maior o grau de proximidade, maior a quantidade de informações partilháveis com os interlocutores envolvidos e quanto menor a proximidade, menor a quantidade de informações à disposição dos interlocutores. A segunda organiza a mobilização dos interlocutores para a troca de informação, regulando seus graus de implicitude e explicitude. Acreditamos que a variável *contração* opera na seleção de recursos do sistema de INFORMAÇÃO, ligado à metafunção textual, visto que o locutor apresenta informações dadas e novas a partir do seu conhecimento do interlocutor, possivelmente definidos pelo grau de proximidade ou distanciamento.

A variável *relações* se reflete na configuração do gênero na medida em que, ao se inserir em uma situação comunicativa, o falante pode mobilizar diferentes significados a depender de *com quem* ele interage. Parceiros interacionais mais distantes e com maior papel de autoridade – convergência entre os polos *distante* e *desigual*) podem inibir o falante e elevar

seu monitoramento de fala ao mesmo tempo em que a partilha de informações pode prescindir de graus maiores de explicitude para fazer circular informações. Por outro lado, ao interagir com seus amigos, parceiros interacionais mais próximos e de mesmo nível hierárquico, o falante diminui seu nível de monitoramento ao mesmo tempo em que o grau de implicitude das informações aumenta em razão do conhecimento compartilhado.

A variável *relações* se reflete nas escolhas realizadas no estrato linguístico, assim como as realizações indicam que tipo de subvariável é acionada em um contexto situacional específico. Eggins e Slade (2006) indicam tais seleções em quatro patamares: gramatical, discursivo, semântico e de gênero.

No que concerne aos aspectos gramaticais, a variável *relações* seleciona padrões de modo - declarativo, interrogativo e imperativo - para a configuração dos turnos conversacionais. As autoras afirmam que a escolha recíproca de modos oracionais indica uma igualdade entre os papéis sociais ao passo que uma escolha distinta de modos por parte dos interactantes pode sinalizar diferenças de *status*.

Referente às escolhas semânticas, a variável *relações* está ligada diretamente à seleção de termos avaliativos, que sinalizam as atitudes dos falantes em uma situação comunicativa, configurando o que as autoras identificam por léxico avaliativo. Eggins e Slade (2006) situam o uso do léxico avaliativo como um modo de criar coesão entre o grupo social e validar ou refutar determinados comportamentos.

No estrato discursivo, a variável *relações* opera com as funções de fala desempenhadas pelo falante. Essas funções resultam de uma atribuição funcional dos movimentos realizados pelos interactantes (desafiar, contradizer, demandar etc.) para iniciar, responder ou encerrar uma interação.

Quanto ao aspecto do gênero, as autoras fazem menção ao contexto de cultura para indicar trechos da conversação casual que configuram gêneros textuais distintos. Assim, a conversação apresenta em seu desenvolvimento, determinadas trechos voltadas para contar uma história, uma anedota, descrever uma ação etc.

#### 2.3.2.2.3 Variável *modo*

A variável *modo* se relaciona com a organização da comunicação enquanto texto: a modalidade pela qual o texto é expresso, a organização do fluxo informacional e o canal pelo qual o texto é manifestado (MARTIN; ROSE, 2008). Uma notícia para a rádio, por exemplo,

apresenta uma composição diferente da uma notícia televisionada, ainda que as duas mantenham o mesmo tópico.

Martin e Rose (2008) apresentam duas subvariáveis de *modo* correlacionadas: a primeira organiza o papel da linguagem em relação às ações empreendidas na situação – a linguagem em *ação*, que complementa outras modalidades no contexto, como imagem, música, a própria ação, e a linguagem como *reflexão*, que constitui o primeiro plano de ambientação da comunicação; a segunda organiza, em dois polos de uma linha gradual, os valores complementares de *monólogo* e *diálogo*. Essas últimas subvariáveis se apresentam dependentes das tecnologias de comunicação utilizadas em uma dada situação, visto que hoje muitas interações podem ser realizadas por meio de recursos audiovisuais e apresentam simulação de conversação face a face com *feedback* imediato (p. ex. videoconferências).

Na Figura 5, observamos as relações entre os dois eixos das variáveis de modo.

Figura 5 - Correlação entre os eixos de papel da linguagem e orientação para co-participantes na variável *modo*



Fonte: adaptada de Martin e Rose (2008).

Por serem variáveis de registro, cada subvariável de *modo*, assim como as de *campo* e *relações*, estão condicionadas à situação. Nas brincadeiras coletivas, as crianças, muitas vezes, mobilizam a linguagem para complementar determinadas ações dos participantes da interação. No entanto, devemos considerar brincadeiras que são desenvolvidas estritamente via

linguagem<sup>19</sup>. Já os casos de fala egocêntrica da criança, orientados para uma determinada ação, configuram um recurso linguístico de amparo à atividade desempenhada, cumprindo muitas vezes uma função de organização da atividade, sem envolver necessariamente outros participantes. A conversação casual é, na oralidade, a troca interacional por excelência, necessitando da participação de dois ou mais interlocutores. Embora possa estar associada a outras ações ou mesmo modalidades semióticas, em geral, mobiliza a linguagem como plano principal de orientação da atividade. A conversação casual se contrapõe, no sentido do monólogo/diálogo, às narrativas que podem prescindir de um outro participante para se constituírem no momento da interação.

### 2.3.2.3 *Os estratos linguísticos*

Nesta seção, relacionaremos o nível extralinguístico – contexto de cultura e contexto de situação – ao nível linguístico, considerando o estrato semântico-discursivo, especificamente o sistema de NEGOCIAÇÃO, em especial a rede de escolhas de FUNÇÕES DE FALA, o estrato léxico-gramatical, a partir da metafunção interpessoal, via sistema de MODO, e o estrato grafo-fonológico, em especial, os recursos prosódicos manifestados pelo ritmo, entonação, tonicidade, tonalidade e tom.

#### 2.3.2.3.1 Estrato semântico-discursivo - NEGOCIAÇÃO e FUNÇÕES DE FALA

No nível semântico-discursivo, observam-se relações de unidades mais abstratas do que as presentes no estrato imediatamente inferior, o léxico-gramatical. Assim, unidades desse nível são instanciadas por meio dos demais níveis dispostos dentro de uma hierarquia que vai do âmbito semântico-discursivo ao grafo-fonológico, passando pelo léxico-gramatical.

Como estamos interessados, especialmente, nos aspectos interpessoais, observaremos a rede de relações que compõem o sistema de NEGOCIAÇÃO, presente em Martin e Rose (2008), que se relaciona diretamente com o sistema léxico-gramatical de MODO, no qual a oração é entendida como troca. A proposta de Martin e Rose (2008) é guiada pela gramática sistêmico-funcional de Halliday e, nesse sentido, o refinamento do sistema de NEGOCIAÇÃO é

---

<sup>19</sup> É o caso do jogo *Pista* cujo propósito é acertar a dada palavra. As equipes se organizam em duplas, em que um dos membros da dupla sabe a palavra em questão e deve dar uma pista para seu par (podem ser utilizados metonímias, sinonímias, hiperônimos etc). Caso não haja acerto com base na pista dada, um dos participantes da próxima dupla dá nova pista para seu parceiro e assim por diante até que alguma das duplas acerte.

orientado pelas relações depreendidas das possibilidades da léxico-gramática. Em outras palavras, observa-se uma correlação direta entre o sistema de MODO, de Halliday, e o sistema semântico-discursivo de NEGOCIAÇÃO, de modo que Martin e Rose (2008) apresentam uma síntese do desenvolvimento desse sistema a partir dos avanços empreendidos na gramática systemicista por meio do sistema de MODO.

O sistema semântico-discursivo de NEGOCIAÇÃO representa um dos seis sistemas semântico-discursivos propostos por Martin. Ao lado do sistema de AVALIATIVIDADE, a NEGOCIAÇÃO compõe a rede de possibilidades discursivas que mapeiam o potencial de significados interpessoais. Esse sistema é responsável por permitir que os falantes partilhem e negociem significados em uma interação.

Como ponto de partida, tomando as relações possíveis do sistema léxico-gramatical de MODO, considera-se que o falante possa negociar significados a partir de papéis de fala básicos: dar e pedir. Esses processos gerenciam e incidem sobre duas *commodities*: informações ou bens e serviços. Ao dar ou pedir uma determinada *commodity*, o falante automaticamente instaura um papel para seu interlocutor, ou seja, se o falante pede algo, o interlocutor é instado a dar o que é pedido, assim como, se o falante deseja dar algo ao interlocutor, este é instado a aceitar.

Conforme essas possibilidades (cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 136), o sistema de FUNÇÕES DE FALA<sup>20</sup> que integra o sistema de NEGOCIAÇÃO é estruturado a partir do movimento (iniciar ou responder), do papel de início (dar ou pedir) e da *commodity* (informação ou bens e serviços). O conjunto de possibilidades desse sistema pode ser melhor visualizado no Quadro 7:

Quadro 7 - Funções de fala básicas

	<b>Iniciar</b>	<b>responder</b>
<b>Dar informação</b>	Declaração	reconhecimento
<b>Pedir informação</b>	Pergunta	resposta
<b>Dar bens e serviços</b>	Oferta	aceite
<b>Pedir bens e serviços</b>	Comando	submissão

Fonte: traduzidas de Martin e Rose (2007).

<sup>20</sup> Optamos por incluir no Anexo A (p. 131) desta tese o sistema completo de FUNÇÕES DE FALA apresentado em Eggins e Slade (2006), visto que nos pautamos, principalmente, no modelo das autoras.

A essas funções, os autores acrescentem mais cinco funções de fala ligadas ao início e à resposta em uma interação: saudação, resposta à saudação, chamado, resposta ao chamado. A última função marca determinadas expressões emotivas, voltadas para a autoexpressão: exclamações.

Nota-se, portanto, que o ponto de partida da rede de relações toma como princípio de estruturação o sistema de MODO proposto por Halliday. No entanto, ao contrapormos à proposta de Eggins (1990), observamos que seu ponto de partida não considera diretamente o sistema léxico-gramatical de MODO. Esse sistema, ao lado dos sistema ideacional, por meio das categorias lógicas, no estrato léxico-gramatical e dos sistemas de TONALIDADE, TONICIDADE e RITMO no estrato grafo-fonológico incidem sobre a identificação das unidades semântico-discursivas.

O posicionamento de Eggins (1990), portanto, realça, na configuração do sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DE FALA, a existência de dois subsistemas, a saber: CONFIGURAÇÃO DE AUDIÊNCIA e TRANSFERÊNCIA DE TURNO. Ao propor um diálogo entre a abordagem etnometodológica, a Análise da Conversação e a LSF, a autora parte de elementos centrais à EAC, como os papéis dos participantes da interação e a máquina de tomada de turno, e propõe uma descrição pautada no processo de criação de significação, sustentado em recursos linguísticos.

O sistema de FUNÇÕES DE FALA, em Eggins e Slade (2006), é composto por duas entradas iniciais, que dizem respeito aos movimentos de abertura e de manutenção, para se referir, respectivamente, a movimentos que marcam o início de uma fala e instauram uma troca e movimentos que dão continuidade à troca. Em Eggins (1990), esse sistema se define pelo estabelecimento de uma audiência específica definindo os papéis interacionais, quem inicia a troca e quem possivelmente dá continuidade à troca. Os primeiros - locutores - realizam os movimentos de abertura e podem assumir também os turnos subsequentes por meio de movimentos de manutenção de fala, dando continuidade a seu dizer, e os segundos - interlocutores - podem assumir o papel de locução nos movimentos de manutenção, especificamente, por meio dos movimentos de reação. As autoras demonstram que, do ponto de vista léxico-gramatical, a configuração dos movimentos acompanha a realização da oração, em especial, compreendida como troca, a partir da metafunção interpessoal. Não basta que haja uma sobreposição da unidade semântico-discursiva, movimento, e da léxico-gramatical, oração. A oração sob o viés analítico interpessoal cumpre o critério de *identificação* dos movimentos (EGGINS, 1990).

Assim, para identificar um dado movimento e poder atribuir-lhe uma função, o analista deve partir da identificação da unidade oracional enquanto troca. Observa-se que a

negociação empreendida pelos interactantes em uma situação comunicativa recai sobre a unidade oracional de Modo. Isso inclui as unidades de Sujeito, Finito, Polaridade e Modalidade.

Além do critério de correlação entre movimento e oração, considera-se também os critérios de identificação de movimentos apresentados em Eggins (1990, p. 174):

Cada ORAÇÃO representa um movimento DESDE QUE:

- a. As fronteiras da oração e do grupo tonal coincidam
- e
- b. Uma e apenas uma escolha tonal tenha sido realizada<sup>21</sup>.

A proposta de Eggins (1990) permite, assim, não confundir as unidades de estratos distintos, movimento e oração, e realçar a atribuição de funções a cada unidade, assim como sua identificação por meio de realizações congruentes e incongruentes. Os papéis e as *commodities* previstos em Halliday não são, contudo, descartados na proposta de Eggins, mas integrados às possibilidades de abertura, uma vez que é nessa rede que se estabelecem as *commodities* a serem negociadas e a atribuição de papéis ligados às funções de fala.

Quanto à sequência de movimentos, Eggins (1990) propõe, além dos recursos de elipse potencial propostos por Martin, os potenciais recursos de continuação lógica, mobilizando o sistema de conjunção. A integração entre ambos os sistemas é que permite estabelecer uma sequência de movimentos, derivados de relações de dependência estrutural, o que constitui uma espécie de sintaxe a múltiplas mãos ou, para usar o termo presente em Castilho (2012), uma sintaxe colaborativa. Os sistemas de orações complexas e de conjunções são discutidos em Halliday e Matthiessen (2014) e contemplam a estruturação de orações paratáticas e hipotáticas e os tipos de relação conjuntiva de expansão e projeção. Em língua portuguesa, trabalhos como os de Vian Jr. e Mendes (2015) têm avançado na descrição do sistema de conjunção a partir de um viés semântico-discursivo.

No que concerne às orações paratáticas e hipotáticas, aplica-se o critério entoacional, segundo o qual as fronteiras oracionais devem coincidir com o grupo tonal e com a realização tonal única. Cada oração pode corresponder a um único movimento desde que suas fronteiras sejam coextensivas, respeitados os critérios entoacionais. Caso as orações componentes da estrutura complexa oracional sejam realizadas por um único tom, e o ritmo definido pelos grupos tonais seja modificado, o complexo oracional pode corresponder a um único movimento (EGGINS, 1990).

---

<sup>21</sup> Tradução nossa do original: “[...] each CLAUSE represents a move PROVIDED THAT

a) clause and tone group boundaries coincide  
and

b) one and only one tone choice has been realised” (EGGINS, 1990, p. 174).



### 2.3.2.3.2 Estrato léxico-gramatical - MODO

Para a LSF, o estrato léxico-gramatical representa o conjunto de possibilidades de recursos linguísticos que o falante tem à sua disposição para realizar os significados do âmbito do discurso. Cabe ressaltar que os recursos linguísticos são de ordem semântica e manifestam: (1) nossas representações do mundo e suas concatenações lógicas - metafunção ideacional; (2) nossas relações com o(s) outro(s) - metafunção interpessoal; e (3) nossos modos de configurar textos - metafunção textual.

Em cada metafunção, a oração, e consequentemente suas subunidades, é interpretada de maneira particular. Vemos em Halliday e Matthiessen (2014) a apreensão da oração como unidades distintas - oração como representação, na metafunção ideacional, oração como troca, na metafunção interpessoal, e oração como mensagem, na metafunção textual. A equiparação sinaliza, portanto, a orientação de análise.

Ao equiparar a oração à unidade de troca, conforme vimos nas seções anteriores, a LSF se posiciona demonstrando que um recurso de natureza gramatical cumpre funções particulares no nível discursivo. A unidade de troca, por exemplo, retoma a discussão empreendida pela teoria da estrutura de troca. Portanto, na metafunção interpessoal, a oração cumpre o papel de identificar as trocas e os movimentos em um nível superior de análise.

Sua organização é orientada pelas funções ou papéis desempenhados pelo fato de o falante participar da interação. Tomada como unidade de negociação de informações, seja dar ou pedir, a oração pode ser designada como *proposição*, ao passo que, enquanto negociação de bens e serviços, a oração pode ser designada como *proposta* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Cada função de fala apresenta uma realização por meio de um modo oracional específico. Fuzer e Cabral (2014) apresentam as relações entre as funções de fala e os modos oracionais, ilustradas no Quadro 8.

Quadro 8 - Funções de fala e seus modos oracionais mais típicos

<b>Proposições</b>	<b>Modo oracional</b>	<b>Propostas</b>	<b>Modo oracional</b>
<i>Declaração</i> Ele serviu-me um café.	Declarativo	<i>Oferta</i> Você quer um café?	Interrogativo
<i>Pergunta</i> O que ele lhe serviu?	Interrogativo	<i>Comando</i> Sirva-me um café.	Imperativo

Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 108).

Tanto a *proposta*, que pode envolver relações para além da troca verbal, quanto a *proposição*, são compostas por dois elementos centrais: o Modo e o Resíduo. Eggins (1990), Martin e Rose (2007) e Halliday e Matthiessen (2014) sugerem que o Modo é a parte da estrutura da oração negociável. Assim, no decorrer da troca, os movimentos que se sucedem, que compõem uma sequência ou que constituem um par adjacente se organizam em torno da unidade de Modo. Essa unidade, conforme Halliday e Matthiessen (2014), se subdivide em subunidades, quais sejam: Sujeito e Finito.

O Sujeito é composto de um grupo nominal e o Finito compreende uma parcela do grupo verbal, englobando o tempo da interação, a polaridade e a modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Cumpre ressaltar, como indicam Fuzer e Cabral (2014), que o Sujeito em língua portuguesa admite ser omitido na oração, sendo recuperável pelas categorias verbais. Já o Finito, como indicado, tem por função assinalar o tempo relativo ao momento da situação, a validade da proposição - modalidade -, e o caráter de polaridade da proposição (negativa ou positiva).

Acrescente-se que o Sujeito, na proposta sistêmico-funcional, carrega o que Halliday e Matthiessen (2014, p. 148) chamam de *responsabilidade modal*, “[a] responsabilidade pela validade do que está sendo predicado [...] na oração”<sup>22</sup>. Os autores ressaltam que a noção de validade não está atrelada ao recurso lógico de atestar a veracidade da proposição, mas à negociação dos interactantes acerca de uma dada proposição ou proposta.

O outro componente do Modo consiste no Resíduo, que apresenta as subunidades *Predicador*, *Complemento* e *Adjunto*. Segundo Fuzer e Cabral (2014), o Predicador é realizado, usualmente, pelo grupo verbal e cumpre as funções de marcar o tempo e a voz verbais, além de estar relacionado ao processo e a valores aspectuais do verbo. O Complemento é realizado por um grupo nominal e apresenta potencial para ocupar a posição de sujeito, podendo, em determinadas funções de fala ser transposto para tal função. Por fim, o Adjunto é realizado por um grupo preposicional ou adverbial e, conforme afirmam Fuzer e Cabral (2014), diferentemente do Complemento, não apresenta potencial para ser Sujeito.

### 2.3.2.3.3 Estrato grafo-fonológico

A descrição das unidades de ato, movimento e troca, seja na proposta etnometodológica, seja na Análise de Discurso inglesa, apresenta critérios de correlação

---

<sup>22</sup> Tradução nossa do original: “responsibility for the validity of what is being predicated [...] in the clause” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 148).

gramatical. Na EAC, por exemplo, observa-se a tentativa de identificação de um determinado ato por meio da correspondência à unidade gramatical da oração. Na Análise de Discurso inglesa, também há a correspondência entre oração e movimento, sendo a primeira o critério de identificação da segunda, ainda que sejam necessários outros recursos para explicar a composição de sequências de movimentos, como é o caso da proposição de se observar a elipse gramatical para estabelecer os limites de um dado movimento.

A implementação do estrato fonológico na análise da conversação casual resulta da necessidade de identificação da unidade semântico-discursiva de movimento, conforme se observa em Eggins (1990). É necessária assim a coocorrência de unidades léxico-gramaticais e fonológicas para assinalar a existência do movimento.

Tais unidades correspondem, no nível léxico-gramatical, à oração do ponto de vista interpessoal, ou seja, a oração como troca, subdivida, como vimos na seção 2.3.2.3.2, em Modo e Resíduo, e, no estrato fonológico, às unidades de ritmo, tonicidade e tom. Conforme indica Eggins (1990, p. 173):

[...] apenas associando a correlação dos limites do grupo tonal com os limites de constituintes gramaticais, as unidades identificadas como movimentos podem capturar tanto a base gramatical (como unidades às quais as funções de fala podem ser atribuídas), como as dimensões interacionais (como unidades variavelmente determinadas pela organização contínua da tomada de turno)<sup>23</sup>.

A coincidência, portanto, entre um grupo tonal e um constituinte gramatical, conforme se observa na citação permite identificar um movimento a fim de que seja possível estabelecer sua extensão. Desse modo, é possível prever a composição de turnos de fala, evitando, por um lado, a correspondência biunívoca entre movimento e turno, assim como outras unidades semântico-discursivas (cf. troca) e, por outro lado, permitindo uma descrição mais criteriosa das sequências de movimentos, ainda que sejam sequências monológicas. Uma vez que a identificação do movimento reside em critérios explícitos de descrição, a atribuição de funções de fala a cada movimento tende a ser mais clara. Do ponto de vista interacional, compreende-se o movimento como a unidade de negociação e, por conseguinte, o que leva os falantes a tomarem o turno continuamente para interagirem. Sua identificação, portanto, permite-nos recortá-lo de sua contínua ocorrência a fim de analisar sua função interpessoal e seu papel interacional.

---

<sup>23</sup> Tradução nossa do original: “[...] merely associating the correlation of tone group boundaries with grammatical constituent boundaries, the units identified as moves can capture both the grammatical basis (as units to which speech functions can be assigned), and the interactional dimensions (as units variably determined by the on-going turn-taking organisation)” (EGGINS, 1990, p. 173).

Os critérios estabelecidos por Eggins (1990, p. 173), dentro do quadro da LSF, são assim sintetizados: “cada grupo tonal produzido por um único falante em um único turno na fala representa um movimento, CONTANTO QUE os limites do grupo tonal sejam coextensivos com os limites dos constituintes gramaticais”<sup>24</sup>. A essa condição, acrescenta-se que apenas uma escolha tonal é realizada.

Dado o papel do estrato fonológico e a importância, especificamente, dos sistemas citados – RITMO, TONALIDADE, TONICIDADE, TOM -, conclama-se a apresentação dos aspectos prosódicos, em especial, os aspectos entoacionais para a construção de significados nos textos orais. Nos trabalhos de LSF atualmente no Brasil, até o ponto em que conseguimos mapear, a abordagem dessa tipologia de textos, tão presente em nossos usos diários, carece do mapeamento de recursos prosódicos e, principalmente, da relação entre tais recursos e outros de natureza semântico-discursiva, motivados por critérios contextuais. Esse imbricamento permite-nos empreender a descrição de *gêneros* orais considerando os diversos recursos potencializados para a sua realização.

Para Halliday (1989, p. 48), “a entonação, por outro lado, funciona no sistema léxico-gramatical: ela codifica alguns aspectos dos fraseados e, portanto, expressa diretamente contraste nos significados”<sup>25</sup>. Em Halliday e Greaves (2008), os significados textuais são relacionados diretamente ao sistema de tonicidade e os significados interpessoais estão ligados ao sistema de tom. O primeiro mapeia a organização do fluxo discursivo a partir da unidade central da proeminência tônica; o segundo permite verificar a organização modal da oração, a modalidade e a avaliatividade.

Halliday (1989) aponta a concepção de línguas tonais e não tonais, enquadrando-se o português nestas últimas. As línguas tonais apresentam uma função lexical marcada pelo tom (ascendente ou descendente). Nas línguas não tonais, o tom marca uma função gramatical, que, de acordo com Halliday (1989, p. 49):

A escolha da ENTONAÇÃO (o contorno tonal de uma oração ou frase) expressa alguns aspectos da função discursiva, usualmente tendo algo a ver com certeza ou dúvida; e o LOCAL DA PROEMINENCIA TONAL (onde a elevação ou queda principal no tom ocorre)

---

<sup>24</sup> Tradução nossa do original: “each tone group produced by a single speaker within a single turn at talk represents one move, PROVIDED THAT the tone group boundaries are coterminous with grammatical constituent boundaries” (EGGINS, 1990, p. 173).

<sup>25</sup> Tradução nossa do original: “Intonation, on the other hand, functions in the lexico-grammatical system: it encodes some aspect of the wording, and therefore directly expresses contrasts in meaning” (HALLIDAY, 1989, p. 48).

usualmente apresenta alguma informação sobre como o discurso é organizado em mensagens, e o que se espera que o falante faça<sup>26</sup>.

Ao relacionar o contorno tonal às funções de certeza e dúvida, estabelece-se uma correspondência entre o estrato fonológico e o sistema de MODO e MODALIDADE, relativo à metafunção interpessoal, assim como sugere Halliday (1989), pondo em relação a entonação e os sistemas de MODO e MODALIDADE. Também se estabelece uma relação entre a proeminência tonal e textual (fluxo do discurso - “como o discurso é organizado em mensagens”).

Halliday (1989, p. 48) define entonação como “movimento melódico, o aumento e a diminuição do movimento melódico. Ritmo é a ‘batida’ da língua, que lhe dá uma organização no tempo. Ambos são recursos prosódicos: eles são parte do sistema da língua”<sup>27</sup>. Esse movimento melódico, incluindo-se a proeminência tônica, compreendida como a modificação mais significativa na curva melódica, ocorre ao longo de porções da fala (HALLIDAY; GREAVES, 2008). Tomemos como exemplo a oração a seguir retirada do *corpus* de Sousa (2013) para ilustrar a marcação da proeminência tônica para explicitar melhor o que apresentamos anteriormente:

//4 eu /tenho /dez ||a:no//

Para verificarmos a proeminência tonal na oração anterior, utilizamos o *software* PRAAT, fazendo a marcação da frequência fundamental (F0)<sup>28</sup> em cada vogal da oração a fim de observar o movimento melódico. Pode-se observar a identificação das frequências no Quadro 9.

Quadro 9 – Marcação de frequências fundamentais de uma oração retirada de narrativa ficcional oral

239.8	277.1	271.8	272.7	248	272
Eu	te	nho	dez	<u>a</u>	no

Fonte: autoria própria, com base nos dados obtidos no PRAAT.

<sup>26</sup> Tradução nossa do original: “The choice of INTONATION (the pitch contour of a clause or phrase) expresses some aspect of the speech function, usually having something to do with certainty or doubt; and the LOCATION OF PITCH PROMINENCE (where the main fall or rise in pitch occurs) often carries some information about how the discourse is organized into messages, and what the listener is expected to attend to” (HALLIDAY, 1989, p. 49).

<sup>27</sup> Tradução nossa do original: “[...] the melodic movement, the rise and fall in pitch. Rhythm is the ‘beat’ of the language, which gives it an organization in time. Both are prosodic features: they are part of the system of the language” (HALLIDAY, 1989, p. 48).

<sup>28</sup> Queremos salientar que o tom ou qualquer outro recurso entoacional, como defendem Halliday e Greaves (2008), não devem ser tomados por meio de relações de constituência, ou seja, não são o resultado da integração de segmentos, mas, principalmente, do mapeamento de recursos entoacionais junto a outros estratos linguísticos. Assim, a marcação de F0 no quadro 09 não assinala de modo absoluto que o tom 4 seria resultado de sua integração – a própria noção de segmento é inviável. Assim, calculamos F0 de modo similar a Cagliari (1981, 2012), por meio da média do movimento melódico que ocorre nas vogais, como forma de verificar um possível contorno melódico.

No Quadro 9, à exceção do primeiro termo, que, na gravação, aparece quase inaudível, há uma manutenção da frequência fundamental (F0) até a diminuição em “ano”, termo no qual é marcada a proeminência tonal. A sílaba tônica saliente (STS) (cf. CAGLIARI, 2012), que é a unidade em que se realiza a proeminência tonal, permite identificar o foco informacional, nesse caso, assinalado em “ano”. Tudo o que se segue à STS configura a unidade tônica do grupo tonal, tudo o que precede a STS compõe a unidade pretônica.

Os aspectos prosódicos, na perspectiva sistêmico-funcional, tomam como ponto de partida descritivo a delimitação de uma unidade informacional, que, expressivamente, corresponde ao grupo tonal (HALLIDAY; GREAVES, 2008; CAGLIARI, 1981, 2007, 2012; CARVALHO; GEMENTI; CAGLIARI, 2011). Os autores descrevem a composição do grupo tonal a partir de dois elementos: Pretônico ^ Tônico, separados pela proeminência tonal manifestada por uma sílaba saliente. Halliday e Greaves (2008, p. 54) assim definem a proeminência tônica:

É o lugar onde ocorre a maior quantidade de movimento melódico, em relação à faixa de movimento melódico que está disponível à medida em que o alcance potencial diminui de um amplo potencial no início da unidade de tom para um potencial muito mais limitado no final<sup>29</sup>.

As barras duplas marcam as fronteiras do grupo tonal, neste caso, coincidente com a oração, compondo uma unidade não marcada. Cada barra simples marca um pé fonológico composto de pelo menos uma sílaba acentuada e possíveis sílabas não acentuadas. Cada grupo tonal apresenta, pelo menos uma sílaba saliente, que configura, a proeminência tonal. Halliday e Greaves (2008) asseveram que a proeminência tonal marca o *foco* que o falante dá a uma dada informação em sua fala. As barras duplas verticais ( || ) indicam a fronteira entre o componente pretônico e o tônico, a exemplo da transcrição que Cagliari (2012) faz com base no modelo de Halliday.

#### 2.3.2.3.3.1 Ritmo

Halliday (1989) e Slade (1996) mostram que o ritmo cumpre funções relacionadas à organização da métrica, à marcação dos pés fonológicos e à identificação da proeminência tônica, que está diretamente ligada ao contorno entoacional.

---

<sup>29</sup> Tradução nossa do original: “It is the place where the greatest amount of pitch movement occurs, relative to the range of pitch change that is available as the potential range decreases from wide potential at the beginning of the tone unit to much narrower potential at the end” (HALLIDAY; GREAVES, 2008, p. 54).

Embora Halliday (1989, p. 48) afirme que “a função do ritmo é interna ao sistema fonológico: isto é, ele impõe organização aos sons da língua, particularmente o padrão das sílabas, mas não expressa por si mesmo contrastes no significado”<sup>30</sup>, é importante considerar que as marcações operadas pelo ritmo, tais como organização dos pés fonológicos, ajudam-nos a identificar as batidas, que, por extensão, influenciam na proeminência tonal. Essa proeminência auxilia na organização da mensagem em porções informacionais, que desempenham especial papel no fluxo informacional.

Além da formação da métrica, dos pés e das sílabas, marcados pelo ritmo, consideraremos a pausa como um recurso rítmico que apresenta influências sobre estruturas gramaticais. É importante considerar o grau de monitoramento para os diferentes registros como forma de controle do ritmo. Para Halliday (1989), quanto maior o grau de consciência que temos da fala, o que consideraremos como grau de monitoramento, menor é a sistematicidade do ritmo. Conversações casuais do dia a dia tendem assim a manter uma sistematicidade rítmica maior na medida em que o grau de monitoramento tende a ser reduzido.

#### 2.3.2.3.3.2 Tonicidade e tom

Como já foi apresentada na noção de ritmo, as unidades do pé fonológico não apresentam contraste de significado no tocante à influência dos aspectos suprasegmentais sobre os estratos léxico-gramaticais e semântico-discursivos. Halliday (1989, p. 53) apresenta, como unidade entoacional significativa, o grupo tonal. Para ele, “o grupo tonal representa um segmento significativo do discurso. Cada grupo tonal é, por assim dizer, uma porção da mensagem, o modo pelo qual o falante a organiza enquanto progride”<sup>31</sup>.

Para o autor, o grupo tonal apresenta uma propriedade ligada à proeminência tônica e corresponde assim à tonicidade e outra propriedade ligada à seleção de grupos melódicos correspondente ao tom. Conforme já foi dito, a proeminência tônica ou tonicidade é responsável por organizar dados informacionais no discurso.

Conforme afirma Halliday (1989), a regulação informacional depende, em parte, do contexto situacional, uma vez que envolve o momento do discurso. Uma informação pode ser

---

<sup>30</sup> Tradução nossa do original: “[...] the function of rhythm is internal to the phonological system: that is, it imposes organization on the sound of language, particularly the patterning of the syllables, but does not by itself express contrasts in meaning” (HALLIDAY, 1989, p. 48).

<sup>31</sup> Tradução nossa do original: “The tone group does represent a meaningful segment of the discourse. Each tone group is, so to speak, one quantum of the message, the way the speaker is organising it as he goes along” (HALLIDAY, 1989, p. 53).

caracterizada como nova se um dado objeto de discurso está à disposição dos interactantes na situação em que se pronunciam. Em seu desenvolvimento, Halliday (1989, p. 55) sinaliza uma correlação entre a natureza da informação dada-nova e figura-fundo, visto que “o ‘dado’ constitui o terreno contra o qual este ‘novo’ é feito para figurar”<sup>32</sup>. Ao caracterizar a estrutura não marcada de manifestação das informações dadas e novas, podemos estabelecer uma proximidade também entre o par dado-novo e tema-rema, visto que a manifestação prototípica consiste de uma informação nova obrigatória em que incide a proeminência tonal, precedida e/ou seguida de informações dadas.

Halliday (1989) nos mostra que a proeminência tônica marca a informação nova dentro de uma unidade informacional em torno da qual se organizam as informações dadas, seguindo-se a disposição: informações que precedem o grupo tonal podem ou não ser informações dadas; informações que sucedem, dentro de um mesmo grupo tonal, a proeminência tônica configuram informações dadas.

No que diz respeito ao tom, Halliday (1989, p. 57) define sua implicação semântica como “a ‘chave’ de um movimento particular no discurso”<sup>33</sup>. O sistema de tom apresenta cinco categorias principais e duas resultantes tons compostos, que regulam aspectos de ascendência e descendência tonal, conforme se observa abaixo:

Tom 1 (tonalidade descendente)  
 Tom 2 (tonalidade ascendente)  
 Tom 3 (tonalidade baixa ascendente)  
 Tom 4 (tonalidade descendente-ascendente)  
 Tom 5 (tonalidade ascendente-descendente)  
 Tom 13 (descendente + baixa ascendente)  
 Tom 53 (ascendente-descendente + baixa ascendente)<sup>34</sup>  
 (HALLIDAY, 1989, p. 53-54)

Halliday e Greaves (2008) ressaltam a correspondência existente entre os tons primários e os modos oracionais. Para os autores, o papel principal do sistema de tom consiste na delimitação de significados gramaticais. Os tons 1 e 2 realizam de maneira congruente os

<sup>32</sup> Tradução nossa do original: “The ‘given’ constitutes the ground against which this news is made to figure” (HALLIDAY, 1989, p. 55).

<sup>33</sup> Tradução nossa do original: “[...] they ‘key’ of this particular move in the discourse” (HALLIDAY, 1989, p. 57).

<sup>34</sup> Tradução nossa do original:

“ tone 1 fall  
 tone 2 rise  
 tone 3 low rise  
 tone 4 fall-rise  
 tone 5 rise-fall  
 tone 13 fall + low rise  
 tone 53 rise-fall + low rise” (HALLIDAY, 1989, p. 53-54).



modos oracionais afirmativos (e interrogativas polares) e interrogativos (QU-) e os tons 1 e 3 tendem a realizar modos imperativos.

Veremos, no capítulo 4, que além da função léxico-gramatical, os aspectos entoacionais estão ligados a questões de gerenciamento de transposição de papéis interacionais e outros aspectos de natureza semântico-discursiva.

Neste capítulo, partimos do problema conceitual existente ao se definir termos como conversação, oralidade, gêneros orais, modalidade oral e fala. Apresentamos uma síntese de definições que circulam em dicionários e gramáticas de referência, de modo a sinalizar que um termo assume definição similar a de outro termo, como a indicação de sinonímia entre oralidade e língua falada (DUBOIS et. al., 2014) e as acepções de fala (BAGNO, 2017) e oralidade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016) em oposição à escrita.

Traçamos então um percurso de revisão teórica, que compreende as propostas da Etnometodologia e da Análise da Conversação, da Análise de Discurso inglesa e da Linguística Sistêmico-Funcional. Apresentamos, para isso, um panorama da evolução das abordagens em torno dos textos conversacionais. Interessam-nos as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional, sobretudo, em virtude de seu viés multifuncional e multiestratificado necessário para a interpretação da oralidade como uma instância do sistema semiótico verbal, a ser desenvolvida no capítulo 3. Já a evolução da proposta da EAC e os desenvolvimentos possibilitados pela Análise de Discurso inglesa nos permitem compreender o embasamento que dá sustentação à formalização do sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DE FALA. Isso nos permite rever alguns fundamentos empiristas que permaneceram nas descrições presentes em Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006). Nossa proposta, a ser apresentada no capítulo 4, busca uma sustentação teórica mais funcional para a descrição do sistema de FUNÇÕES DE FALA, que se reflete na descrição de sequências continuativas e não continuativas.

### 3 REFINAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTEXTUAIS

Neste capítulo, descreveremos os contextos culturais e situacionais de nossa pesquisa, o que envolve a descrição da ORALIDADE como instância do sistema linguístico no estrato contextual. A partir do estabelecimento e da configuração do sistema da ORALIDADE proporemos uma tipologia de textos orais que será relacionada com os níveis linguísticos no capítulo seguinte.

#### 3.1 A ORALIDADE em contexto

Ao partir de uma proposta que busca explicitar a semiose social, é preciso considerar que a participação das pessoas na sociedade não envolve uma ação individual, mas interações vinculadas a processos sociosemióticos, mediados pela linguagem. Nossas atividades no mundo, ideacionalmente, são mapeadas por meio dos significados mobilizados para a construção da ação social. Ao mesmo tempo, interpessoalmente, demandam ou mesmo pressupõem a ação de outros participantes no contexto em que nos inserimos. Textualmente, esses processos e essas interações são mediados por distintas composições linguísticas.

Visto que a língua é assim um potencial de significações que é instanciado por diversos meios, podemos afirmar que um dado sistema linguístico configura os processos sociosemióticos e as interações, realizando-os em instâncias distintas já previstas pelo paradigma linguístico do qual fazem parte. Assim, o sistema da língua portuguesa (potencial) mobiliza diversas instâncias em níveis distintos para realizar processos sociosemióticos e interações.

Dentre as possibilidades de instanciação, consideramos a oralidade como uma instância específica da língua. Essa afirmação visa, a despeito da intercalação de termos para se referir a essa entidade, situar a oralidade em relação à língua e aos textos orais e diferenciá-la de outros sistemas semióticos, bem como explicitar a diferença entre conversação, oralidade, gêneros orais e modalidade oral.

Halliday (1989, p. XV) afirma que “falar e escrever não são apenas modos alternativos de fazer as mesmas coisas; mais propriamente, são modos de fazer coisas diferentes”<sup>35</sup>. A proposição do autor impõe considerar fala e escrita para além de duas modalidades linguísticas, dois canais voltados para a materialização do sistema linguístico. Ao

---

<sup>35</sup> Tradução nossa do original: “Writing and speaking are not just alternative ways of doing the same things; rather, they are ways of doing different things” (HALLIDAY, 1989, p. XV).

pontuar que são modos de fazer coisas diferentes, consideramos, a partir da afirmação do autor, que o foco da distinção não se respalda no modo em si, mas na natureza e na função de seus objetos. Em outros termos, a possibilidade de alternância cessa em virtude da distinção entre fala e escrita enquanto objetos linguísticos diferentes, ainda que não mutuamente excludentes. Se considerássemos ambas como alternativas do sistema linguístico, as implicações desse posicionamento levariam à instanciação da língua em contextos culturais e situacionais similares ou indistintos, do mesmo modo que a instanciação no nível linguístico mobilizaria categorias aplicáveis a um ou outro modo indiscriminadamente, uma vez que as duas realizações seriam possibilidades alternativas disponíveis ao falante. Nesse sentido, fala e escrita poderiam ser descritas como alternativas de *realização* da língua (potencial) que conduziriam ao mesmo valor. A seleção por um ou outro meio caberia ao falante da língua guiado possivelmente em razão da usabilidade de cada recurso, sem prejuízo de sentido em ambos os casos.

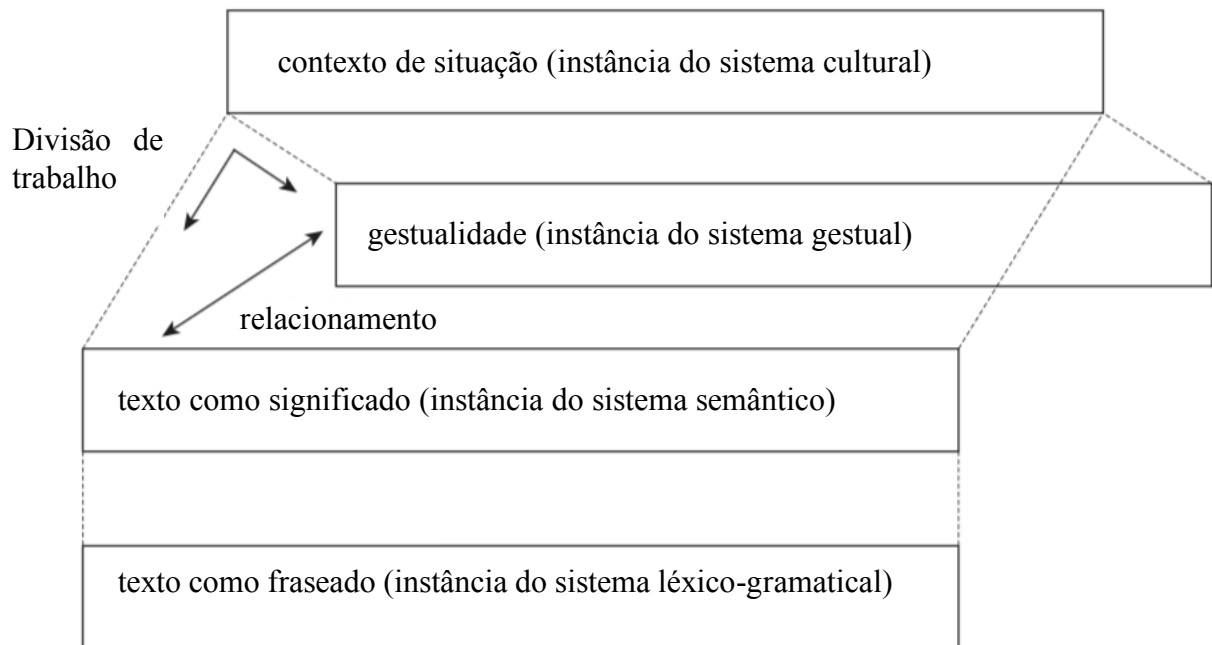
No entanto, se adotarmos a perspectiva de Halliday, a oralidade configura uma instância distinta do potencial de significação da língua. Assim, ao considerarmos o português como a matriz de significações que o falante tem à sua disposição, podemos pensar em seus subpotenciais sistemas de oralidade e de escrita, cada qual organizando suas instâncias de textos específicos. Falamos em textos orais e escritos como instâncias distintas entre si, passíveis de inter-relação, organizadas com base em tipos de texto específicos. Uma vez que a noção de instanciação prevê uma escala entre as entidades teóricas de um sistema e as instâncias que representam a atribuição de determinadas propriedades do sistema a um objeto particular (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014), as relações entre língua, oralidade e texto oral podem ser descritas com base na instanciação entre essas entidades. Ressaltamos que a natureza de um ou outro termo só pode ser definida de modo relacional e não categórico: a oralidade representa uma entidade teórica quando utilizada em relação aos textos orais, uma vez que estes partilham de propriedades provenientes de uma virtualidade; por outro lado, a oralidade é uma instância particular do sistema de língua portuguesa.

A oralidade, portanto, não pode constituir apenas uma categoria alternativa do sistema linguístico português, mas, uma instância de significação cujo potencial linguístico é atualizado de modo distinto de outras instâncias, ainda que não de forma excludente. Podemos conceber, portanto, que a oralidade, assim como a escrita e outros sistemas linguísticos, são instâncias distintas da língua (potencial). Ao fazer essa afirmação, estamos tomando por hipótese que oralidade, escrita e outros subsistemas estão diretamente relacionados a uma determinada língua e que atualizam potenciais de significação distintos. É possível, com isso,

estabelecer que cada subsistema linguístico atualiza um conjunto de tipos de textos ou gêneros textuais diferentes.

Defendemos que, além de especificar subvariáveis de *modo* para se referir a textos orais, a oralidade seja descrita como uma instância da língua, no estrato contextual, do mesmo modo que o sistema de escrita, de gestualidade, de visualidade etc. Para sustentar o argumento de que a oralidade deve ser compreendida como uma instância da língua em nível contextual, tomemos um primeiro indício presente em Halliday e Matthiessen (2014) ao representar a correlação entre a divisão de trabalho atribuída à linguagem verbal e à linguagem gestual, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Gestualidade acompanhando a palavra e o significado linguístico em contexto



Fonte: traduzida de Halliday e Matthiessen (2014, p. 47).

Na Figura 6, é possível observar que, ainda que a subvariável *divisão de trabalho* defina categorias específicas a sistemas distintos, observa-se o gesto como uma instância do sistema de gestualidade, este diretamente relacionado ao contexto de situação ao lado da língua. Se a divisão de trabalho mobiliza concomitantemente um sistema de gestualidade e um sistema semiótico verbal (oral ou escrito), é necessário especificar a natureza e a função deste último sistema. A equivalência que se estabelece pelo relacionamento entre a gestualidade e o texto como significado/palavra equipara estratos distintos - estrato do contexto de situação (gestualidade como instância do sistema gestual) e estratos semântico e léxico-gramatical (texto como instância do sistema semântico).

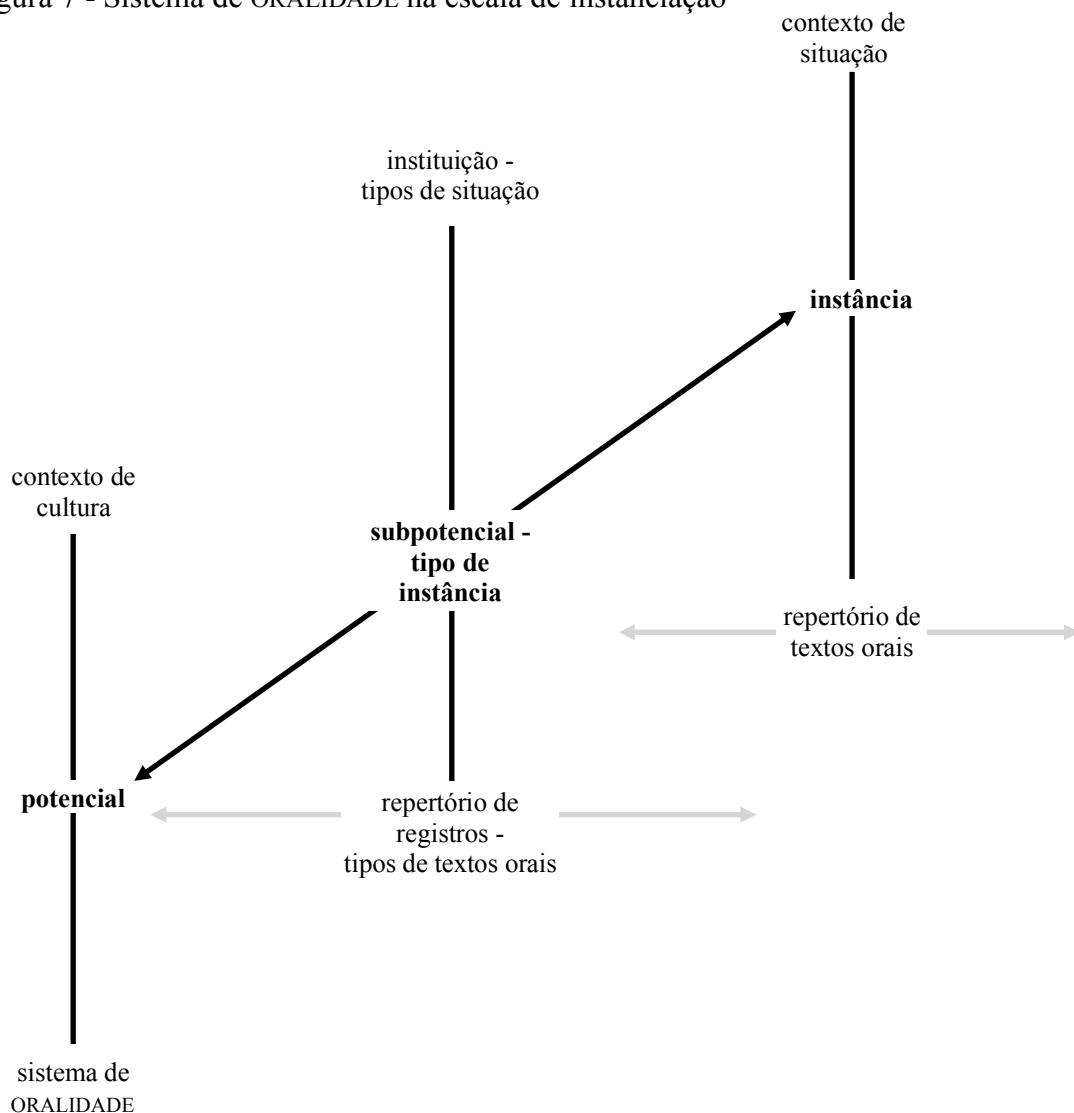
Um segundo indício do que vimos defendendo está relacionado à questão da extensão desses sistemas semióticos na escala de instanciação, lacuna esta que retomamos para defender novamente a oralidade como uma instância do sistema, em nosso caso, da língua portuguesa. Para tanto, partamos da afirmação de Halliday e Matthiessen (2014, p. 48): “Nós podemos perguntar sobre qualquer sistema semiótico o quão sistêmico ele é”<sup>36</sup>. Estabelecer a oralidade como um desses sistemas semióticos e descrever sua sistemicidade, explicitando e refinando sua rede de possibilidades, constituem nosso objetivo.

Podemos, inicialmente, alocar a oralidade em relação ao sistema da língua e ao repertório de textos orais de que dispõe o falante. Um dado texto oral deixa de ser descrito apenas - ou principalmente - segundo as subvariáveis de *modo* para ser compreendido como uma instância da oralidade, conforme ilustrado na Figura 7. Halliday e Matthiessen (2014) indicam que o contexto de cultura está relacionado ao aspecto mais abstrato, ligado ao sistema linguístico, e que, relacionado a esse sistema, encontram-se outras instâncias dispostas em escala, em termos de graus de abstração menores. Ao sistema linguístico, nível mais abstrato da escala, vinculam-se os tipos de situações, com valores subpotenciais ou tipos de instâncias, em que se alocariam os tipos de textos pertencentes a um dado sistema linguístico e, por fim, em um nível menos abstrato, o contexto de situação encontram-se disposto como uma instância específica, em que se define um repertório de textos. Ao adaptarmos a escala de instanciação presente em Halliday e Matthiessen (2014), estamos propondo que o sistema de oralidade esteja em um nível mais alto de abstração, de tal modo que mapeie tipos de situações e contextos de situação orais, ao mesmo tempo em que instancia de modo menos abstrato o sistema linguístico.

---

<sup>36</sup> Tradução nossa do original: “We can ask of any one given semiotic system how systemic it is” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 48).

Figura 7 - Sistema de ORALIDADE na escala de instanciação



Fonte: adaptada de Halliday e Matthiessen (2014, p. 28).

A proposição da oralidade como uma instância linguística no nível contextual visa em primeiro lugar retirar a interpretação da oralidade como um conjunto de textos realizados pela modalidade oral da língua. Tal interpretação reside na ideia de que textos orais, escritos, visuais e outros se diferenciam apenas pelo meio ou pelo canal. Considerar a oralidade como uma instância linguística, portanto, coloca-a no nível contextual da língua e tem implicações macrosociais no que concerne aos gêneros e aos registros que a realizam, sem excluir as especificidades referentes à variável *modo*, como o canal fônico.

Em segundo lugar, é preciso considerar que o nível contextual da língua repercute nos níveis linguísticos. Tomada como um potencial de significados no estrato do contexto cultural, a oralidade repercute por uma tipologia de contextos situacionais, consequentemente por sistemas semântico-discursivos, léxico-gramaticais e grafo-fonológicos ligados a valores

ideacionais, interpessoais e textuais. Se restringirmos a oralidade somente a seleções da variável *modo*, seremos obrigados a considerar que as diferenças entre textos orais, escritos, visuais e outros implicam diferenças somente em significados textuais, o que seria um contrassenso no âmbito da LSF.

Uma vez que a oralidade seja tomada no nível do contexto cultural e seja realizada pelas variáveis do contexto situacional, sua descrição e explicação permitem o desenvolvimento de uma taxonomia de situações comunicativas orais, não ignorando sua integração com outros sistemas, e uma taxonomia de textos orais. Seguimos, nesse sentido, a orientação proposta por Halliday e Matthiessen (2014, p. 35): “É certamente verdade que no desenvolvimento de uma taxonomia de textos, nós podemos adotar - nós precisamos adotar - uma perspectiva trinocular, equiparando considerações contextuais, semânticas e léxico-gramaticais para dar suporte à taxonomia”<sup>37</sup>. Na proposição de critérios para a descrição da oralidade na perspectiva sistêmico-funcional, buscamos, na próxima seção, descrevê-la segundo essa equiparação, abrindo possibilidades para a descrição de textos orais em língua portuguesa.

### 3.2 A oralidade como sistema semiótico verbal

Situada assim como uma instância da língua e como um potencial de registros orais, a oralidade configura, como indicamos a partir de Halliday e Matthiessen (2014), um sistema semiótico e, enquanto sistema, pressupõe uma rede de relações paradigmáticas. Para descrever esse sistema, partiremos de alguns critérios iniciais que foram apresentados nas definições sistematizadas no capítulo 2.

Seja nas definições de conversação, seja nas definições de modalidade oral/oralidade, os diversos autores realçam, em geral, os participantes da interação, as condições espaço-temporais, o canal e o propósito comunicativo<sup>38</sup>. Castilho (2012), como discutimos, se preocupa ainda com a existência de uma sintaxe colaborativa, no entanto, demonstraremos que as condições de uma sintaxe colaborativa estão mais vinculadas à configuração de um sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DA FALA, assim como com realizações léxico-gramaticais e recursos expressivos específicos. Essa separação nos permite afirmar que a sintaxe colaborativa

<sup>37</sup> Tradução nossa do original: “It is certainly true that in developing a taxonomy of texts, we can adopt – we need to adopt – a trinocular perspective [...], matching up contextual, semantic and lexicogrammatical considerations to support the taxonomy” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 35).

<sup>38</sup> Respeitadas as diferenças teórico-metodológicas, critérios similares têm sido propostos para a definição de interação em áreas como a Linguística de Texto. Muniz-Lima (2019, *seminário*) define o termo como “modos de comunicação, ou práticas comunicativas, as quais sofrem interferência de diversos aspectos, como tipo de gestão (monogerida ou poligerida), sincronicidade (síncrona ou assíncrona) e tipo de mídia (internet, rádio, televisão etc.)”.

não é própria do sistema de ORALIDADE, mas pode resultar da configuração do estrato linguístico que realiza tanto o sistema de ORALIDADE quanto outros sistemas semióticos (observe-se o sistema de ESCRITA em contextos situacionais específicos - bilhete - ou mesmo o sistema da GESTUALIDADE em uma troca em Libras).

A oralidade, nosso objeto de investigação, pode então ser definida inicialmente como uma instanciação da língua (potencial) e um potencial de tipos de textos ao lado de outras(os) instâncias/potenciais, como a escrita, a visualidade, a gestualidade e outros. Configura, desse modo, um subsistema linguístico, definido a partir de suas subvariáveis.

Uma vez que assumimos a posição de Halliday (1989)<sup>39</sup>, a oralidade não compreende nem pode ser definida apenas segundo as categorias de *modo*. Em Halliday e Matthiessen (2014), algumas categorias que podem nos auxiliar na configuração da ORALIDADE são incluídas como categorias pertencentes à subvariável *modo*, ligada ao contexto situacional a partir da variável de registro. Todavia, não podemos reduzir esse sistema apenas à configuração dessas categorias, pois é notável que a oralidade empreende mais do que funções textuais no âmbito contextual. Reduzir o sistema de ORALIDADE às configurações da variável *modo* seria especificar a natureza e a função somente da modalidade oral da língua, deixando de reconhecer que os recursos de *modo* promovem determinadas configurações quando postos em interseção com as variáveis de *campo* e *relações*.

Na busca de descrever as relações do sistema de ORALIDADE, tomaremos por base, então, o contexto situacional por meio de cada uma de suas subvariáveis e, uma vez que a oralidade tem sido definida na literatura linguística a partir da noção de modo linguístico, partiremos das categorias da variável *modo* para estabelecer critérios de descrição para a ORALIDADE como sistema.

### **3.2.1 A oralidade segundo a variável modo**

Na subvariável *modo*, Halliday e Matthiessen (2014) consideram tipos de atividade sociosemiótica definidos segundo a correlação entre turno de fala e meio. A primeira categoria define as formas de tomada e troca de turno na interação, podendo ser subclassificadas em

---

<sup>39</sup> Referimo-nos em especial à afirmação do autor: “falar e escrever não são apenas modos alternativos de fazer as mesmas coisas; mais propriamente, são modos de fazer coisas diferentes” (HALLIDAY, 1989, p. XV).



*monologais e dialogais*. Já a segunda categoria especifica os meios - a mídia - pelos quais a interação é concretizada, classificada em *oral* ou *escrita*<sup>40</sup>.

A primeira subvariável *turno de fala*, indicada como um recurso de *modo*, leva-nos ao sistema de FUNÇÕES DE FALA (EGGINS, 1990; SLADE, 1996; EGGINS; SLADE, 2006). Em Eggins (1990), a proposição do sistema de FUNÇÕES DE FALA, como vimos no capítulo 2 (cf. Seção 2.3.2.3.2), integra os subsistemas de CONFIGURAÇÃO DE AUDIÊNCIA e TRANSFERÊNCIA DE TURNO, este englobando os subsistemas de POSIÇÃO e de FOCO. Embora os sistemas sejam adaptados em Eggins e Slade (2006), a noção de interações dialogais e multilogais (em grupo) é pautada no número de participantes e tem papel importante no que seria o equivalente ao sistema de TRANSFERÊNCIA DE TURNO. Portanto, mais do que ser apenas uma característica semiótica, a configuração dos turnos a partir dos quais derivam aspectos interacionais referentes em especial aos papéis que os interactantes desempenham na situação, o turno parece cumprir funções importantes do ponto de vista interpessoal.

Mais especificamente, a quantidade de participantes na oralidade, dentro da proposta de Eggins e Slade (2006), pode definir formas de manutenção da negociação, atribuição e manifestação de poder e relação de solidariedade. Assim, pelos argumentos propostos por Eggins (1990) e retomados em Eggins e Slade (2006), optamos por considerar, além de interações monologais e dialogais, também interações em grupo com três ou mais pessoas, visto que estabelecem modelos particulares de participação na situação comunicativa, isto é, a interação parece ser configurada de formas distintas a depender da quantidade de participantes e da respectiva atribuição de papéis sociocomunicativos a cada um deles. Reforçamos que não se trata somente de uma disposição textual, segundo a qual sejam orientados o fluxo informacional ou o rastreamento de determinadas informações, mas do modo de inserção dos participantes e de suas respectivas funções em relação uns aos outros, por isso nosso posicionamento em considerar que esse traço implica na mobilização de fatores interpessoais e não apenas textuais. Voltaremos a essa discussão na seção 3.2.2 por mobilizar a variável *relações*.

A segunda categoria de modo elencada por Halliday e Matthiessen (2014) consiste no meio. Em geral, as subcategorias explicitadas consistem em oral e escrito, no entanto, pode-

---

<sup>40</sup> A essas duas variáveis, Halliday e Matthiessen (2014) incluem canal, divisão de trabalho e modo retórico. A subvariável *canal* especifica, como o nome indica, o canal pelo qual a informação é veiculada (ex.: canal fônico para um meio oral); a subvariável *divisão de trabalho* define o papel da linguagem em uma dada atividade social: se a linguagem em si constitui a própria atividade ou se a linguagem acompanha e complementa a atividade; por fim, a subvariável *modo retórico* define a complementação da linguagem ao contexto: “informativo, didático, persuasivo, exortatório, pragmáticos e outros” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 38).

se incluir outras, como visual e tátil, uma vez que nos parece ligado à dimensão sensorial-perceptual que possibilita a comunicação. Os autores fazem menção à descrição de sistemas semióticos somáticos e exosomáticos no sentido de explicitar a configuração de sistemas multimodais possíveis, apreensíveis diretamente pelos nossos sentidos naturais e suas possíveis imbricações, compondo uma escala de integração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Em uma dada situação comunicativa oral, são imprescindíveis os recursos gestofaciais e a linguagem corporal para a produção e interpretação das significações ali presentes. É certo também que, conforme indicam os autores, cada sistema semiótico deve ser pensado a partir de sua rede sistêmica e de sua escala de integração, no entanto, não se pode afirmar que o sistema da GESTUALIDADE ou da FACIALIDADE compõem diretamente o sistema da ORALIDADE, mas é possível conceber sua necessária integração em determinados registros.

A determinação do meio traz implicações diretas para o conceito de realização entre os diversos estratos do nível linguísticos. Um exemplo disso incide sobre o estrato expressivo da língua, que se reflete nos demais estratos: os sistemas de TONALIDADE e de RITMO, necessários à identificação da unidade de movimento no sistema de FUNÇÕES DA FALA, depende, no meio oral, de determinados recursos. A identificação da unidade semântico-discursiva, no meio visual, por outro lado, já demandaria outros recursos distintos daqueles possíveis nos sistemas de TONALIDADE e de RITMO, o que influenciaria possivelmente na extensão da unidade e conseqüentemente na atribuição de sua função.

Tomando por base a categoria de meio, concebemos a realização congruente do sistema da ORALIDADE pelo meio oral, não desconsiderando outras possibilidades de realização incongruentes. Afirmamos que o sistema da ORALIDADE não é definido somente pela categoria de meio, mas que o meio oral tem sido apresentado como a realização mais prototípica da oralidade.

A fim de compor nossa rede do sistema de ORALIDADE, relacionaremos a categoria de meio à de canal. Halliday e Matthiessen (2014) mencionam pontualmente a noção de canal e incluem aí as mídias que possibilitam a manifestação das informações. Embora na apresentação da variável *modo*, os autores citem apenas os canais gráfico e fônico, eles consideram o surgimento de outros canais com o desenvolvimento tecnológico (telefones, computadores, *tablets*, *smartphones* etc.). Utilizaremos a imbricação entre essas duas subvariáveis para especificar as restrições espaço-temporais de ocorrência do sistema da ORALIDADE.

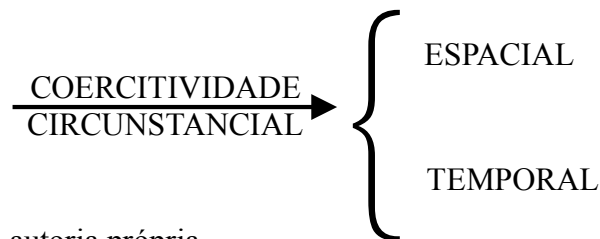
As múltiplas mídias à disposição do falante resultam de um desenvolvimento tecnológico que permitiu a elaboração de novas atividades sociais. Halliday e Matthiessen

(2014) pontuam as novas formas de partilhar valores que os novos canais possibilitaram, modificando a dinâmica de participação social pública e privada em razão da necessidade de partilha. Isso implica mudanças nas relações interpessoais mesmo ao considerarmos gêneros já instituídos por canais convencionais como o fônico.

Na instância da ORALIDADE, tomamos de empréstimo o termo *coercitividade* utilizado por Charaudeau e Maingueneau (2016) para se referirem às especificações de lugar, tempo e participantes na conversação, sobre as quais falamos no capítulo 2. Utilizá-lo-emos para especificar as condições espaço-temporais de textos orais em meio oral modificadas pela pluralidade de canais emergentes.

O subsistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL opera ao lado do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES (cf. seção 3.2.2) com entradas simultâneas, o que implica que cada subsistema opera de modo integrado ao outro. O falante empreende suas seleções em uma e outra rede concomitantemente. Esse sistema permite a especificação de dois subsistemas simultâneos: o de ESPACIALIDADE e o de TEMPORALIDADE, conforme se observa na Figura 8.

Figura 8 – Sistema provisório de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL



Fonte: autoria própria.

Concebemos coercitividade espacial como o conjunto de contrações ou expansões espaciais<sup>41</sup> possibilitadas por um dado canal que veicula o meio oral. A contração espacial opera com a presença dos interlocutores em uma dada situação comunicativa, como é o caso da conversação face-a-face, o que lhes permite possivelmente uma maior partilha de elementos contextuais e uma presença maior de dêiticos, ao passo que a expansão espacial possibilita um grau maior de distanciamento espacial entre os interlocutores, a exemplo de uma conversação

<sup>41</sup> Deslocamos os termos *contrações* e *expansões* de sua aplicação ao sistema de ENGAJAMENTO (MARTIN; WHITE, 2005) em que assumem, respectivamente, os valores de restrição/delimitação e ampliação de posições e vozes dialogicamente alternativas para referirmo-nos às condições espaço-temporais das trocas sociocomunicativas.

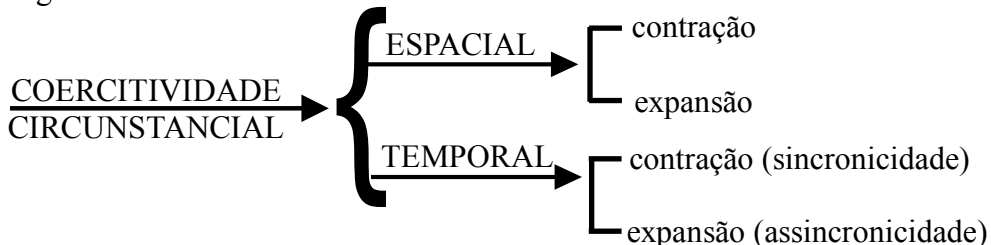
telefônica, possibilitando-lhes a não partilha física de espaço<sup>42</sup>, o que possivelmente implica uma maior marcação referencial e textual.

As referidas categorias nos permitem observar diferentes modos de relação interpessoal, visto que possibilitam meios distintos de negociação, de avaliação e de envolvimento. Relações de expansão espacial, por exemplo, nos permitem borrar fronteiras socioespaciais de tal modo que os papéis que desempenhamos em um dado lugar podem estar relacionados muito mais ao espaço simbólico do que ao espaço físico propriamente dito ou apresentar características de instituições diferentes, permitindo uma integração entre campos distintos. É o caso de uma ligação familiar realizada a partir de um ambiente de trabalho, em que a linguagem pode apresentar ao mesmo tempo marcas de familiaridade e intimidade, mas graus menores de informalidade.

No que concerne à temporalidade dos textos orais, concebemos a coeritividade temporal como o conjunto de contrações ou expansões temporais possibilitadas por um dado canal ao meio oral. A contração temporal resulta da troca simultânea de informações pelos interactantes em uma dada situação comunicativa, o que permite a manutenção de textos orais de modo síncrono. A expansão temporal permite a ampliação da troca, de modo que a sequência de movimentos que a compõem possam ocorrer em momentos distintos, de maneira assíncrona. Desse modo, uma conversação por meio de áudio no aplicativo *Telegram* pode ser desenvolvida a partir de um conjunto de áudios que podem se estender por minutos, horas, dias e semanas, obedecendo a princípios de progressão interacional, em que cada interactante pode optar por *manter* a conversação em momentos distintos.

No que concerne, portanto, ao desenvolvimento do sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL, temos a seguinte rede:

Figura 9 - Sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL



Fonte: autoria própria.

<sup>42</sup> Referimo-nos à partilha física, porque, ao considerarmos o espaço virtual como o espaço possibilitado pela mídia, é possível que possamos afirmar que ocorre uma partilha virtual de espaço. Tal consideração é feita com base na observação da perspectiva textual-interativa em que Marcuschi (2008) considera a existência de suportes físicos e virtuais.

O sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL apresenta, como se observa na figura 9, dois subtipos de natureza cosseletiva, espacial e temporal. Em outras palavras, os sistemas de tipos de coerçitividade espacial e temporal atuam simultaneamente nos mais variados tipos de textos orais. No sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL, seleciona-se simultaneamente um tipo de coerçitividade espacial, contração ou expansão, e um tipo de coerçitividade temporal, contração ou expansão. Dentro da rede que compreende o sistema de ORALIDADE, os tipos de coerçitividade circunstancial operam por cosseleção ao lado do sistema de PAPÉIS DE PARTICIPANTES e do sistema de ATIVIDADES, a serem discutidos nas próximas seções.

### 3.2.2 A oralidade segundo a variável relações

A variável *relações* está relacionada aos interactantes e aos papéis que desempenham em uma dada situação comunicativa. Para nosso sistema da ORALIDADE, portanto, propomos no primeiro nível sistêmico de sua rede de possibilidades, o subsistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES<sup>43</sup>, cujas entradas permitem mapear três subtipos de papéis, delineados com base em Ventola (1979): social, textual e participativo. A autora pontua que os papéis sociais são definidos conforme a situação comunicativa de que participam os indivíduos e tais papéis definem seus modos de comportamento social, tendo como fator relevante o nível hierárquico entre os interactantes na situação.

Além da hierarquia, outro fator que se sobressai na definição dos papéis sociais, como subvariável *relações*, é o grau de proximidade entre os interactantes, como pontuamos no capítulo 2. Em Martin e White (2005), os papéis sociais dos interactantes são mapeados com base em duas subvariáveis de relações: poder (hierarquia) e solidariedade (distância social)<sup>44</sup>. Já Halliday e Matthiessen (2014) propõem estabelecer a natureza dos interactantes a partir da variável de registro, considerando: os papéis dos interactantes, subdivididos em institucionais, de status, de contato e sociométricos, e os valores atribuídos ao domínio social.

<sup>43</sup> Utilizaremos o termo “interactante(s)” para diferenciá-lo do termo “participante(s)”, utilizado para se referir à unidade do sistema de TRANSITIVIDADE.

<sup>44</sup> Poynton (1984) utiliza os termos *poder* e *contato* para se referir respectivamente às relações de hierarquia e distância sociais. Já em sua tese (POYNTON, 1990), aparecem os termos *poder* e *distância*, sendo ambos realizados, respectivamente, pelos recursos de reciprocidade e proliferação. Martin e White (2005) denominam as relações ligadas à hierarquia e à distância sociais, respectivamente, como *poder* e *solidariedade*, indicando entre parênteses a correspondência com os termos *status* e *contato*. Já em Martin e Rose (2008) observa-se o uso dos termos *status*, para se referir à variável *poder*, e *solidariedade*. Halliday e Matthiessen (2014) optam pelo uso dos termos *status* e *contato*. Manteremos a nomenclatura utilizada por Martin e White (2005).

Propomos considerar a imbricação dos papéis sociais propostos por Ventola (1979), com as subvariáveis de registro (POYNTON, 1984, 1990) atribuídas a uma dada instituição social. Essa integração mapeia os três subtipos indicados por Halliday e Matthiessen (2014) - institucionais, de *status* e de contato. Uma vez que podemos operar com situações sociais definidas conforme as instituições que as configuram e conseqüentemente constituem dialeticamente os papéis de interactantes que as integram, definiremos as relações interpessoais com base na natureza da instituição, pública ou privada.

No que diz respeito aos critérios de familiaridade e intimidade utilizados para caracterizar a natureza da conversação casual por Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006), optamos por defini-los com base nas relações entre as subvariáveis de poder, solidariedade e afeto. A propósito, Eggins (1990, p. 296) indica que

Tais situações [de conversa casual] são caracterizadas não meramente pela ausência de estratificação social, mas também pelos relacionamentos de familiaridade e intimidade entre os interactantes. Familiaridade implica que os interactantes se unem já tendo construído uma relação fundamentada em experiências compartilhadas. Intimidade significa que a dimensão interpessoal do evento é afetivamente carregada<sup>45</sup>.

Como se observa no excerto, a familiaridade, para a autora, configura uma seleção dentre os recursos presentes na subvariável *solidariedade (contato)*, em que as relações proliferadas definem os graus de acessibilidade e a troca de informações segundo o maior ou menor grau de proximidade social entre os interlocutores, permitindo o gerenciamento de experiências compartilhadas. Já na proposta de Poynton (1990), a familiaridade nada mais é do que uma forma de intimidade, conseqüentemente, de proliferação de discursos entre relações sociais.

Assumimos a proposta de Martin e White (2005), que propõem considerar a dimensão do afeto, ou, de um modo mais amplo, da avaliatividade, como uma dimensão semântico-discursiva ao invés de uma variável contextual, interpretação esta proposta por Poynton (1984, 1990). No modelo dos autores, a variável *relações* envolve as subvariáveis *poder e solidariedade* e o estrato semântico-discursivo mapeia os sistemas de NEGOCIAÇÃO, AVALIATIVIDADE e ENVOLVIMENTO. Desse modo, consideramos, com Martin e White (2005), o âmbito afetivo inserido no sistema de AVALIATIVIDADE de maneira a realizar as variáveis contextuais ao invés de ser interpretado diretamente como um recurso situacional.

---

<sup>45</sup> Tradução nossa de: “Such situations are characterized by not merely the absence of social stratification but also by relationships of familiarity and intimacy between interactants. Familiarity implies that interactants come together already having built up a rapport, founded on shared experiences. Intimacy means that the interpersonal dimension of the event is affectively loaded” (EGGINS, 1990, p. 296).

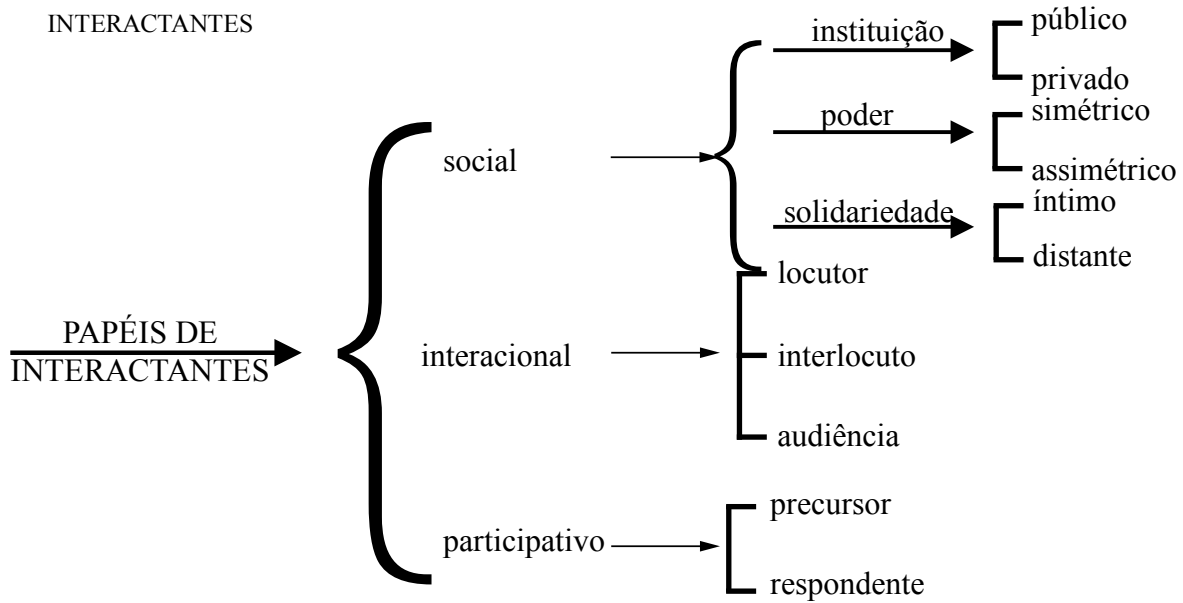
Nosso sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES retoma, portanto, o primeiro tipo de papéis proposto por Ventola (1979), o papel social. Retomamos as propostas de Poynton (1984, 1990) e a síntese de Halliday e Matthiessen (2014) para definir o papel social a partir das instituições de que participa o indivíduo, públicas ou privadas, das relações de poder, simétricas ou assimétricas, e as relações de solidariedade, íntimas ou distantes.

Ventola (1979) indica ainda mais dois papéis: textual e participativo, os quais organizam, respectivamente, a participação pragmática dos interactantes na situação comunicativa e seus papéis em relação às funções de fala. Quanto ao papel textual, Ventola (1979) propõe os papéis de locutor e interlocutor. Com base na discussão empreendida por Eggins (1990) acerca dos papéis de locutor, destinatário e audiência, propomos incluir a última função para prever papéis que não assumem ou não são designados para assumir turnos de fala, seja por fatores de reciprocidade, seja por restrições circunstanciais. Também assumiremos a terminologia de Eggins (1990) para indicar que esses papéis orientam a interação em termos de atribuição de classe de movimentos e composição de sequências de fala. Denominaremos *papéis interacionais* à atribuição funcional de papéis sociocomunicativos que orientam o gerenciamento da negociação por parte dos interactantes.

Quanto aos papéis participativos, a rede prevista no sistema de FUNÇÕES DE FALA estabelece dois movimentos principais: [abertura] e [manutenção]. Os movimentos de [abertura] estabelecem o papel de precursor e são definidos, do ponto de vista semântico-discursivo, pela não correlação interpessoal com movimentos anteriores. Do ponto de vista léxico-gramatical, são realizados de modo congruente pelas orações completas, não elípticas. Nos movimentos de manutenção, as duas possibilidades de resposta, [continuação] e [reação], instauram o papel de respondente: no primeiro caso, em movimentos de [continuação], o locutor que fez a [abertura] dá continuidade à sua fala por meio de uma autosseleção; no segundo caso, em movimentos de [reação], a função de respondente é produzida por algum interlocutor, seja por autosseleção, seja por delegação do locutor. Note-se que o papel de precursor não é atribuída ao falante imediatamente anterior, equivalente à figura de quem produz a primeira parte do par na perspectiva etnometodológica, mas àquele que instaura movimentos de [abertura], o que constitui a instalação de uma dada *troca* comunicativa.

O subsistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES, portanto, estabelece uma rede sistêmica pautada nos papéis sociais, textuais e participativos dos interactantes em uma dada situação comunicativa oral. Na Figura 10, apresentamos o sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES.

Figura 10 - Sistema de ORALIDADE composto pelo primeiro subsistema PAPÉIS DE INTERACTANTES



Fonte: elaborado pela autora, com base em Ventola (1979) e Poynton (1984, 1990).

Nossos dois subsistemas resultam de categorias das variáveis de *modo* e *relações*: o sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL, resultado da imbricação entre o meio oral e a categoria de canal, que possibilita contrações e expansões espaço-temporais a partir do uso de canais que expandem o caráter físico das interações orais para além daquelas possíveis pelo canal fônico; e o sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES advém das categorias de turno, considerando suas implicações a partir do sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DA FALA, proposto por Eggins (1990), o que apresenta pressuposições de natureza interpessoal.

Para delimitar nosso terceiro subsistema, consideraremos, como ponto de partida, a classificação das conversações a partir do objetivo, proposta por Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006). Segundo as autoras, pode-se conceber as conversações a partir de seu propósito comunicativo, como conversações pragmáticas e conversações casuais. As primeiras são motivadas pelo propósito de alcançar o objetivo estabelecido. Uma vez alcançado, a conversação tende a cessar. As segundas são orientadas de modo geral para a partilha de valores e tendem a se manter pelo único propósito de “continuar conversando”.

As autoras apontam como diferenças entre os dois tipos de conversação, entre outras, (1) número de interactantes; (2) extensão da interação; (3) grau de formalidade; e (4) grau de envolvimento. Com base nesses critérios, as conversações pragmáticas apresentam determinadas características, como: menor número de interactantes, menor grau de extensão - tendem a cessar mais rápido, maior grau de formalidade e polidez e menor grau de

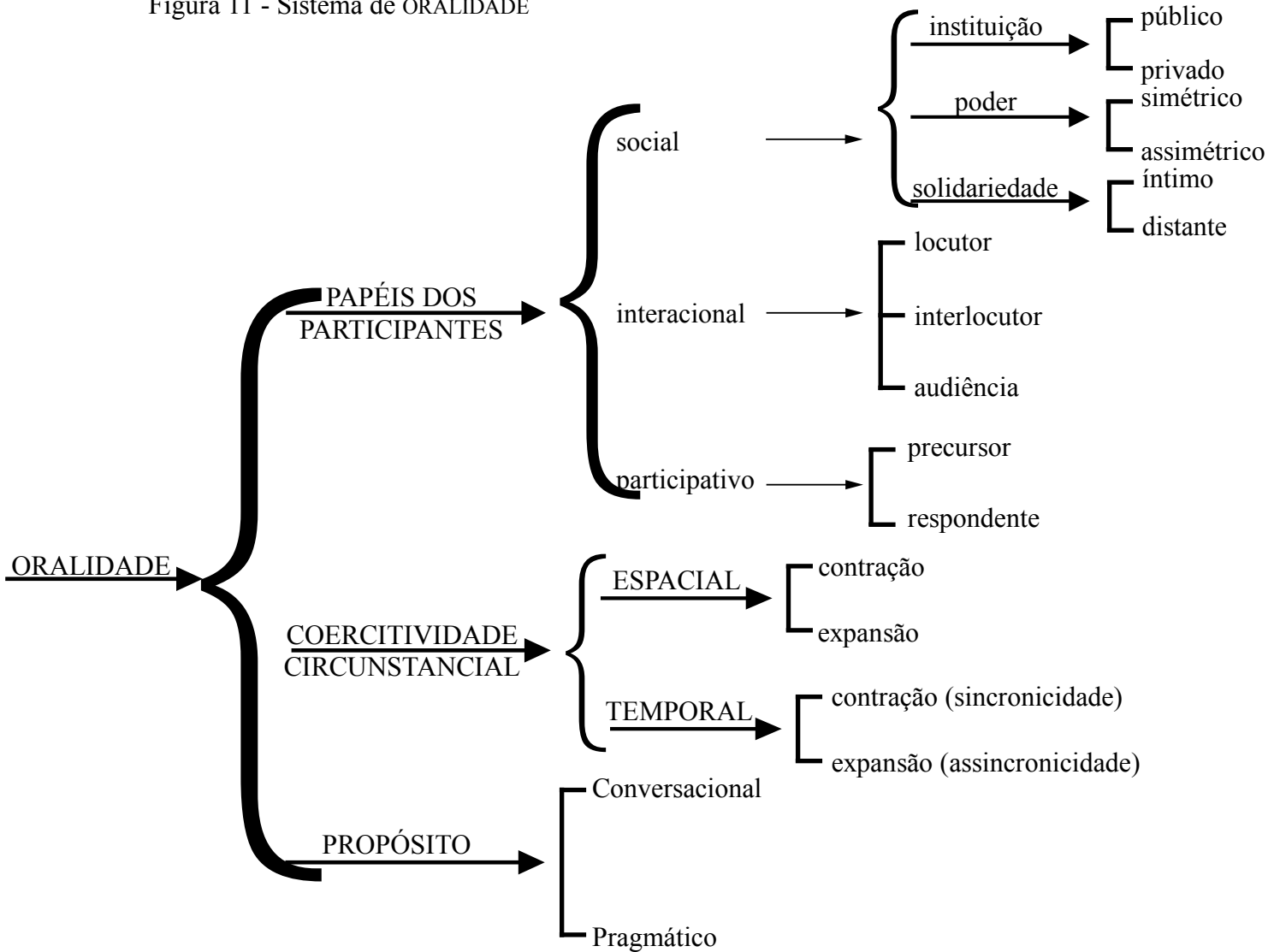


envolvimento. Já as conversações casuais apresentam maior número de interactantes, maior extensão, menor grau de formalidade e polidez e maior grau de envolvimento.

A descrição da conversação casual envolve, como demonstra Slade (1996), um conjunto de recursos aplicáveis a um tipo de texto específico, o que representa um passo na proposição de características do potencial de textos conversacionais, uma tipologia conversacional. No entanto, nosso propósito é considerar que a oralidade é mais ampla do que a conversação e que denominar toda interação oral de conversação é neutralizar as diferenças que as trocas apresentam entre si. Desse modo, consideramos que propósitos conversacionais e propósitos pragmáticos se aplicam em um nível mais abstrato, ou seja, na instância da oralidade, de modo que possamos descrever textos orais conversacionais e não conversacionais.

Nosso último subsistema, portanto, engloba o propósito comunicativo que define instâncias de ORALIDADE específicas a partir do objetivo estabelecido em um dado contexto situacional, reorganizando as classificações encontradas em Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006). O sistema de ORALIDADE integrado pelo sistema de PROPÓSITO COMUNICATIVO ao lado dos demais sistemas já discutidos encontra-se representado na figura 11.

Figura 11 - Sistema de ORALIDADE



Fonte: autoria própria, com base em Ventola (1979), Poynton (1984, 1990), Eggins (1990) e Eggins e Slade (2006).

As relações possibilitadas pelos recursos pertencentes ao propósito comunicativo podem ainda ser refinadas no intuito de prover critérios mais específicos para uma tipologia de textos orais teleologicamente orientada. Acreditamos que os critérios necessários para esse refinamento possa estar ligado diretamente à variável *campo*, que estabelece a natureza da atividade sociosemiótica e o domínio experiencial relativo ao tópico a ser desenvolvido (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 33). É o que discutimos na próxima seção.

### 3.2.3 A oralidade segundo a variável campo

Ao fazer referência à conversação, Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006) caracterizam-na de um modo mais geral sob o propósito de manter a conversação e de um modo mais específico apresentam-na sob a finalidade de partilhar valores experienciais e valores sociais. Com base nessa informação, compreendemos que a finalidade de textos orais conversacionais pode ser definida em torno de uma dada subvariável de *campo* – natureza da atividade sociossemiótica – ainda que se não possa determinar diretamente o tópico a ser desenvolvido em uma conversação casual. Por esse mesmo viés, defendemos que textos orais pragmáticos possam ser melhor especificados a partir da correlação com as subvariáveis de *campo*.

É certo que cada processo sociossemiótico da variável *campo* pode ocorrer seja pela escrita, seja pela oralidade (além de que pode ser realizado ou complementado por outros recursos sociossemióticos). Os subtipos de atividades não são restringidos, enquanto processos, por um dado sistema linguístico, no entanto, é preciso considerar que os recursos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e grafo-fonológicos são realizados e relacionados de formas distintas, segundo os recursos que o falante opte por selecionar para realizar uma atividade. Queremos, com isso, afirmar que a atividade de partilha de valores experienciais e sociais, por exemplo, não é passível de ocorrer apenas pelo sistema de ORALIDADE, mas que, ao ser selecionado pelo falante, a oralidade e seus sistemas coocorrentes tendem a cumprir funções específicas, e os demais estratos tendem a repercutir a seleção operada contextualmente.

Conforme pontuado anteriormente, a variável *campo* é responsável por mapear as atividades desenvolvidas em uma situação específica, incluindo os interactantes que dela fazem parte e em que condições as ações sociais tomam curso. Cada ação, pela sua natureza social, é ambientada a partir de uma dada instituição, que estabelece as funções sociais para os interactantes e para as circunstâncias de realização.

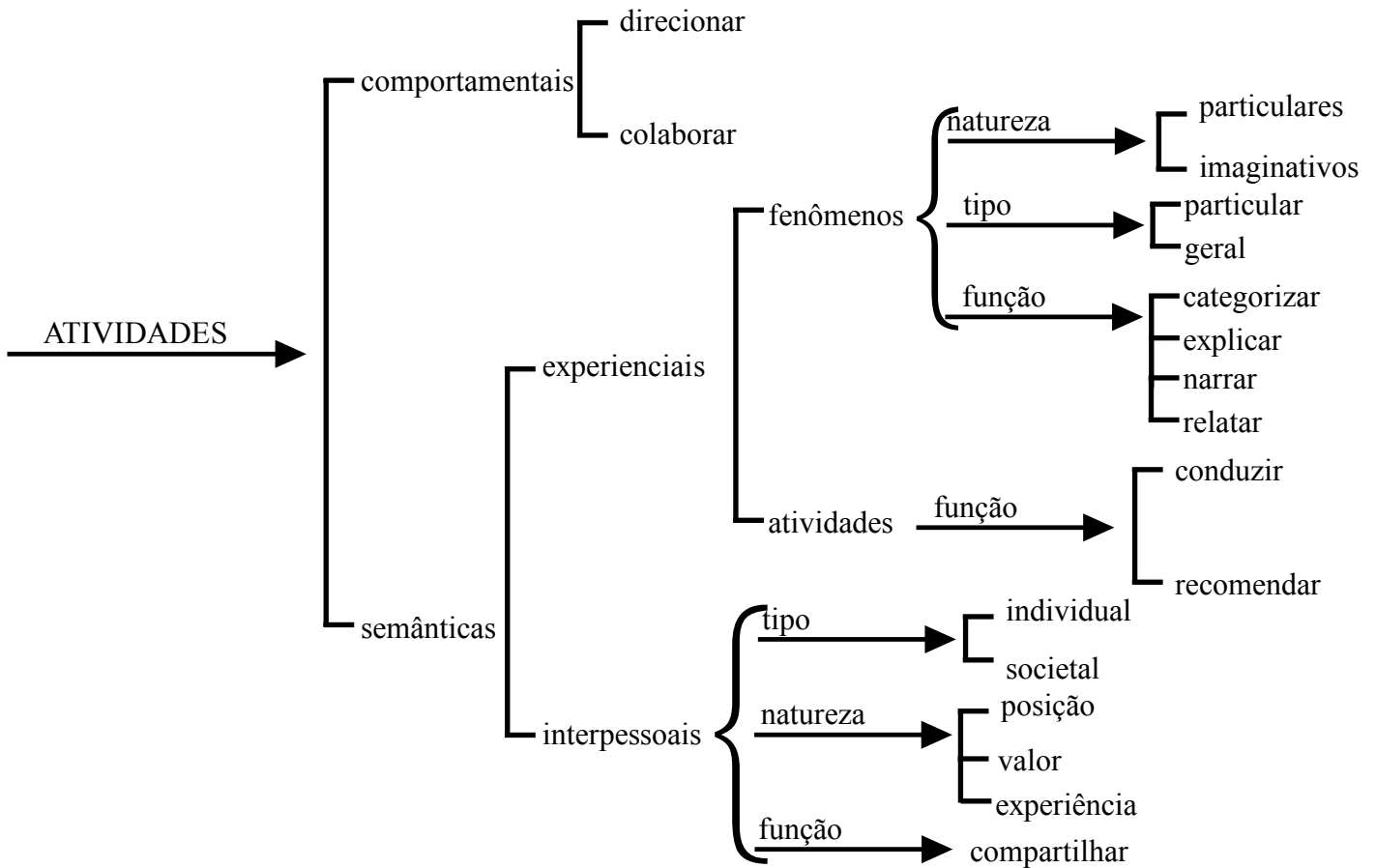
Por meio dessa variável, Halliday e Matthiessen (2014) estabelecem dois escopos para a natureza de atividades sociossemióticas: atividades de natureza comportamental e semântica. As atividades comportamentais dizem respeito à ação social do indivíduo em um dado contexto, no qual a linguagem cumpre uma função de acompanhamento e complementação. Já as atividades semânticas convocam atividades realizadas predominantemente via linguagem, ou seja, a linguagem é, em si, a atividade sociossemiótica empreendida pelo falante. Esta última é subdividida em diferentes subtipos de atividades

semânticas: exposição, relato, recreação, partilha, permissão (habilitação), recomendação e exploração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

As atividades semânticas podem ser correlacionadas a partir do relevo dado a aspectos ideacionais e interpessoais. As atividades com foco em aspectos ideacionais são centradas em ações semânticas que englobam fenômenos e atividades sociais: (a) quanto à função, as atividades podem categorizar ou explicar algo; (b) quanto à natureza, podem incidir sobre fenômenos particulares ou imaginativos. Martin e Rose (2008) acrescentam ainda que uma dada atividade pode ser classificada conforme seu grau de especificação – mais geral (conforme se aplica a uma classe de ações) ou mais específica (conforme determine uma ação particular). As atividades centradas em aspectos interpessoais configuram ações de partilha de experiência, valores e posições individuais ou sociais. Falamos em relevo ideacional ou interpessoal no sentido de mapear o ponto de partida que norteia a definição da atividade, no entanto, deve-se considerar que todo processo sociossemiótico engloba aspectos ideacionais, interpessoais e textuais.

Ao desenvolvermos nossos sistema de propósito a partir das configurações de atividades (Figura 12), podemos admitir o propósito conversacional como um subtipo das diversas atividades, assim como os pragmáticos passam a ser melhor delimitados uma vez que é possível caracterizar o tipo de objetivo a ser alcançado conforme a atividade em que o falante se encontra envolvido.

Figura 12 – Sistema de ATIVIDADES



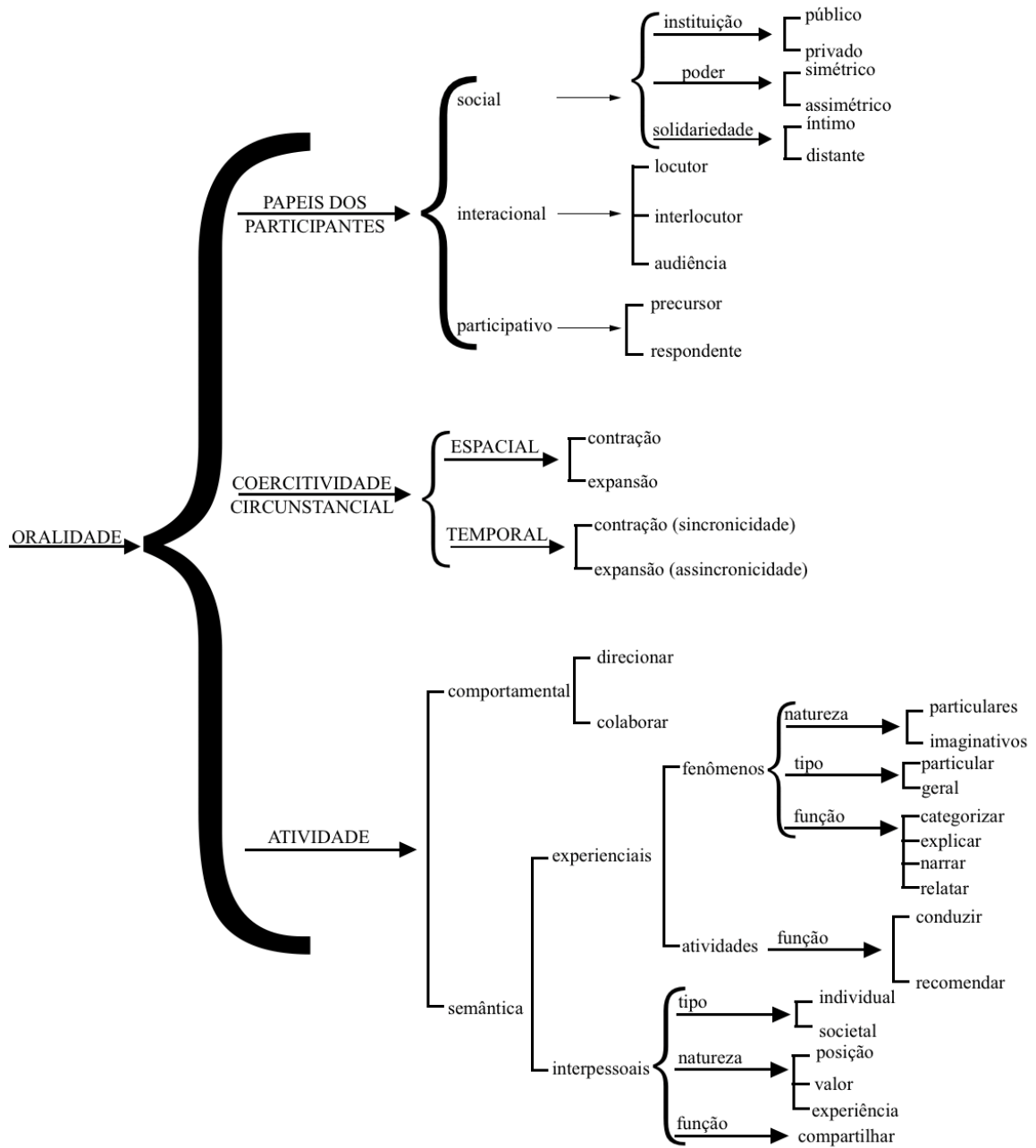
Fonte: autoria própria, com base em Halliday e Matthiessen (2014).

O relato de uma brincadeira, por exemplo, configura uma atividade semântica (já a brincadeira em si pode ter o propósito de estabelecer um comportamento social) cujo relevo ideacional se sobressai, visto que o foco é na explicação da atividade em si, enquanto fenômeno particular. Conforme se busque nomear a atividade (*que tipo de brincadeira foi realizada?*), apresentar os interactantes (*quem participou da brincadeira?*), estabelecer quais recursos foram utilizados (*com o que brincou?*) e em que momento ocorreu etc. (*onde aconteceu a brincadeira?*), a atividade pode ser classificada como mais específica. Segundo os graus de especificidade/generalidade, o exemplo do relato de uma brincadeira configura uma sequência de atividades relacionadas a um evento específico (uma brincadeira).

Na composição do gênero, o *campo* marca a natureza das ações orientadas com base nas instituições que participam de uma determinada atividade e pode definir os tipos de processos sociais. Uma instituição doméstica local como a família mobiliza interactantes sociais como mãe, pai e filhos, por exemplo, que se engajam em ações como *partilhar* valores pessoais.

Uma vez definidas as variáveis, suas correlações podem configurar uma taxonomia de textos orais ou uma tipologia de textos orais baseada no contexto. A conversação pode ser descrita como uma instância de textos orais ao lado de outras, definidas com base na correlação entre variáveis contextuais. Outros gêneros orais podem ser definidos a partir de outras especificações. O sistema de ORALIDADE por nós proposto pode ser visualizado na Figura 13.

Figura 13 - Sistema de ORALIDADE



Fonte: autoria própria.

Tendo estabelecidos os parâmetros de descrição da ORALIDADE no intuito de estabelecer categorias analíticas para o contexto extralinguístico, buscaremos agora exemplificar as correlações e explicitar uma tipologia de textos orais baseada nos parâmetros contextuais já esboçados.

### 3.3 Tipologia de textos orais

Com base no modelo apresentado na seção 3.1, uma taxonomia de textos orais pode ser proposta tomando-se por base três sistemas: PAPÉIS DE INTERACTANTES, COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL e ATIVIDADE. Examinaremos as possibilidades de cada rede sistêmica para, em seguida, exemplificarmos sua aplicação à análise de textos orais do ponto de vista contextual.

#### 3.3.1 Sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES

As possibilidades que compõem o sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES foram formuladas com base nas concepções de papéis desempenhados pelos interactantes (VENTOLA, 1979), pelas proposições sobre registro, em especial, no que concerne aos aspectos sociais (POYNTON, 1984, 1990) e pelos papéis interacionais regulados pelo sistema de FUNÇÕES DE FALA proposto por Eggins (1990) e retomado por Slade (1996) e Eggins e Slade (2006).

A descrição de textos orais conversacionais proposta por Eggins e Slade (2006) é centrada especificamente no que estamos denominando, a partir de Ventola (1979), de papéis textuais, os quais são denominados pelas autoras de papéis interacionais, visto que preveem a organização da conversação do ponto de vista interpessoal. Do ponto de vista semântico-discursivo, a configuração desses papéis cumpre a função de estabelecer uma troca conversacional, tal como afirma Eggins (1990, p. 200):

O primeiro sistema [CONFIGURAÇÃO DE AUDIÊNCIA], então, reconhece que é a alteração na atribuição dos papéis de FALANTE, DESTINATÁRIO e AUDIÊNCIA que é a realização de um novo começo na conversação. Uma troca conversacional pode ser definida segundo uma duração tão longa quanto uma configuração particular de papéis interativos seja mantida<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Tradução nossa do original: “This first system, then, recognizes that it is the alteration in the assignment of the roles of SPEAKER, ADDRESSEE, and AUDIENCE that is the realisation of a new start in conversation. A conversational exchange can be defined as lasting as long as a particular configuration of interactive roles is sustained” (EGGINS, 1990, p. 200).

Para verificarmos a correlação entre os três recursos do sistema de PAPEIS DE INTERACTANTES, analisaremos três tipos de textos orais: um reconto pessoal, uma conversação e uma narrativa ficcional, com diferentes configurações entre os interactantes.

A seguir, exemplificamos a ocorrência de um reconto pessoal oral produzido por um único interactante. No Quadro 10, indicamos as características do gênero e, no Exemplo 4, encontram-se representados o turno, os movimentos, a transcrição do relato e a estrutura genérica.

Quadro 10 - Descrição do gênero reconto oral<sup>47</sup> produzido por um interactante

<b>Gênero</b>	<b>Propósito comunicativo</b>	<b>Estágios</b>
Reconto oral	Explicar fenômeno particular (sonho), descrevendo um evento.	(Orientação)^ Recordação^(Reorientação)

Fonte: autoria própria.

No excerto abaixo, embora haja um único interactante, ocorre uma sequência de movimentos que o permitem apresentar as características de um dado evento. Os diversos movimentos cumprem apenas o papel de dar manutenção ao texto já iniciado. Abaixo se observa um texto oral monologal de um único interactante, cujos movimentos indicam a [abertura] e a [manutenção] de seu texto.

Exemplo 4 - Apresentação dos movimentos em reconto pessoal produzido por um interactante

<b>Estágio</b>	<b>Falante</b>	<b>Turno</b>	<b>Transcrição</b>
<b>Recordação</b>			
	L1	1	Tava nu:m numa praia e, de um lado, tinha uma parte de ficar, de convivência e, do outro, tinha outra e, de um lado, a água era salgada e, do outro lado, a água era doce

<sup>47</sup> Para uma descrição sobre a descrição do gênero reconto, ver Hasan (1996), Plum (2004 [1988]) e Martin e Rose (2007).



e alguém dizia que tinha que atravessar  
 E dizia que era tranquilo de atravessar  
 e que, do outro lado, era mais bonito  
 mas eu tinha medo de atravessar  
 mas era só andar

---

Fonte: autoria própria<sup>48</sup>.

Conforme a configuração dos papéis sociais desempenhados por L1, seu valor institucional é assentado na esfera privada em razão da cumulação de papéis por um único interactante. Isso significa que a figura de um único interactante desempenha integralmente, nos âmbitos interacional e participativo, respectivamente, os papéis de locutor, interlocutor e audiência e os papéis de precursor e respondente. Esse quadro ilustra que o interactante é investido de um papel social que cumpre um compromisso consigo mesmo, não com outros interactantes. Ainda segundo o papel social que cumpre, L1 configura relações de poder simétrico, visto que não há diferenças hierárquicas na situação comunicativa, e de solidariedade íntima, que, nesse caso, ao invés de contrair a informação a que tem acesso, uma vez que se esperaria o grau de partilha de conhecimento máximo, não apresenta um alto índice de informações pressupostas<sup>49</sup>.

Os papéis interacional e participativo, conforme indicado, são acumulados por um único interactante. L1, portanto, ao desempenhar o papel textual, ocupa funções de locutor, interlocutor e audiência. Essa cumulação de papéis por um único interactante nos permite prever a ocorrência de movimentos de [abertura] e de [manutenção] em sequências monologais, em que: os primeiros, no estrato semântico-discursivo, estabelecem a configuração da audiência, e no estrato léxico-gramatical, não apresentam relações de dependência estrutural com movimentos anteriores, sendo realizados por orações completas; os segundos, no estrato semântico-discursivo, mantêm a configuração de audiência e, no estrato léxico-gramatical, estabelecem relações de dependência com movimentos anteriores, seja por meio de potenciais elipses e substituições, seja por meio de potenciais recursos lógicos (orações paratáticas e hipotáticas e recursos conjuntivos).

---

<sup>48</sup> O exemplo foi gentilmente cedido. Optamos, no entanto, por preservar a identidade dos sujeitos nesta pesquisa.

<sup>49</sup> Optamos em manter exemplos de textos orais produzidos por um único falante. Embora corriqueiramente se faça menção à ideia de que gêneros textuais com um único participante apresentam natureza dialógica em termos discursivos, pouco se tem dedicado à descrição desses textos.

A separação entre os papéis interacional e participativo, nesse caso, permite-nos mapear que o falante ocupa o papel de locutor e precursor no movimento de [abertura] e opera uma autosseleção para o movimento de [manutenção], no qual, embora continue como locutor no papel interacional, passe a respondente no papel participativo.

É preciso, no entanto, que não se tome a existência de um único interactante pela necessária existência de um texto monologal. É possível que uma atividade de recriação de eventos imaginativos ou particulares explicita de modo congruente a configuração de sequências monologais - narração de uma história, por exemplo -, no entanto, a autocondução em uma dada atividade pode resultar em um texto dialogal.

As situações cujo texto produzido por um único interactante tenha sido realizado em circunstâncias de contração são de difícil descrição, visto que a ausência de registro dificulta a retenção do texto.

É importante notar que a atribuição de funções de fala também ocorre em outros tipos de textos diferentes dos conversacionais, a exemplo do relato pessoal. A partir da sequência [abertura]:[manutenção], em textos cujas funções sociais, interacionais e participativas sejam realizadas por um único falante, a produção de movimentos de [manutenção], em especial, os de [desenvolvimento]:[*rerun*]:[reparação] assumem o equivalente aos movimentos de [reação] produzidos por interlocutores, resultando em negociações por meio de recursos léxico-gramaticais ligados ao sistema de MODO, à elipse e aos recursos lógico-semânticos (conjunção e (hipo/para)taxe).

No Exemplo 5, observa-se um excerto transcrito a partir de uma situação da qual participam três interactantes, dos quais apenas dois participam na alternância dos turnos. O diálogo compõe um tipo de conversa, ainda que não possa ser caracterizada como casual<sup>50</sup>. No estrato semântico-discursivo, observa-se uma diferença em relação à situação anterior em que há apenas um falante, especialmente, nas possibilidades que o sistema de TRANSFERÊNCIA DE TURNOS apresenta, visto que a opção de reação é delegada especificamente a outros interactantes da situação comunicativa, o que só pode ocorrer em situações nas quais haja, no mínimo, dois interactantes.

---

<sup>50</sup> O Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC) denomina a situação como “Diálogo entre dois Informantes (D2)”. Não podemos considerar uma conversa casual, visto que não atende necessariamente aos critérios de não restrição de tópico, familiaridade e informalidade. Estamos inserindo esse modelo de diálogo dentro do que seria uma tipologia conversacional (cf. SLADE, 1996).

## Exemplo 5 - Diálogo produzido por dois interactantes

<b>Turno</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
<b>Recordação</b>		
1	L2	eu vou pro mesmo lugar... você tem muito lugar pra ir entendeu?
2	L1	que lugar você gosta ir geralmente?
3	L2	é bar... restaurante... teatro... cinema... de noite... praia eu sei lá... de vez em quando piscina... aí... algum clube... algum conhecido...
4	L1	você é sócia de algum clube?
5	L2	sou...
6	L1	de qual?
7	L2	é o... Monte Sinai sabe?
8	L1	sei...
9	L2	na Tijuca? mas eu quase não... eu vou quando eu vou...
10	L1	está correndo... acho que está correndo uma coisa muito interessante aqui... você é de família de... israelita?
11	L2	sou...
12	L1	você vê que coisa bacana... né... eu sou descendente direta de árabe por parte de pai e parte de mãe...
13	L2	((risos))
14	L1	você vê que o nosso pessoal ( ) lá fora... né... e a gente ( )
15	L2	[é mesmo é... e aqui a gente ( )
16	L1	maior integração em tudo...
17	L2	engraçado né?

Fonte: NURC (1973).

Quanto ao papel social, L1 e L2 assumem funções públicas, já que o diálogo é promovido em razão do desenvolvimento de uma pesquisa, tendo seu tema definido pelo documentador presente na situação, o qual assume o papel de audiência, ausente das possibilidades de assunção do turno de fala. As relações de poder e solidariedade são, respectivamente, simétricas e distantes.

Em situações em que há a presença de três ou mais interactantes, temos a possibilidade de atribuição de papéis interacionais de locutor, destinatário e audiência de modo especializado, ou seja, cada interactante pode cumprir um papel específico na situação. Assim,

a alternância entre os interlocutores torna a situação comunicativa mais dinâmica e a unidade semântico-discursiva de movimento pode cumprir múltiplas funções, não sendo limitada apenas à configuração de pares adjacentes, como vimos na seção 2.3. No Exemplo 5, L1 e L2 alternam os papéis interacionais de locutor e interlocutor e ambos assumem os papéis participativos de precursor e respondente.

Já no Exemplo 6, na situação de produção da narrativa, a criança contava com três interlocutores, dois externos à instituição de acolhimento de que ela fazia parte – eu e outro pesquisador – e uma monitora da casa de acolhimento.

Exemplo 6 - Apresentação dos movimentos em narrativa produzido por três ou mais interactantes

<b>Turno</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
<b>Orientação</b>		
1	L1	era uma vez uma criança que era bebezinha e os pai dela era um rei e uma rainha aí tinha uma bruxa muito mal, que gostava duma plan::ta aí ela pegou a bruxa escondeu essa planta aí o/os guardinhas do castelo/do castelo estava procurando a planta para a rainha tomar quando a filha dela nascer aí a filha dela a planta era::... a planta era:: como era o nome daquilo é...
2	L2	venenosa?
3	L1	não, era::
4	L3	carnívora?
5	L1	nÃO, era... encantada. A planta era encantada.

Fonte: Sousa (2013).

Segundo o papel social institucional, os interactantes do Exemplo 5 se inserem em uma esfera privada. Quanto às relações de poder, os papéis se apresentam de modo assimétrico, pois todos os adultos na situação apresentam um papel social hierarquicamente superior à criança. Essa característica influencia, talvez, o grau de monitoramento da locutora, pois, ao contar a mesma história para outras crianças, possivelmente, o controle social por parte da

criança seria menor, resultando em outros modelos de participação e, conseqüentemente, em um índice maior de dinamicidade no estrato semântico-discursivo.

Quanto às relações de solidariedade, há valores diferentes em função dos interactantes. Em sua relação com a monitora da instituição, a criança apresenta relação de proximidade em função do convívio diário e da partilha de experiências. Isso foi manifestado na situação comunicativa pela distância física da criança em relação a seus interlocutores, o que segundo Hall (1986) reflete a distância social: mais próxima dos interactantes internos à instituição de acolhimento (monitora) e mais distante dos interactantes externos (pesquisadores).

Tomando por base o papel interacional, três interactantes assumem os papéis de locutor e interlocutor, enquanto um figura apenas como audiência, sem assumir a fala. Diferentemente do Exemplo 5, no entanto, a narrativa apresenta menos dinamicidade, apresentando menos movimentos de reação. Tais movimentos figuram apenas como [resposta] a fim de complementar o que L1 diz, fornecendo informações complementares, as quais são negociadas via polaridade. Os interactantes se alternam nos turnos 2, 3, 4 e 5 e alguns movimentos, como é o caso do movimento produzido no turno 4, não se relacionam diretamente apenas ao movimento imediatamente anterior, presente no turno 3, mas também ao movimento realizado ao final do turno 1.

Como há uma única troca, L1 é a única a assumir o papel participativo de precursora no excerto apresentado. Os demais interactantes tomam o turno, como já dissemos, apenas para prover mais informações, desempenhando papéis apenas de respondentes.

### ***3.3.2 Sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL***

O refinamento do sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL permite estabelecer as relações circunstanciais em que ocorrem os textos orais. Quando relacionadas aos parâmetros situacionais, estamos pensando em especificidades do contexto situacional relacionadas às coerções de tempo e espaço que influenciam na produção e na captação de textos orais. Visto que buscamos relacionar aspectos ligados ao meio e ao canal e seu reflexo na expansão das fronteiras espaço-temporais, utilizamos a concepção de contração e expansão presente em outros sistemas, tais como o do subsistema avaliativo, ENGAJAMENTO, visto que possibilita discursivamente uma ampliação ou redução do gerenciamento de funções de fala em virtude de parâmetros contextuais.

Constituem assim, no subsistema de COERCITIVIDADE ESPACIAL, os recursos de: a) contração, em que o locutor dispõe apenas de um canal natural, não mediado, para configurar o modo pelo qual pode produzir seu texto, o que integra o canal fônico, gestofacial e corporal; b) expansão, em que o locutor dispõe de um ou mais canais proporcionados pela tecnologia, podendo resultar em uma mescla de meios multissemióticos.

No Exemplo 4, o relato pessoal constitui um texto oral mediado pelo gravador, sendo classificado assim como um texto cuja coercitividade espacial é expandida, possibilitando que o desempenho das funções de locutor e interlocutor possam ser descentralizadas espacialmente, ou seja, não ocorrerem no mesmo espaço. A correlação dessa realização espacial no caso de textos orais que envolvem apenas um interactante encontra uma realização temporal congruente por meio do sistema de EXPANSÃO TEMPORAL. Em situações com apenas um interactante, a realização de papéis sociocomunicativos de modo espacialmente separados, ou seja, mediados por algum canal tecnológico, decorre de expansões temporais, ou seja, de assincronicidade. O mesmo caso não ocorre em situações compostas por dois interactantes: há a possibilidade de situações comunicativas orais *in absentia*, mas síncronas.

Nos Exemplos 5 e 6, a conversação e a narrativa oral são produzidas via meio oral e canais fônico, gestofacial e corporal - ainda que não seja nosso propósito descrever os recursos destes dois últimos. A situação em si não apresenta nenhum recurso tecnológico que promova a mediação espacial do texto oral *entre* os interactantes<sup>51</sup>. Esses exemplos, portanto, são textos orais representativos do sistema de CONTRAÇÃO ESPACIAL.

Quando relacionados às circunstâncias temporais em que circulam os textos orais, podemos ter realizações de: (a) contração, quando os papéis dos interactantes são coordenados sincronicamente, ou seja, os interactantes partilham do mesmo momento comunicativo; (b) expansão, quando os papéis dos interactantes podem ocorrer dissociados de um evento comunicativo, ou seja, ocorrem assincronamente. Parece-nos que os textos orais assíncronos não se diferem funcionalmente dos textos síncronos do ponto de vista semântico-discursivo, podendo sua descrição ser feita baseada em uma premissa de neutralidade contextual, estruturalmente determinada (cf. EGGINS, 1990). No entanto, a motivação para um número maior de determinados tipos de movimentos em textos orais assíncronos possa estar relacionada com a regulação do fluxo informacional.

---

<sup>51</sup> Enquanto pesquisadores, no entanto, precisamos considerar que o que analisamos não é diretamente a situação em si, mas uma projeção do que o gravador nos permite alcançar. Nós, hoje, figuramos como um participante-audiência frente a uma narrativa oral mediada pela tecnologia. Nossas ferramentas, por sua restrição, perdem inclusive os canais gestofacial e corporal.

Tomando por base, a possibilidade de posterior retomada do Exemplo 03, dependente assim da expansão espacial, consideramo-lo um texto oral representativo do sistema de EXPANSÃO TEMPORAL. Já os Exemplos 04 e 05, em relação à coparticipação no mesmo evento comunicativo, podem ser considerados como textos característicos do sistema de CONTRAÇÃO TEMPORAL.

### **3.3.3 Sistema de ATIVIDADES**

O sistema de ATIVIDADES, como pontuamos na seção 3.2.3, permite mapear as atividades sociossemióticas dos interactantes. A diferença inicial estabelecida entre interações casuais e interações genéricas pautada no critério de objetivo comunicativo pode ser melhor abordado a partir da rede de escolhas de ATIVIDADE, vislumbrando-se objetivos mais específicos.

Atividades semânticas experienciais centradas em fenômenos podem ser ordenadas segundo sua natureza, se vivencial ou imaginativa, o que pode diferenciar narrativas ficcionais de relatos (auto)biográficos, sua função, cujas opções são categorizar, explicar, relatar ou narrar, e seu agrupamento, geral ou particular. Já as atividades semânticas experienciais centradas em atividades apresentam duas funções específicas: a de conduzir a ação e a de recomendar. As atividades cujo propósito seja o de conduzir uma ação experiencial se diferenciam das atividades de direcionamento pelo papel que desempenham em relação à ação: o propósito de direcionar é complementar à outra atividade, ao passo que o propósito de conduzir incide sobre uma ação semântica.

No Exemplo 4, o relato pessoal tem por propósito uma ação semântica, de significar uma experiência do interactante. Mais especificamente, busca relatar um fenômeno particular, de natureza imaginativa, já que o sonho estaria ligado a um processo de natureza mental.

O Exemplo 5, inserido em uma tipologia conversacional, almeja o propósito de partilhar experiências e valores pessoais. Slade (1996, p. 14) afirma que “os objetivos da conversação casual são de natureza interpessoal, não experiencial, o principal objetivo não é cumprir uma tarefa ou dar informações, mas criar uma boa relação entre os participantes”<sup>52</sup>. O referido exemplo não é representativo da conversação casual, mas configura um subtipo conversacional. Parece-nos que a afirmação de que o propósito comunicativo pautado na

---

<sup>52</sup> Tradução nossa de: “The goals of casual conversation are interpersonal in nature, not experiential, the main purpose is not to carry out a task or transfer information, but rather to create rapport between participants” (SLADE, 1996, p. 16).

partilha de valores interpessoais atribuído à conversação casual (VENTOLA, 1979; EGGINS, 1990; SLADE, 1996) pode ser expandido para os tipos de textos orais conversacionais de modo mais amplo.

O Exemplo 6 apresenta propósito comunicativo pautado em uma atividade semântica experiencial, mais especificamente, em uma narrativa de fenômenos imaginativos particulares. Constitui, com base nessas características, uma narrativa ficcional.

A síntese de classificação dos textos orais aqui descrita pode ser visualizada no Quadro 11, em que apresentamos as variáveis contextuais do sistema de oralidade para o relato pessoal, a conversação e a narrativa ficcional.

Quadro 11 - Síntese do sistema de ORALIDADE em três tipos de textos orais

tipo de texto sistema	<b>Relato pessoal</b>	<b>Conversa</b>	<b>Narrativa ficcional</b>
<b>PAPÉIS DOS INTERACTANTES</b>	um interactante Função dos papéis: integrada	dois interactantes Função dos papéis: Especializada	quatro interactantes Função dos papéis: Especializada
<b>COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL</b>	Expansão espacial Expansão temporal	Contração espacial Contração temporal	Contração espacial Contração temporal
<b>ATIVIDADES</b>	Semântica: Experiencial: Relatar: Fenômeno: Particular: Imaginativo	Semântica: Interpessoal: Pessoal: Partilhar: Valores/Experiências	Semântica: Ideacional: Narrar: Fenômeno: Imaginativo: Particular

Fonte: autoria própria, com base no exemplário e nas subredes de ORALIDADE.

O quadro 11 ilustra a relação entre os sistemas apresentados neste capítulo, componentes do sistema de ORALIDADE, e os tipos de textos instanciadores de gêneros orais diversificados. Nota-se que tanto tipos de textos conversacionais como não conversacionais podem ser descritos a partir dos recursos disponíveis nos sistemas de PAPÉIS DE INTERACTANTES, COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL e ATIVIDADES.

Reiteramos que a ilustração é feita com base em um exemplário de modo a ilustrar que uma tipologia de textos orais pode ser mapeada a partir do sistema de ORALIDADE ora apresentado. A viabilidade da proposta depende, cumpre dizer, de um empreendimento analítico a fim de testar sua aplicabilidade e sua sustentação teórica.



## 4 REFINAMENTO DOS CRITÉRIOS LINGUÍSTICOS

Neste capítulo, discutiremos o nível linguístico, especificamente, o sistema semântico-discursivo de FUNÇÕES DE FALA. Destacamos a relevância dos sistemas léxico-gramatical de MODO e os sistemas de TONALIDADE, TOM e RITMO no estrato grafo-fonológico, cujas relações estratificadas nos permitem identificar as unidades semântico-discursivas e assinalar suas funções ao longo de textos orais.

### 4.1 A ORALIDADE no estrato semântico-discursivo

Conforme explicitado no capítulo 3 desta tese, a configuração dos aspectos contextuais em que são delineados os textos orais influenciam, dentre outros sistemas, a realização da rede semântico-discursiva de FUNÇÕES DE FALA. A proposição desse sistema foi pensada para a descrição de gêneros instanciados em tipos de textos conversacionais (cf. EGGINS, 1990; SLADE, 1996; EGGINS; SLADE, 2006). Eggins e Slade (2006, p. 191) ressaltam que

enquanto nossa rede oferece um ponto de partida para a descrição de qualquer excerto de fala casual, o desenvolvimento de subclassificações mais sutis podem ser necessárias para revelar padrões de interesse particular em tipos específicos de dados conversacionais (ou outros interativos)<sup>53</sup>.

Tomando como pressuposto teórico a ideia de que todo texto é interacional, advogamos a aplicação do sistema de FUNÇÕES DE FALA para a descrição dos valores semântico-discursivos de gêneros instanciados em tipos de textos orais qualquer que seja a atividade social empreendida pelo falante, e não apenas atividades predominantemente interpessoais (cf. sistema de ATIVIDADES nas seções 3.2.3 e 3.3.3), e quaisquer que sejam as circunstâncias espaço-temporais de sua realização (cf. Rede de escolhas do sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL nas seções 3.2.2 e 3.3.2).

A noção de interação advém da metafunção interpessoal em que, para qualquer papel de fala que se atribua ao locutor, uma contraparte é automaticamente atribuída ao interlocutor e à audiência. Na seção 2.3.2.3.1, referente aos sistemas semântico-discursivos, o sistema de FUNÇÕES DE FALA apresenta uma rede de escolhas centrada na mobilização de falantes para a composição de um texto conversacional.

---

<sup>53</sup> Tradução nossa de: “While our network offers a starting-point for the description of any excerpt of casual talk, more subtle subclassifications may need to be developed to reveal patterns of particular interest in specific types of conversational (or other interactive) data” (EGGINS; SLADE, 2006, p. 191).

Diante dos critérios estabelecidos para tipos de textos conversacionais, propomos aplicá-los a outros textos orais a fim de demonstrar:

- (i) A caracterização funcional da configuração dos papéis desempenhados na produção do texto oral, a despeito de critérios empíricos, a fim de redefinir a realização de movimentos primários e secundários a partir do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES e não do falante atual e dos potenciais próximos falantes;
- (ii) A distinção entre sequências monológicas e dialogais com base em critérios funcionais estabelecidos a partir do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES, evitando assim critérios de descrição pautados na quantidade de interactantes e na transferência de turnos presentes em uma situação comunicativa.
- (iii) A necessidade de considerar o sistema de FUNÇÕES DE FALA na diversidade de textos orais o que implica considerar que todo texto é em última instância interacional.

#### **4.1.1 PAPÉIS DE INTERACTANTES e FUNÇÕES DE FALA**

Tomaremos como ponto de partida os principais desenvolvimentos propostos por Eggins (1990), a fim de demonstrar a aplicação do sistema a uma tipologia de textos orais mais abrangente, considerando critérios interpessoais. A seguir, sinalizamos as bases da proposta de Eggins (1990, p. 189)<sup>54</sup> que utilizaremos como pontos centrais para discutirmos a concepção dos movimentos primários e secundários, as sequências monológicas e interacionais e o gerenciamento dos papéis dos interactantes, de modo a rever os critérios de descrição semântico-discursiva a serem aplicados aos tipos de textos instanciadores dos gêneros orais:

- (1) Proposição de movimentos primários a partir da atribuição de papéis interacionais e da configuração de abertura/manutenção das trocas conversacionais em conversas de grupo.

---

<sup>54</sup> Eggins (1990) se debruça ainda sobre a discussão em torno dos movimentos preferidos e não preferidos (cf. também Halliday e Matthiessen (2014) acerca dos movimentos de resposta esperados ou *discretionary*). A autora também propõe critérios de continuidades lógicas potenciais para explicitar a integração, principalmente, em sequências continuativas. Uma vez que não é nosso foco fazer uma revisão desses critérios, não dedicaremos especial atenção à sua discussão.

- (2) Desenvolvimento da transferência de turnos com base no viés sistêmico de oposição entre movimentos de continuação e movimentos de reação, atribuindo a sequência de movimentos monológicos aos primeiros.

#### *4.1.1.1 Relação entre os movimentos primários e os papéis dos interactantes*

A relação entre a rede de movimentos primários e o sistema de CONFIGURAÇÃO DA AUDIÊNCIA é determinada pelo modo de gerenciamento de interactantes na situação comunicativa, sendo a quantidade sugerida como um critério de composição, o que pode resultar em dificuldades de descrição para o analista. Notem-se as seguintes passagens:

- “Ao interpretar os papéis de fala em termos de disponibilidade de um PRÓXIMO FALANTE EM POTENCIAL, os etnometodólogos modelaram a conversação como uma situação na qual há apenas **dois** potenciais próximos falantes, o atual falante, ou outro”<sup>55</sup> (EGGINS, 1990, p. 199, negritos nossos).
- “Durante as quatro fases do excerto contínuo [analisadas neste trabalho] há **quatro participantes principais**. [...] Assim, quando qualquer pessoa está falando há pelo menos **quatro próximos falantes em potencial**”<sup>56</sup> (EGGINS, 1990, p. 199, negritos nossos).
- “Esse **aumento numérico** [de falantes] complica a questão de atribuição de papéis”<sup>57</sup> (EGGINS, 1990, p. 199, negritos nossos).

O número de interactantes parece influenciar o sistema de CONFIGURAÇÃO DE AUDIÊNCIA no que diz respeito a seu subsistema de TRANSFERÊNCIA DE TURNO. A existência de um único interactante em uma troca num dado texto oral permitiria intuir a possível realização de movimentos de abertura e de movimentos de manutenção, exclusivamente, os de

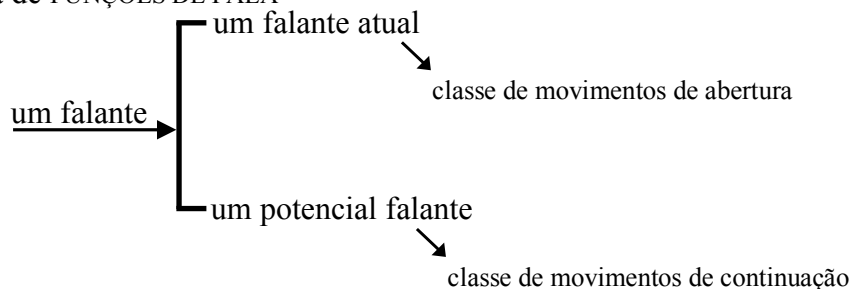
<sup>55</sup> Tradução nossa do original: “Interpreting speech roles in terms of the availability of a POTENTIAL NEXT SPEAKER, the ethnomethodologists modeled conversation as a situation in which there are only two potential next speakers: the current speaker, or another” (EGGINS, 1990, p. 199).

<sup>56</sup> Tradução nossa do original: “During the four phases of the continuous excerpt there are four main participants [...]. Thus, when any one person is speaking there are at least four potential next speakers” (EGGINS, 1990, p. 199).

<sup>57</sup> Tradução nossa do original: “This numerical increase complicates the issue of role assignment” (EGGINS, 1990, p. 199).

continuação. Ou seja, em trocas com um único interactante, estabelecer-se-ia um falante atual e um potencial próximo falante que, pelo critério empírico, configuraria a manutenção do turno de fala, logo, as únicas classes de movimentos possíveis, nesse caso, seriam as de abertura, realizadas pelo falante atual, e as de manutenção por continuação, pautadas na autosseleção do falante. Em situações nas quais há dois interactantes, o falante atual realiza o movimento de abertura e instauram-se dois potenciais próximos falantes, podendo ocorrer a autosseleção do falante atual (classe de movimentos de continuação), a autosseleção por parte do outro falante e a indicação do próximo falante para assumir o turno. Em situações com três ou mais interactantes amplia-se a complexidade em torno do rodízio de turnos, mas as possibilidades de realização de movimentos primários são similares às situações com dois interactantes. A presença de quatro ou mais interactantes permite a realização de trocas simultâneas, no entanto, a configuração de uma estrutura de troca específica pode ser descrita com base na seleção de movimentos caracterizada em situações com dois ou três interactantes. A configuração dos falantes está representada nas Figuras 14 e 15.

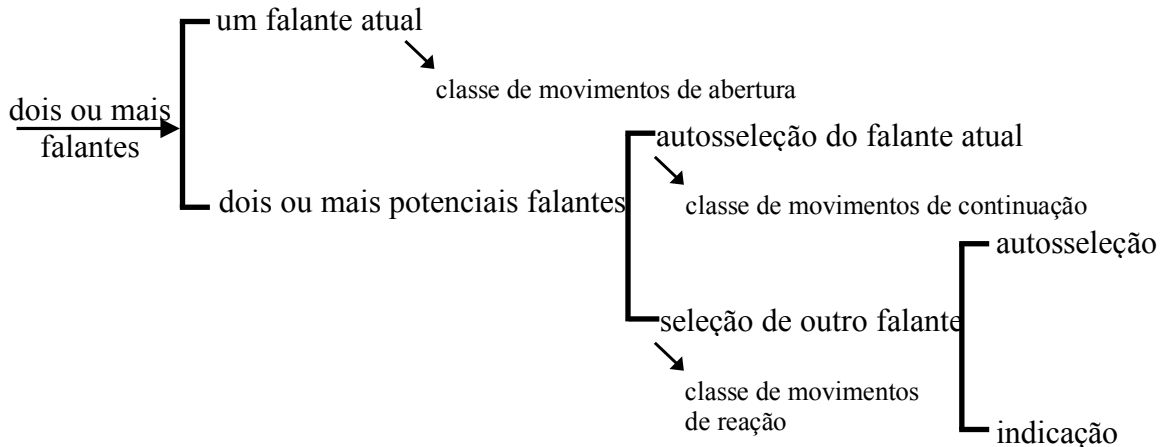
Figura 14 - Relação entre a quantidade de falantes (um interactante) e os movimentos primários do sistema de FUNÇÕES DE FALA



Fonte: autoria própria.

Em textos orais em que só há a participação de um único falante, sob esse viés, não são realizados movimentos de reação. Havendo a existência de movimentos complexos, a sequência será evidentemente uma sequência de movimentos continuativos. Essas duas afirmações (ausência de movimentos de reação e realização exclusivamente de sequências continuativas em textos orais com a presença de um único interactante) serão revistas, uma vez que atrelemos a descrição dos movimentos primários à seleção e integração dos papéis interacionais e participativos previstos no sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES.

Figura 15 - Relação entre a quantidade de falantes (um interactante) e os movimentos primários do sistema de FUNÇÕES DE FALA



Fonte: autoria própria.

A Figura 15 ilustra a realização de movimentos de reação mediante duas condições: a existência de mais de um interactante na troca; a tomada de turno por outros falantes distintos daquele que inicia a troca. Tais critérios, parece-nos, se sobrepostos a outros de natureza contextual, semântico-discursiva e léxico-gramatical, parecem problemáticos em alguns aspectos: a dependência de fatores empíricos para a descrição de significados contextuais e linguísticos em uma perspectiva sociossemiótica; a atribuição de funções semântico-discursivas com base na quantidade e na alocação de turnos do falante.

A aplicação do modelo a textos orais, como o Exemplo 7, a seguir<sup>58</sup>, reflete a congruência entre a configuração da audiência e os movimentos primários. Segundo a definição de movimento complexo, “uma sequência de dois ou mais movimentos produzidos pelo mesmo falante, os quais são relacionados por elaboração, extensão ou realce e, em um primeiro nível de refinamento, realiza a mesma função de fala”<sup>59</sup> (SLADE, 1996, p. 228), podemos atestar a existência de duas classes compostas por movimentos complexos. Conforme a função do movimento inicial se estenda para os demais movimentos que compõem a estrutura complexa, assinalamos uma classe de abertura, cuja função é prover informações em torno de um responsável modal realizado pelo sujeito *eu*, e uma classe de manutenção por continuação, que busca apenas prover mais informações adicionais, dessa vez, a partir de uma responsabilidade modal centrada em *alguém*.

<sup>58</sup> Retomaremos, ao longo do capítulo 04, exemplos já citados no capítulo 03.

<sup>59</sup> Tradução nossa do original: “[...] a sequence of two or more moves produced by the same speaker which are related by elaboration, extension or enhancement and, at a primary level of delicacy, realise the same speech function” (SLADE, 1996, p. 228).

Ilustra-se, portanto, a ideia de que um texto produzido por um único interactante manifesta apenas movimentos de abertura e continuação.

**Exemplo 7 - Apresentação dos movimentos em reconto pessoal produzido por um interactante**

Falante	Turno	Movimento	Transcrição
<b>Recordação</b>			
L1	1	1a A:I:Dar inform.	//Tava nu:m ] <sup>a</sup>
		1b	//^numa /praia ] <sup>+b</sup>
		1c	//^e de um /lado /tinha
		1d	//^uma /parte ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1e	//^de fí/car, de convi/vência ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup>
		1f	//e do /outro /tinha /outra ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup>
		1g	//^e de um /lado a /água /era sal/gada e ] <sup>+b</sup> do /outro /lado a /água era /doce
		1h M:C:P:Estender	//e al/guém di/zia que /tinha que atraves/sar ] <sup>a</sup>
		1i	//^E di/zia que /era tran/quilo de atraves/sar ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1j	//e que do /outro /lado /era mais bo/nito ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup>
		1l	//^mas eu /tinha /medo de atraves/sar ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup>
		1m	//^mas /era só an/dar ] <sup>+b</sup>

Fonte: autoria própria.

Consideremos, no entanto, a organização da troca, presente no estágio de apresentação no Exemplo 8. Ao longo do vídeo, outros interlocutores passam a compor as trocas ao lado do locutor primário, no entanto, na troca inicial, podemos considerar que sua composição resulta do alocamento de um único falante, o que nos levaria à descrição de movimentos de abertura e continuação, tal como no Exemplo 7.

Observe-se, sobretudo, os movimentos presentes na correlação entre 1a, 1b e 1c, e os movimentos 1e, 1f e 1g.

Exemplo 8 - Movimentos no estágio de apresentação em vídeo de *Youtube*<sup>60</sup>

Turno	Movimento	Falante	Transcrição
<b>Apresentação</b>			
1	1a	L1	//1 [ø] <b>Bem</b> -vintos ao ca/nal do I/saac
	1b		//2 <b>Mas</b> /quem /é I/saac
	1c		//1 S'eu / <b>f</b> ala /meus an/jinhos
	1d		//2 Tudo /bem com vo/ <b>cês</b>
	1e		//1 Hoje /eu es/tou a/ <b>qui</b> ^ no Wal/ <b>mart</b>
	1f		//3 E / <b>não</b>
	1g		//1 ^não /é publici/ <b>dade</b>

Fonte: autoria própria.

No bloco de movimentos em que se inserem 1a-1c, podemos admitir, a partir do modelo proposto, três interpretações para sua descrição. A primeira interpretação, em virtude da conjunção explícita *mas*, pode suscitar a classificação de 1a e 1b como movimentos complexos, por meio de expansão por extensão. Nesse caso, 1a e 1b apresentariam função primária de abertura e 1c poderia ser descrito como movimento de continuação. Essa interpretação esbarra em dois problemas: a ausência de valor contrastivo ou mesmo aditivo entre 1a e 1b e a diferença entre as funções dos dois movimentos. Do ponto de vista conjuntivo, as duas orações mantêm entre si uma relação de independência; do ponto de vista da função semântico-discursiva, 1a tem por propósito angariar a atenção da audiência, já 1b demanda uma informação específica, de que o próprio locutor já dispõe. Nesse sentido, a primeira interpretação não é coerente, segundo os parâmetros de conjunção e de funções de fala.

Uma segunda interpretação nos leva a considerar 1a como movimento de abertura e os movimentos 1b e 1c como continuativos. No entanto, a única função passível de ser atribuída a ambos os movimentos seria considerá-los como prolongamentos por extensão. Ainda que 1c pareça cumprir essa função de prover mais informação sobre a identidade de Isaac, 1b parece realizar congruentemente uma questão (tom 2, ascendente) e o modo interrogativo, o que indica a demanda por informação e não seu acréscimo. Assim, 1b não parece dar continuidade ao movimento de abertura.

<sup>60</sup> ISAAC DO VINE. Comprei tudo que eu queria em 2 minutos no Walmart. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5wFyxBDZOIc>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

Diante disso, podemos considerar a terceira interpretação que seria considerar duas trocas diferentes, em que 1a e 1b constituem movimentos de abertura, sendo 1c um movimento de continuação que compõe, juntamente com 1b, uma sequência continuativa. Segundo essa descrição, 1b cumpre a função de pedir uma informação factual, informação essa já disponível ao locutor, e 1c, de prolongar a troca para fornecer a informação “faltante”.

As três interpretações, no entanto, parecem não explicitar a natureza do par questão-resposta em 1b e 1c, já que todas as opções previstas no modelo para a realização de um mesmo falante preveem movimentos de abertura ou de continuação (cf. Figura 13). Se considerarmos a função do movimento 1b como “conseguir informação adicional necessária para compreender um movimento anterior” (EGGINS; SLADE, 2006, p. 213), precisamos considerá-lo como um movimento de reação, atribuível somente a trocas cuja audiência apresente dois ou mais interactantes (cf. Figura 14).

A interpretação mais viável, parece-nos, é considerar 1a como movimento de abertura, 1b como movimento de reação, cuja função é esclarecer uma informação presente no movimento 1a, e 1c como reação, cujo propósito é fornecer uma resposta informativa demandada em 1b. Teríamos, com isso, uma única troca composta por 1a, 1b e 1c, estruturalmente organizada como uma sequência interacional. Para isso, precisamos considerar outros parâmetros que priorizem aspectos funcionais em torno da configuração da audiência e da alocação dos turnos de fala a fim de propor uma solução que minimize a dependência de fatores empíricos e de critérios como a quantidade de falantes.

No que diz respeito ainda à relação entre os movimentos primários e os papéis de interactantes, vejamos o conjunto dos movimentos 1e, 1f e 1g. Novamente, poderíamos hipotetizar três interpretações: (a) uma única estrutura de troca em que 1e desempenha a função de abertura, e 1f e 1g são continuativos; (b) uma única estrutura de troca, composta por um único movimento de abertura realizado por um movimento complexo; e (c) duas estruturas de troca cujos movimentos de abertura seriam respectivamente 1e e 1f, sendo 1g um movimento de continuação componente da estrutura de troca iniciada em 1f.

Para descrever tais sequências como uma única troca (primeira hipótese), há de se considerar uma relação estrutural de Modo entre as três orações. Em 1e, a informação negociada se dá em torno do sujeito *eu*, do tempo presente marcado pelo finito, da polaridade positiva e da ausência de modalidade. Já em 1g, a negociação da polaridade negativa não recai sobre o mesmo sujeito e a validade da proposição difere da que é negociada em 1e, ou seja, modifica-se a responsabilidade modal e, com isso, a relação estrutural pautada nos recursos de Modo, portanto, não se aplica à primeira interpretação.



A segunda interpretação embasada na descrição das orações como um movimento complexo não reflete as condições de relação por conjunção, visto que não há vínculo por expansão entre 1e e 1f, mas entre 1f e 1g, tampouco as funções manifestadas pelos movimentos são as mesmas.

A terceira possibilidade, que prevê a descrição de duas trocas iniciadas respectivamente em 1e e 1f, deve considerar a realização de movimentos de aberturas por meio de orações completas sem relações de dependência elíptica com movimentos anteriores. Tal critério endossa a classificação de 1e como movimento de abertura, no entanto, 1f apresenta todos os elementos estruturais elípticos, à exceção do marcador de continuidade e da polaridade. A elipse em 1f sugere então um vínculo estrutural com um movimento anterior não atualizado sintagmaticamente.

A negociação da polaridade que se revela em 1f não parece retomar estruturalmente elemento algum de 1e. Diante desse quadro, parece-nos que o mais viável seja descrever 1f e 1g a partir de um movimento de abertura pressuposto por meio de uma oração elíptica. A estrutura de dependência estrutural pode assim ser composta:

((L2: [ø] é publicidade))

L1: E [ø] não [ø]

L1: [ø] não é publicidade

O movimento realizado por L1 cumpre a função de contradizer um potencial movimento anterior. Insere-se, portanto, na rede de movimentos de [reação] e envolve os subtipos [confrontar] : [engajar] : [negociar] : [responder] : [rejeitar] : [direto]/[discordar] : [contradizer]. Mesmo considerando essa interpretação, a verificação e quantificação de interlocutores empíricos não parece ser o critério aqui, mas, sim, a pressuposição dos papéis interacionais e participativos, em que é possível presumir a oração elíptica.

#### 4.1.1.2 *Transferência de turnos e movimentos de manutenção*

O sistema de TRANSFERÊNCIA DE TURNOS instaura um sistema de escolhas centrado na seleção do potencial próximo falante. Ao ocorrer uma autosseleção, a manutenção de um dado locutor resulta na continuação de sua fala, modificando-lhe o papel participativo de precursor para respondente. As sequências monologais podem ser descritas como a realização de movimentos de abertura acompanhados de um conjunto não definido de movimentos de continuação, o que pode ser representado por: Abertura ^ Manutenção : Continuação<sup>n</sup>. Não

havendo uma autosseleção, os possíveis próximos falantes passam de interlocutores a locutores e sua participação no texto oral é realizada por meio de movimentos de reação. Eggins (1990, p. 234) define os movimentos de reação como “movimentos que se relacionam estruturalmente a um movimento antecedente produzido por um falante diferente”<sup>61</sup>.

A ligação existente entre o sistema de TRANSFERÊNCIA DE TURNOS e os movimentos de manutenção, especificamente, os de continuação explicitam novamente um problema descritivo, caso seja vinculada ao falante empírico. Eggins (1990, p. 129) argumenta que “o sistema de transferência de turno provê opções para a continuação do falante, que deve ser construída a partir da rede de funções de fala por meio do reconhecimento de uma classe de movimentos de continuação”<sup>62</sup>. Em obra posterior, Eggins e Slade (2006), ainda que não retomem a nomenclatura presente em Eggins (1990) para se referir à ideia de transferência de turno, mantêm a referência aos falantes, conforme se observa em: “A manutenção da fala pode ser alcançada tanto pelo falante que acabou de falar (funções de fala de continuação), como por outros falantes tomando o turno (funções de fala de reação)”<sup>63</sup> (EGGINS; SLADE, 2006, p. 195).

Nas duas citações, está presente a necessidade de identificação de um falante que já está com a fala em curso e outros falantes que podem tomar o turno, remetendo, portanto, a uma verificação empírica, por vezes, difícil de atestar. Remetemo-nos novamente ao Exemplo 3, em que não se identifica a presença de um quarto interactante no texto (cf. seção 4.1.1). Decorre um segundo problema da necessidade de confirmação empírica: a realização de movimentos de reação por um único falante, o que implica a existência de um único turno e, portanto, a ausência de transferência.

Os problemas descritivos levantados na seção 4.1.1 advêm da imbricação entre unidades semântico-discursivas e gerenciamento de falantes para a tomada de turnos. Observe-se que, no Exemplo 04, não é um segundo falante que produz o movimento de abertura (( $\emptyset$  é publicidade)). O falante já em curso, na verdade, antecipa um posicionamento de um potencial interlocutor, e, assim, emite sua opinião calcada sobre a negociação da polaridade. Os movimentos de reação que sugerimos no estágio de apresentação do Exemplo 04 nos permitem propor que o critério de potencialidade seja aplicado ao nível contextual, prevendo a existência

<sup>61</sup> Tradução nossa do original: “[...] moves which relate structurally to a prior move produced by a different speaker” (EGGINS, 1990, p. 234).

<sup>62</sup> Tradução nossa do original: “the turn-transfer system provides the option for speaker continuation, which must be built into the SPEECH FUNCTION network through recognizing a class of [continuing] moves” (EGGINS, 1990, p. 129).

<sup>63</sup> Tradução nossa do original: “Sustaining talk may be achieved either by the speaker who has just been talking (continuing speech functions), or by others speakers taking a turn (reacting speech functions)” (EGGINS; SLADE, 2006, p. 195).

de potenciais interlocutores. Assim, a rede de escolhas que propomos para o sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES pode prever o funcionamento de papéis institucionais, interacionais e participativos independente de um falante empírico. A existência de potenciais locutores/interlocutores/audiência e precursores/respondentes permite-nos descrever o gerenciamento de interactantes como uma função presente na configuração de textos orais.

O Quadro 12 apresenta uma proposta de classificação de movimentos a partir da configuração dos papéis desempenhados pelos interactantes em uma situação comunicativa e de sua pressuposição no texto oral.

Quadro 12 - Classe de movimentos, papéis interacional e participativos e tipo de pressuposição

<b>Classe de movimentos</b>	<b>Papel interacional</b>	<b>Papel participativo</b>	<b>Pressuposição</b>
abertura	Locutor atual	Precursor	Explícita
	Locutor potencial	Precursor	Implícita
man. : continuação	Locutor	Respondente	Explícita
man. : reação	Transposição de um interlocutor atual à posição de locutor	Respondente	Explícita
	Transposição de um interlocutor potencial à posição de locutor	Respondente	Implícita
			Explícita

Fonte: autoria própria.

As classes de movimentos passam a ser descritas a partir da integração de funções interlocutivas, atuais ou potenciais, e participativas. Desse modo, movimentos de abertura são definidos, em especial, pelo papel participativo precursor pressuposto (implícito) ou não (explícito) em oposição aos movimentos de manutenção, definidos pelo papel participativo de respondente. Os subtipos de movimentos de manutenção opõem aqueles em que o respondente mantém a função locutiva - movimentos de continuação - e aqueles em que ocorre uma transposição interlocutiva - movimentos de reação. Essa transposição pode ocorrer com um interlocutor atualizado ou com um potencial interlocutor pressuposto (implícito) ou não (explícito).

Considerando a diferença apresentada por Eggins (1990) entre sequências continuativas (monologais) e não continuativas (interativas), em que as primeiras apresentam uma ancoragem à noção de manutenção de turno pelo mesmo falante e as segundas implicam a transferência de turno para falantes diferentes, a sequência de movimentos 1e, 1f e 1g seria classificada como monologal. No entanto, a partir da classificação dos movimentos segundo a

funcionalidade dos papéis atribuídos aos interactantes, pode-se descrever tal sequência como interativa, ainda que haja apenas um único falante. Isso nos permite afirmar de modo mais geral que a natureza interacional dos textos orais não se define prioritariamente pela quantidade de interactantes ou pela alocação de turnos por falantes distintos - critério empírico -, mas pelo modo como são gerenciados os papéis dos interactantes em um dado texto - critério funcional. É possível que textos com múltiplos interactantes apresentem sequências predominantemente monologais e textos com um único interactante apresentem sequências interativas.

Se compararmos o estágio de apresentação nos Exemplos 8 (cf. p. 101 ou 107) e 9, percebemos, respectivamente, a indicação de uma sequência continuativa e a mescla entre sequências continuativas e não continuativas, em razão dos potenciais papéis interacionais. No Exemplo 9, a função do movimento 1a consiste em dar informações factuais. Uma vez que os movimentos seguintes manifestam a mesma função de incorporar novas informações à cadeia da fala produzida por L1, relacionados estruturalmente por recursos lógico-semânticos implícitos de expansão, classificamos a sequência 1a-1c como um movimento complexo de abertura. A presença do tom 4 nos movimentos 1a e 1b anuncia o acréscimo de mais informação e só encontra conclusão no último movimento da apresentação, realizado pelo tom descendente. Observa-se que a breve sequência monologal mobiliza um único movimento de abertura, cujos papéis interacional e participativo são, respectivamente, os de locutor atual e precursor.

#### Exemplo 9 - Movimentos no estágio de apresentação em narrativa ficcional

Turno	Movimento	Falante	Transcrição	
<b>Apresentação</b>				
1	1a	L1	//4 Meu /nome é K/...	} <sup>a</sup> } <sup>+b</sup> } <sup>+c</sup>
	1b		//4 eu /tenho /dez / <u>a</u> :no	
	1c		//1 eu vou con/tar a his/tória da:: / <sup>^</sup> Enro/ <u>l</u> ada	

Fonte: autoria própria.

No Exemplo 10, observam-se duas sequências interacionais: (1) a primeira composta pelos movimentos de [abertura] : [atendimento] (1a), de [reação] : [réplica] : [rastreamento] : [esclarecimento] (1b) e de [reação] : [resposta] : [apoio] : [resposta] : [resposta informativa] (1c); (2) a segunda composta pelos movimentos simples de [abertura] : [dar informação factual] (implícito entre 1e e 1f) e complexos de [reação] : [resposta] : [confrontar] : [responder] : [contradizer] (1f e 1g). Para interpretarmos as duas sequências como

interacionais, assumimos que 1b é produzido pela transposição de um interlocutor potencial à posição de locutor, de modo explícito, ou seja, há a projeção explícita de um interlocutor. Isso decorre, possivelmente, da antecipação de uma reação da audiência - potenciais seguidores - que, em virtude da expansão tanto espacial como temporal não se acham inseridos na situação de produção do vídeo. Já em 1c, ocorre novamente a transposição de interlocutor, dessa vez, para um interlocutor atual explícito, visto que L1, tendo assumido o papel de interlocutor em 1b, reassume o papel de locução em 1c a fim de fornecer a informação solicitada. Em 1f e 1g, que compõem uma reação, o movimento de abertura é instaurado por um potencial locutor implícito. São os recursos elípticos e de polaridade que projetam o movimento pressuposto, que pode ser justificado também pela antecipação de informações provenientes de uma audiência deslocada espacial e temporalmente. Não só o locutor antecipa essa pressuposição, como instaura seu posicionamento mediante a realização de um movimento de confronto, marcando um desalinhamento em relação a qualquer audiência que atualize o papel de locutor então pressuposto.

#### Exemplo 10 - Movimentos no estágio de apresentação em vídeo de *Youtube*

Turno	Movimento	Falante	Transcrição
<b>Apresentação</b>			
1	1a	L1	//1 <b>Bem</b> -vindos ao ca/nal do I/saac
	1b		//2 <b>Mas</b> /quem /é I/saac
	1c		//1 S'eu / <b>fala</b> /meus an/jinhos
	1d		//2 Tudo /bem com vo/ <b>cês</b>
	1e		//1 Hoje /eu es/tou a/ <b>qui</b> ^ no Wal/ <b>mart</b>
	1f		//1 E / <b>não</b>
	1g		//1 ^nãõ /é publici/ <b>dade</b> ] <sup>a</sup> <sub>-b</sub>

Fonte: autoria própria.

## 4.2 A ORALIDADE no estrato léxico-gramatical

Para a discussão dos recursos léxico-gramaticais em textos orais, utilizamos como base a proposta de Halliday e Matthiessen (2014) no que concerne ao sistema de MODO, na medida em que os recursos desse sistema se fizeram necessários para a discussão da unidade de *movimento* no estrato semântico-discursivo. Ainda que o propósito desta tese não seja

analítico, seguimos, quando possível, determinados procedimentos, a partir da relevância dos elementos componentes de Modo e Resíduo para a identificação e atribuição de função aos movimentos. Buscamos: (a) Identificar a oração; (b) Identificar as subunidades de Modo, sujeito, finito, polaridade e modalidade; (c) Indicar o modo oracional e os elementos elípticos na oração; (d) Explicitar a polaridade negativa (a ausência de classificação indica que a polaridade é não marcada, ou seja, positiva). A fim de exemplificar a transcrição, disponibilizamos no apêndice o procedimento analítico das unidades léxico-gramaticais do sistema referente à narrativa ficcional.

Baseados assim nos movimentos de abertura e continuação e em seus critérios de identificação, vejamos o Exemplo 11, já apresentado no capítulo 03 desta tese.

Exemplo 11 - Apresentação dos movimentos em reconto pessoal produzido por um interactante

Falante	Turno	Movimento	Transcrição
<b>Recordação</b>			
L1	1	1a A:I:Dar inform.	Tava nu:m ] <sup>a</sup>
		1b	numa praia ] <sup>+b</sup>
		1c	e, de um lado, tinha
		1d	uma parte ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1e	de ficar, de convivência ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1f	e, do outro, tinha outra ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup> ] <sup>xb</sup>
		1g	e, de um lado, a água era salgada e, do outro lado, a água era doce
		1h M:C:P:Estender	e alguém dizia que tinha que atravessar ] <sup>a</sup>
		1i	E dizia que era tranquilo de atravessar ] <sup>a</sup> ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1j	e que do outro lado era mais bonito ] <sup>+b</sup> ] <sup>a</sup>
		1k M:C:P:Estender	mas eu tinha medo de atravessar ] <sup>a</sup>
		1l	mas era só andar ] <sup>+b</sup> ] <sup>+b</sup>

Fonte: autoria própria.

O movimento complexo de abertura do Exemplo 11, tem por função *dar uma informação factual*, que, segundo Eggins e Slade (2006, p. 194), é realizado de modo congruente por uma oração declarativa completa, sem expressões modais ou léxico avaliativo. Embora o sujeito permaneça implícito, o movimento primário instaura a responsabilidade

modal sobre *eu*, acerca do qual gira a validade da proposição *tava numa praia*. A modificação do sujeito ocorre no movimento 1h quando a responsabilidade modal do relato é deslocada para *alguém*, configurando um novo movimento, a partir do qual as negociações instauram a validade das projeções atribuídas ao novo sujeito. Em 1k, a responsabilidade modal volta a ser atribuída ao sujeito *eu*, agora explícito. Duas possibilidades de interpretação surgem para o movimento 1k: (a) considerá-lo como um movimento de continuação, a fim de fornecer mais informações, de caráter contrastivo, ou seja, as novas informações acerca do sujeito *eu* assumem relação de contraste com as informações projetadas pelo sujeito *alguém* - o foco dessa interpretação recai sobre as relações lógico-semânticas; (b) considerá-lo como um novo movimento de abertura possibilita realçar sua função - dar uma informação opinativa -, explicitando a natureza interpessoal do movimento, já que possibilita a classificação de significados atitudinais, manifestando um julgamento de capacidade (cf. Martin e White (2005) acerca do modelo da AVALIATIVIDADE).

Em termos de recursos lógico-semânticos, o Exemplo 11 apresenta majoritariamente orações paratáticas interligadas por meio de expansões, recurso lógico-semântico cujas implicações são refletidas na composição dos movimentos (EGGINS; SLADE, 2006; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Os movimentos de prolongamento decorrem, no caso, de expansões por extensões, de modo a prover informações adicionais ou contrastivas.

Desse modo, verificamos que os procedimentos de identificação de movimentos com base no sistema de MODO previsto por Eggins (1990) e ampliado por Slade (1996), principalmente, no que concerne aos movimentos complexos, são aplicáveis a outros tipos de textos instanciadores de gêneros orais. É válido salientar que a atribuição e negociação da responsabilidade modal pode variar conforme os estágios de um gênero (cf. diferença entre sujeitos nos distintos estágios da narrativa ficcional) ou mesmo conforme as estratégias interlocutivas, como no Exemplo 07. Também as relações lógico-semânticas cumprem papel relevante na caracterização de sequências, principalmente, de natureza monologal.

### **4.3 A ORALIDADE no estrato grafo-fonológico**

O estrato grafo-fonológico do nível linguístico proposto na LSF foi utilizado neste trabalho como modo de identificar os movimentos, permitindo assim delimitar as unidades semântico-discursivas. Não é nosso propósito empreender análises neste trabalho, mas apenas verificar e exemplificar a aplicação do modelo proposto. Para averiguar a coextensão das unidades semântico-discursivas, léxico-gramaticais e fonológicas, nosso procedimento no

processo de identificação consistiu em: (a) Localizar as unidades léxico-gramaticais a fim de estabelecer os limites da oração; (b) Fazer a marcação da tonicidade; (c) Fazer a marcação das pausas; (d) Reconhecer a proeminência tonal; (e) Identificar o tom com base na oscilação de ascendência e descendência em torno da unidade pretônica e tônica.

Buscamos também verificar a análise acústica no *software* PRAAT a fim de ter parâmetros mais objetivos para a identificação do tom, no entanto, fazemos a ressalva de que nem o equipamento utilizado foi o mais adequado para os parâmetros de uma análise acústica, nem as situações seguiram as orientações próprias de uma análise experimental, em especial, porque não era o objetivo desta tese. Cumpre ressaltar que o uso do software não visava pautar uma análise de natureza acústica, mas fornecer amparo à compreensão desse nível de análise.

Ressaltamos que, em razão dos passos adotados, os seguintes sistemas foram mobilizados para a identificação dos movimentos:

- (a) TONICIDADE: marcação das sílabas tônicas, identificação da proeminência tônica, identificação das unidades pretônica e tônica, definição do contorno melódico; assinalação do *foco informacional*.
- (b) TONALIDADE: delimitação dos grupos tonais; assinalação da *distribuição informacional*.
- (c) TOM: atribuição dos tons às unidades oracionais; assinalação das relações lógico-semânticas, as funções de fala e os significados avaliativos.

Os dois primeiros estão ligados prioritariamente aos significados textuais, dentre os quais se salienta o sistema semântico-discursivo de PERIODICIDADE e os léxico-gramaticais de TEMA-REMA e DADO-NOVO, em que não nos detivemos neste trabalho. No entanto, os recursos desses sistemas foram necessários para a verificação da coextensão entre um tom, uma oração e um movimento.

No que concerne à realização de significados interpessoais, Halliday e Greaves (2008) pontuam que o sistema de tom deve ser correlacionado em primeira instância ao sistema léxico-gramatical de modo, mais do que aos valores semântico-discursivos. Desse modo, buscamos verificar a congruência entre os tons, os modos oracionais e os movimentos, seguindo como parâmetro a correlação proposta pelos autores.

[...] se nós quisermos especificar o que o contraste existente entre (digamos) o tom 1 e o tom 3 significa em uma instância em particular, nós precisamos saber, não se a oração em questão está funcionando como uma declaração ou como uma oferta, mas



se a oração em questão apresenta um modo oracional declarativo ou imperativo<sup>64</sup>(HALLIDAY; GREAVES, 2008, p. 123).

Os autores propõem a partir da descrição de ocorrências em língua inglesa, as seguintes realizações:

Quadro 13 - Realizações dos movimentos por modos oracionais e tons.

FUNÇÕES DE FALA	realização pelo MODO	realização pelo TOM
declaração	declarativo	descendente (tom 1)
questão: polar	interrogativo: sim / não	ascendente (tom 2)
questão: não polar	interrogativo: QU-	descendente (tom 1)
comando	imperativo	descendente (tom 1) ou ascendente médio-baixo (tom 3)
oferta	(vários)	(vários)

Fonte: traduzido de Halliday e Greaves (2008, p. 110).

No Exemplo 12, observa-se a relação entre os modos oracionais e os tons. É preciso salientar que as relações lógicas influenciam na modificação dos tons. Isso ocorre, por exemplo, na apresentação da narrativa ficcional, em que o movimento complexo é resultado de relações de expansão por extensão. Eggins e Slade (2006) apresentam os modos congruentes referentes a cada movimento de sua rede de funções de fala e indicam que, para movimentos de abertura com funções de declaração factual, são selecionadas orações completas declarativas. Uma vez que o tom 1 expressa a realização desse modo oracional, seria de se esperar que cada unidade no movimento complexo fosse realizado pelo tom descendente. No entanto, 1a e 1b são realizados por meio de tom 4 para indicar que mais informação será acrescentada, encerrando-se no movimento 1c, congruentemente realizado pelo tom 1.

<sup>64</sup> Tradução nossa do original: “[...] if we want to specify what the contrast between (say) tone 1 and tone 3 means in a particular instance, we need to know, not whether the clause in question is functioning as statement or as offer, but whether the clause in question is declarative or imperative in mood” (HALLIDAY; GREAVES, 2008, p. 123).

## Exemplo 12 - Movimentos no estágio de apresentação em narrativa ficcional

Turno	Movimento	Falante	Transcrição
<b>Apresentação</b>			
1	1a	L1	//4 Meu /nome é K/...
	1b		//4 eu /tenho /dez /a: no
	1c		//1 eu vou con/tar a his/tória da:: /^Enro/ <u>l</u> ada

Fonte: autoria própria.

Os critérios previstos pela proposta teórico-metodológica da LSF, portanto, se aplicam à descrição de tipos de textos instanciadores dos gêneros orais. No entanto, assim como há uma expansão dos critérios lógico-semânticos potenciais para demonstrar a integração entre movimentos complexos, sequências monologais e sequências interacionais, parece-nos também que a modificação na realização dos tons em relação aos modos oracionais deve considerar a descrição dos valores lógico-semânticos.

Outros dois fenômenos que influenciam a estruturação das orações e modificam a disposição dos movimentos diz respeito aos adiamentos e adiantamentos resultado da mudança rítmica. Os aspectos entoacionais no Exemplo 12 indicam uma realização não congruente em razão do que Eggins (1990) aponta como adiamento, em que a mudança no ritmo, com o aumento das pausas, provoca uma realização também não congruente entre os sistemas de MODO e de FUNÇÕES DE FALA. Segundo a autora,

O adiamento ocorre quando um falante, por razões ligadas à dinâmica da conversa, como a falta de planejamento antecipado ou a necessidade de reafirmação, sinaliza a conclusão do movimento prosodicamente (i.e. por meio de uma pausa rítmica) em que, sintaticamente, não se antecipa um limite de movimento<sup>65</sup> (EGGINS, 1990, p. 170).

A marcação de ritmo no Exemplo 13 sinaliza diversas pausas entre um movimento e outro. Essa alta incidência de quebras no ritmo marca o que na Análise da Conversação equivale a um Lugar de Transferência de Turno. Cada pausa adia uma parte da informação, de modo que o locutor possa planejar sua fala e selecionar informações. Essa “janela” rítmica instaura a possibilidade de intervenção de outro falante. Parte da oração é adiada, assim, para um novo movimento. Como Eggins (1990) indica, a falta de planejamento na produção desse

<sup>65</sup> Tradução nossa do original: “Defer occurs when a speaker, for reasons tied up with the dynamics of conversation, such as lack of forward planning or need for reassurance, signals move completion prosodically (i.e. through a rhythmic break) where syntactically a move boundary is not anticipated” (EGGINS, 1990, p. 170).

texto e suas condições de registro influenciam a realização prosódica marcada, em que o grupo tonal não coincide com a oração em razão das pausas realizadas.

Nesse caso, cada movimento ainda que não coincida com a oração completa foi transcrito segundo a seleção para um tom e os ritmos marcados foram sinalizados. É possível observar assim a identificação de um tom para unidades menores do que a oração, como: o adjunto deslocado para o movimento 1b, em que o tom recai sobre um sintagma preposicional; o complemento deslocado para o movimento 1d, em que o tom recai sobre o sintagma nominal; e o especificador, deslocado para o movimento 1e, realizado pelos sintagmas preposicionais.

Exemplo 13 - Apresentação dos movimentos em reconto pessoal produzido por um interactante.

<b>Falante</b>	<b>Turno</b>	<b>Movimento</b>	<b>Transcrição</b>
<b>Recordação</b>			
L1	1	1a A:I:Dar inform.	//Tava nu:m
		1b	//^numa /praia
		1c	//^e de um /lado /tinha
		1d	//^uma /parte
		1e	//^de fi/car, de convi/vência
		1f	//e do /outro /tinha /outra
		1g	//^e de um /lado a /água /era sal/gada e do /outro /lado a /água era /doce
		1h M:C:P:Estender	//e al/guém di/zia que /tinha que atraves/sar
		1i	//^E di/zia que /era tran/quilo de atraves/sar
		1j	//e que do /outro /lado /era mais bo/nito
		1l	//^mas eu /tinha /medo de atraves/sar
		1m	//^mas /era só an/dar

Fonte: autoria própria.

No Exemplo 14, em termos rítmicos, ocorre um adiantamento, fenômeno inverso ao de adiamento presente no Exemplo 13. Nesse caso, o que seriam dois movimentos distintos,

1c, acabam por ser condensados em um movimento único. Essa condensação provoca uma contração não usual em língua portuguesa: *s'eu*, no lugar de *sou eu*. A contração é resultado da realização em um só movimento de duas orações, com duas funções distintas: *S'eu* cumpre a função de fala de [reação]:[resposta informativa]; *fala, meus anjinhos* inicia um movimento de [abertura] : [atendimento], cuja função é atrair a atenção da audiência. A mudança nos tons permite marcar a diferença entre as duas orações.

Exemplo 14 - Movimentos no estágio de apresentação dos movimentos em vídeos de Youtube.

Turno	Movimento	Falante	Transcrição
<b>Apresentação</b>			
1	1a	L1	//1 <b>Bem</b> -vindos ao ca/nal do I/saac
	1b		//2 <b>Mas</b> /quem /é I/saac
	1c		//1 <b>S'eu</b> /3 <b>fala</b> /meus an/jinhos
	1d		//2 Tudo /bem com vo/ <b>cês</b>
	1e		//1 Hoje /eu es/tou a/ <b>qui</b> ^ no Wal/ <b>mart</b>
	1f		//1 E / <b>não</b>
	1g		//1 ^não /é publici/ <b>dade</b>

Fonte: autoria própria.

Embora Halliday e Greaves (2008) considerem a interpretação dos tons a partir da correlação com o estrato léxico-gramatical, consideramos que os fenômenos de adiantamento e adiamento, resultado da mudança rítmica, provocam efeitos distintos no estrato semântico-discursivo por meio de movimentos e de configurações de papéis de interactantes distintos. O movimento 1c realiza, ao mesmo tempo, a transposição de um interlocutor ao papel de locutor em reação ao movimento anterior (1c em relação a 1b) e o papel de locutor atual, iniciando uma nova troca (1c em relação a 1d).

Logo, ainda que de modo bastante indicial, nossa proposta pautada nas correlações entre o sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES, o sistema de FUNÇÕES DE FALA e os recursos de sequenciação e progressão monologal/interacional parece depender das configurações rítmicas e da (não) congruência do sistema de TOM. Esse campo de investigação parece ainda bem incipiente, sendo mencionado pontualmente por Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006), mas, até onde nos foi possível mapear, ainda bastante inexplorado na LSF.

Em síntese, neste capítulo, procuramos utilizar a proposição do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES, feita no capítulo 3, para embasar critérios de descrição funcionais do sistema de FUNÇÕES DE FALA. A base empirista advinda da abordagem da EAC resulta na descrição das unidades de movimento e de sua sequenciação segundo critérios como existência e quantidade de participantes, ainda que de modo secundário. Disso decorre que a descrição de movimentos primários, iniciação e manutenção, e secundários, continuação e reação, não permite mapear sequências não continuativas em textos com um único interactante (critério empirista).

Ao pautar a descrição dos movimentos em critérios funcionais, como potencialidade interlocutiva (potenciais e atuais (in)terlocutor(es)) e transposição e pressuposição de papéis interacionais e participativos, isentamo-nos de um compromisso empírico para ancorarmo-nos na proposição de potenciais papéis a serem desempenhados pelos interactantes. Essa potencialidade é possível a partir da proposição do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES que permite prever o gerenciamento da interlocução (atribuição de papéis de locutor, interlocutor e audiência) e das funções realizadas em cada movimento (início ou manutenção de movimentos).

Para identificar e atribuir a funcionalidade das unidades semântico-discursivas, utilizamos os estratos léxico-gramatical, por meio do sistema de MODO, e grafo-fonológico, via sistemas de RITMO, TONICIDADE, TONALIDADE e TOM. Salientamos, contudo, a necessidade de aprofundar os fenômenos de adiamento e adiantamento, uma vez que sua configuração rítmica alteram a coocorrência dos grupos tonais, da unidade oracional e da seleção de tom para identificação de movimentos. Consequentemente, a configuração de movimentos e sua sequência é afetada pela modificação rítmica, o que pode interferir na realização de sequências continuativas e não continuativas. Justifica-se, pois, futuras pesquisas que investiguem esses fenômenos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens linguísticas em torno oralidade, de modo geral, parecem já ter consolidado a relevância de seu objeto, ainda que a dificuldade em delinear conceitualmente seus termos permaneça. Além do trabalho conceitual, a integração entre fenômenos (con)textuais e linguísticos ainda carece de aprofundamento descritivo e explanatório.

A ausência de consenso no uso terminológico referente aos estudos sobre oralidade se revela tanto em obras teóricas quanto em obras de consulta e de divulgação em que se faz referência a termos como *conversação*, *oralidade*, *gêneros orais*, *modalidade oral* e *fala* e a uma série de outras menções que se diferenciam pouco - quando se diferenciam.

Essa versatilidade terminológica possivelmente resulta da tentativa de ora ressaltar características e recursos próprios de situações comunicativas ancoradas no texto oral, ou seja, de seus recursos contextuais, ora do mapeamento de recursos linguísticos e de sua descrição e explicação, de modo a explicitar a gramática de textos orais. Conforme indicamos na introdução desta tese, determinadas pesquisas se debruçam sobre aspectos macrolinguísticos, ligados aos gêneros textuais, e aspectos microlinguísticos, ligados a organização dos turnos de fala, gerenciamento de tópico, pares adjacentes, truncamentos, pausas, sobreposição de vozes etc.

Diante desse quadro, motivou-nos inicialmente a conceituação da oralidade, tarefa de natureza bastante geral, mas necessária, o que já indicia a potencialidade de estudos que se abrem no âmbito sistêmico-funcional de descrição de textos orais, utilizando o aparato teórico-metodológico da LSF por proporcionar um viés integrado entre os chamados aspectos macro e microlinguísticos. A LSF, por meio das noções de estratificação, instanciação e realização, permite-nos ter uma visão holística da relação entre texto e gramática. É possível ora dar maior abrangência ao fenômeno descrito e ajustar o foco científico para observar o potencial de significados que os textos mobilizam, ora especializar o foco de análise segundo instâncias mais pontuais, que operam com um repertório de textos específico.

Partimos assim da seguinte questão geral: De que modo os tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro são descritos segundo o quadro teórico-metodológico da LSF? Nosso objetivo geral consistiu em organizar critérios contextuais e linguísticos para a descrição de textos orais dialogais e não dialogais, a fim de explicitar o processo de negociação entre os interactantes em uma dada situação comunicativa. Essa negociação garante aos textos orais, especialmente aos textos conversacionais, a frequente atribuição de serem dinâmicos, em virtude de traços de maior familiaridade, maior intimidade e do vínculo existente entre a fala dos interactantes. No entanto, as primeiras verificações em

textos orais cujo grau de dinamicidade era baixo, (p. ex. narrativas ficcionais), colocaram-nos diante de um quadro descritivo não tão transparente no que concerne à descrição de tipologias de textos orais não conversacionais, às funções desempenhadas pelos falantes e aos recursos fonológicos tão particulares a essa tipologia de textos.

Para situar as tipologias de textos conversacionais e não conversacionais de modo mais abrangente dentro da LSF, buscamos então inseri-las em um quadro conceitual mais abrangente, que permitisse sua descrição como o refinamento de instâncias mais abstratas, a de tipologias de textos orais, propondo, para isso, a sistematização da rede de escolhas da ORALIDADE.

Na busca por explicitar o lugar descritivo dos textos orais não conversacionais, empreendemos um caminho teórico a partir da questão secundária: Como se define a oralidade na abordagem da LSF? Um de nossos objetivos de pesquisa consistia em, por meio de uma definição do termo oralidade, estabelecer critérios de diferenciação entre os termos conversação, oralidade, gêneros orais, modalidade oral e fala segundo os parâmetros contextuais e linguísticos da abordagem multiestratificada da LSF.

Nossa hipótese era de que, na proposta sistêmica, sendo os gêneros textuais descritos como realizações do contexto de cultura, os gêneros orais também comungam do parâmetro contextual de análise, podendo ser analisados, segundo os processos sociais, os propósitos comunicativos e os estágios que os compõem, ao mesmo tempo em que se considerem as variáveis de registro para sua descrição. A modalidade oral figuraria especificamente como uma opção da subvariável *modo* no contexto situacional vinculada ao canal fônico. A oralidade, portanto, seria descrita como o conjunto de gêneros textuais realizados situacionalmente pelo modo oral e pelo canal fônico.

A proposição de Slade (1996) de apresentar a conversação casual como uma realização de uma instância mais abstrata, a conversação, nos colocou diante da complexidade em lidar com outras tipologias de textos orais de natureza não conversacional. Uma vez que tipos de textos orais não conversacionais se encontram no mesmo estrato contextual de tipos de textos orais conversacionais, uma entidade de natureza mais abstrata permite mapear tipos de situação, tanto de natureza mais casual quanto de natureza mais institucional. Assim, mais do que considerar a oralidade como um conjunto de gêneros textuais realizados situacionalmente por um parâmetro situacional de modo - modalidade linguística e canal -, buscamos situar a oralidade como uma instância linguística do sistema semiótico verbal, prevendo assim que o sistema de ORALIDADE é realizado pela confluência das três variáveis de registro: campo, relações e modo. Em outras palavras, tipos de situação comunicativa oral são aquelas em que

se mobilizam atividades humanas, pessoais ou institucionais, modos de partilha intersubjetivos e usos linguísticos particulares quando comparados a outros sistemas semióticos verbais e/ou não verbais.

Uma vez explicitada a natureza do sistema de ORALIDADE, nossa segunda questão específica estava centrada na descrição de textos orais conversacionais e não conversacionais, sendo assim formulada: quais recursos contextuais e linguísticos diferenciam textos orais conversacionais de textos orais não conversacionais? Nosso segundo objetivo específico estava centrado em diferenciar textos orais conversacionais e não conversacionais de modo a permitir a elaboração de uma taxonomia mais geral de textos orais.

Nossa hipótese, calcada nas propostas de Eggins (1990), Slade (1996) e Eggins e Slade (2006), considerou a oposição entre textos orais conversacionais (TOC) e não conversacionais (TOnC) a partir da relação, também opositiva entre: ausência de hierarquia (TOC) vs. manutenção das relações de hierarquia (TOnC); ausência de controle de tópico discursivo (TOC) vs. controle de tópico discursivo; propósito comunicativo pautado na partilha de valores e experiências sociais (TOC) vs. propósito pragmático, isto é, orientado para um fim (TOnC).

No entanto, considerar tais critérios para descrever uma tipologia geral de textos orais não nos pareceu geral o suficiente para abranger determinadas tipos de textos não conversacionais. Consideramos então o estabelecimento de critérios situacionais a partir das variáveis de registro para definir a rede de escolhas do sistema de ORALIDADE a partir da qual os diversos tipos de textos orais podem ser descritos.

Propomos, assim, que o sistema de ORALIDADE seja descrito a partir da correlação entre três subsistemas, formulados a partir das subvariáveis de registro propostas pela LSF: (a) PAPÉIS DE INTERACTANTES, configurada a partir da variável *relações*; (b) COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL, configurada a partir da variável *modo*; (c) ATIVIDADES, configurada a partir da variável *campo*.

A rede de escolhas do sistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES permite mapear as funções institucionais, interacionais e participativas desempenhadas pelos interactantes nos diversos tipos de textos orais. O sistema de COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL apresenta as possibilidades de contração - limitação e redução - e expansão - ampliação e alternância - espaço-temporais, ancorados no canal fônico. O sistema de ATIVIDADES permite estabelecer os tipos de ação social envolvidas na circulação de textos orais.

Estabelecidos os critérios contextuais e linguísticos, nossa terceira questão de pesquisa foi motivada pela explicitação da integração entre os diferentes estratos por meio da



consequente realização de variáveis contextuais por unidades semântico-discursivas, léxico-gramaticais e expressivas. A questão consiste em: Como ocorre a estratificação entre os níveis contextuais e linguísticos no que diz respeito a seus aspectos interpessoais em tipos de textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro? Nosso terceiro objetivo de pesquisa buscava descrever a estratificação dos níveis contextuais e linguísticos relativos aos significados interpessoais em textos instanciadores de gêneros orais em português brasileiro.

A partir de nossa terceira questão, julgamos que a aplicação do sistema de FUNÇÕES DE FALA seria viável para a descrição de diversos tipos de textos orais. Desse modo, estabeleceu-se a organização semântico-discursiva dos textos orais por meio da unidade de movimento, cabendo ao analista identificá-la, descrever suas funções, demonstrar sua relação com outras unidades dentro da rede de FUNÇÕES DE FALA e explicitar a organização de movimentos complexos a partir de sua sequenciação. A fim de identificar o movimento, aplicam-se dois procedimentos: (i) verificação da coextensão do movimento às unidades oracionais, descritas a partir do sistema de MODO; (ii) verificação da coextensão do movimento às unidades expressivas e da seleção de recursos do sistema de TOM, definidos a partir de sua relação com os sistemas de TONALIDADE, TONICIDADE e RITMO.

Os recursos previstos pela teoria se mostraram aplicáveis à descrição de tipos de textos instanciadores de gêneros orais no que concerne aos sistemas de MODO e de TOM, TONALIDADE, TONICIDADE e RITMO. É preciso considerar, no entanto, que os recursos expressivos promovem, sim, influências na organização das classes de movimentos, conforme se manifestem mudanças no ritmo, em razão de pausas ou de aceleramentos, e na curva melódica, sendo atribuídos tons a unidades maiores ou menores do que a oração. Tal questão, no entanto, carece de um maior aprofundamento teórico e analítico.

Em nossa proposta, verificamos que o critério de descrição calcado na transferência de turnos gera um problema descritivo das sequências continuadas e não continuadas. Propomos nesse trabalho que o sistema de FUNÇÕES DE FALA seja descrito a partir das correlações disponíveis no subsistema de PAPÉIS DE INTERACTANTES. Essa proposta desloca a atenção do pesquisador de critérios mais empiristas para critérios mais funcionais na medida em que tenta explicar o processo de negociação em textos orais a partir de funções atualizadas ou potencializadas de que o falante lança mão para construir seu texto.

O arranjo funcional no âmbito contextual nos permite, desse modo, rever os critérios de classificação das unidades semântico-discursivas, distinguindo movimentos primários e secundários em razão dos papéis interacionais e participativos realizados pelo falante. Isso nos permitiu descrever sequências continuativas, constituídas monologicamente, e

sequências não continuativas, constituídas dialogalmente, em razão dos papéis atribuídos aos interactantes e não em virtude do interactante *em si*.

Acreditamos que nossa proposta fornece alguns caminhos na descrição da oralidade em português brasileiro por lançar luz sobre o modo de funcionamento de uma tipologia de textos mais abrangente. É certo que diversos pontos permanecem opacos e merecem maior aprofundamento teórico-metodológico em pesquisas futuras. Dentre essas possibilidades, parece-nos bastante produtivo verificar a correlação entre os papéis sociais e a rede de escolhas de FUNÇÕES DE FALA, uma vez que nos centramos em pontuar a relevância dos papéis interacionais e participativos na classificação dos movimentos.

O aprofundamento e refinamento dos outros dois subsistemas de ORALIDADE, COERCITIVIDADE CIRCUNSTANCIAL e ATIVIDADE, bem como sua aplicação em *corpora* também nos parece um campo de investigação bastante profícuo, permitindo explorar características de textos orais em geral a partir de configurações espaço-temporais advindas das novas tecnologias.

A explicitação do sistema de atividades pode auxiliar a mapear ações sociosemióticas em textos orais, verificando, dentre outras coisas, como os recursos dos sistemas de ideação são focalizados e dispostos na cadeia rítmica do texto e como isso se distribui ao longo dos estágios de um dado gênero oral.

Salientamos também que os aspectos ligados à configuração do gênero também podem ser aprofundados, no que concerne à descrição de seus estágios, das funções de fala característica de cada um, dos recursos de modo empreendidos e dos padrões fonológicos, permitindo, talvez, prever uma organização retórica em razão das redes de escolhas presentes nos níveis linguísticos.

Esperamos, com isso, ampliar o aparato conceitual, metodológico e analítico para a descrição de uma tipologia de textos orais em língua portuguesa. O modelo aqui proposto representa um esforço na tentativa de contribuir com as pesquisas em torno da oralidade e das pesquisas em Linguística Sistêmico-Funcional, passível de refinamentos e aprofundamentos em trabalhos vindouros.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BARBOSA, Maria do Rosário da Silva Albuquerque. **Conte uma história**: um estudo de gêneros na escola sob a ótica da lingüística sistêmico-funcional. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BOSSAGLIA, G.; CAVALCANTE, F.; RASO, T. **Minicorpus de português brasileiro falado informal**. Disponível em: <<http://www.c-oral-brasil.org>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de fonética do português brasileiro**. 1981. 192 f. Tese (Livre-docência) - Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1981.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de fonética do português brasileiro**. São Paulo: Paulistana, 2007.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Entoação e fonologia. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 41 (1), p. 8-22, jan-abr. 2012.
- CARVALHO, Mariane; GEMENTI, Mariana Moretto; CAGLIARI, Luiz Carlos. Uma análise interpretativa dos valores acústicos e auditivos dos padrões entoacionais de alguns dados do Português Brasileiro. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE PROSÓDIA DA FALA, 3., Belo Horizonte, 2011. **Anais...** Belo Horizonte, v.1., 2011, p. 32-38.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- DOLZ, Joaquim; BUENO, Luzia Gêneros orais e gêneros produzidos na interface escrito-oral: o discurso de formatura no ensino fundamental e sua contribuição para o letramento escolar. In: BUENO, L.; COSTA-HÜBES, T. **Gêneros Orais no Ensino**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 117-137.
- DUBOIS, Jean et. al. **Dicionário de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.
- EGGINS, Suzanne Elizabeth Raine. **Keeping the conversation going**: A systemic-functional analysis of conversational structure in casual sustained talk. 1990. 312 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística – Universidade de Sydney, Sydney, 1990.
- EGGINS, Suzanne Elizabeth Raine; SLADE, Diana. **Analysing Casual Conversation**. 2. ed. Equinox Publishing, 2006.

FERREIRA, Elaine Cristina Forte. **A oralidade como objeto de ensino**: por uma perspectiva de desenvolvimento da língua oral a partir do gênero debate. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FIGUEREDO, Giacomo Patrocínio. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro**: contribuições para os estudos multilíngues. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual**: essays in face-to-face behavior. New Jersey: Transaction Publishers, 2005[1967].

HALL, Edward Twitchell. **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio D'Água, 1986.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. 3. reimp. Baltimore: Edward Arnold, 1984.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Spoken and written language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Construing experience through meaning**: a language-based approach to cognition. New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; GREAVES, William Southworth. **Intonation in grammar of English**. London, Oakville: Equinox Publishing, 2008.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. **An introduction to functional grammar**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2014.

HASAN, Ruqaiya. The nursery tale as a genre. In: HASAN, R. **Ways of saying**: Ways of meaning - Selected papers of Ruqaiya Hasan. London: Bloomsbury Publishing, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo? **Linha d'Água**, n. 15, p.41-62, setembro, 2001a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, James Robert. **English text** – System and structure. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Working with discourse**: meaning beyond the clause. 2. ed. London: Continuum, 2007.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Genre relations**: mapping culture. London: Equinox Publishing Ltd., 2008.

MARTIN, James R.; WHITE, Peter R. R. **Language of evaluation**: appraisal in English. London, New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MUNIZ-LIMA, Isabel. **Modos de interação e gêneros do discurso**. Fortaleza, 2019. Slides.

NURC - PROJETO NORMA URBANA CULTA. **Inquérito 47**. Rio de Janeiro, RJ, 1973. Disponível em: <[http://nurcrj.letras.ufrj.br/corpora/d2/d2\\_147.htm](http://nurcrj.letras.ufrj.br/corpora/d2/d2_147.htm)>. Acesso em: 20 maio 2019.

PARISE, Silmara Souza. **A fala-em-interação e o desacordo sob a perspectiva da linguística sistêmico-funcional**. 2015. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PLUM, Guenter A. **Text and contextual conditioning in spoken English**: a genre-based approach. 2004 [1988]. 419 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Artes e Departamento de Linguística, Universidade de Sydney, Sydney, 2004 [1988].

POYNTON, Cate McKean. Forms and functions: names as vocatives. **Nottingham Linguistic Circular**, vol. 13, p. 1-34, 1984.

POYNTON, Cate McKean. **Address and the Semiotics of Social Relations**: a systemic-functional account of address forms and practices in Australian English. 1990. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Linguística, Universidade de Sydney, Sydney, 1990.

PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999.

SILVA, Wagner Rodrigues. Considerações sobre o contexto de cultura na Linguística Sistêmico-Funcional. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 17., João Pessoa, 2014. **Anais...** João Pessoa, 2014, p. 1991-2003.

SILVA, Wagner Rodrigues; ESPINDOLA, Elaine. Afinal, o que é gênero textual na Linguística Sistêmico-Funcional? **Revista da Anpoll**, n. 34, p. 259-307, Florianópolis, Jan./Jun. 2013.

SILVA, Samuel da. **A interferência da modalidade oral no texto escrito**: um enfoque da linguística sistêmico-funcional. 2017. 114 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SLADE, Diana. **The texture of casual conversation**: a multidimensional interpretation. 1996. 309 f. Tese (Doutorado em Semiótica) – Universidade de Sydney, Sydney, 1996.

SOARES, João Paulo. **Comunicação oral em português em congressos de Linguística Aplicada**: estrutura genérica e escolhas léxico-gramaticais sob a perspectiva sistêmico-funcional. 2014. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUSA, Camila Stephane Cardoso. **A gradação em narrativas infantis**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

VENTOLA, Eija. The structure of casual conversation in English. **Journal of Pragmatics**, n. 3, p. 267-298, 1979.

VIAN Jr., Orlando; MENDES, Wellington Vieira. O sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. **Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 163-186, jan./jun. 2015.

**APÊNDICE A - APLICAÇÃO DE ANÁLISE AO GÊNERO *NARRATIVA FICCIONAL***

<b>Estágio</b>	<b>Turno</b>	<b>Movimento</b>	<b>Falante</b>	<b>Transcrição</b>
<b>Apresentação</b>				
	1	1a	L1	(i) //Meu /nome é <u>K</u> /...
		1b		(ii) // ^eu /tenho /dez / <u>a</u> :no
		1c		(iii) // ^eu vou con/tar a his/tória da:: / <sup>^</sup> Enro/ <u>l</u> ada..
<b>Orientação</b>				
		1d		(iv) //era uma /vez uma cri/ança / ^que era bebe/ <u>z</u> inha
		1e		(v) // ^e os /pai /dela era um /rei e uma ra/inha
		1f		(vi) //aí tinha uma /bruxa muito /mal (vii)/ ^que gos/tava duma /plan::ta...
		1g		(viii) //aí /ela pe/gou a /bruxa escond/deu essa /planta
		1h		(ix) //a/i o/ ^os guar/dinhas do cas/telo / ^do cas/telo (x) es/tava procu/rando a /planta para a ra/inha to/mar quando a / ^filha dela nas/cer
		1i		(xi) //a/i / ^a /filha /dela (xii) a / ^planta /era (xiii) / ^a /planta era::
		1j		(xiv) //como /era o /nome da/quilo é:..
	2	2	L2	(xv) //vene/nosa?
	3	3	L1	(xvi) //não (xvii) /era::
	4	4	L3	(xviii) //car/nívora?
	5	5a	L1	(xix) //nÃO, era:: ^ encan/tada

- (xx) a /planta era encan/tada
- 5b (xxi) //aí a ra/inha to/mou
- (xxii) // ^ e a /filha dela nas/ceu  
com os ca/belos /grandes

### Complicação1

- 5c (xxiii) //aÍ.. a /bruxa pe/gou  
pra usar o po/der dos ca/belos  
da:: / ^ da Enro/lada//
- 5d (xxiv) //pegou e da rapun/zel  
/^ pegou e / ^ tomou a me/nina  
do /rei e da ra/inha//
- 5e (xxv) //aí ela cres/ce:::u//
- 5f (xxvi) //ela fi/cou numa  
/to:::rre//
- 5g (xxvii) //aí a ela/^ aí a /bruxa se  
di/zia /ser a /mãe /dela//
- 5h (xxviii) //ela cha/mava /ela de  
/mãe//
- 5i (xxix) //ela pe/dia um /dia  
/^ ela pe/dia a /bruxa pra /ver  
/^ as es/telas que o /rei e a  
ra/inha sol/tava em  
home/nagem a /ela.//
- 5j (xxx) //aí a ra/inha não  
dei/xou//

### Complicação2

- 5k (xxxi) //aí pegou veio um  
/príncipe//
- 5l (xxxii) //é /príncipe né / ^ ele  
/tia?
- (xxxiii) a/quele / ^ o::: José//
- 5m (xxxiv) //veio o Jo/sé//
- 5n (xxxv) //e pegou e/^ e fa/lou  
as/sim ó//
- 5o (xxxvi) //desça da/i//



5p	(xxxvii) //aí ela sol/ <u>tou</u> os ca/ <u>belos de</u> :la//
5q	(xxxviii) //ela se enro/ <u>lou</u> //
5r	(xxxix) //aí ele pegou e / <u>tava</u> com a / <u>bolsa</u> //
5s	(xl) //aí / <u>dentro</u> da / <u>bolsa</u> tinha a co/ <u>roa</u> / <u>que</u> a ra/ <u>inha</u> / <u>deu</u> pra filha / <u>dela</u> que / <u>era</u> a Enro/ <u>lada</u> ..//
5t	(xli) //aí a rainha pe/ <u>gou</u> e / <u>deu</u> pra / <u>filha</u> dela//
5u	(xlii) //aí ele / <u>tava</u> com / <u>essa</u> co/ <u>roa</u> //
5v	(xliii) // <u>aí</u> ele tinha / <u>dois</u> amigo ladrão//
5w	(xliv) //ele / <u>era</u> la/ <u>drão</u> também..//
5x	(xlv) //a/ <u>í</u> mas só que /ele começou a gos/ <u>tar</u> dela//
5y	(xlvi) //pas/ <u>saram</u> por um bo/ <u>cado</u> de pe/ <u>rigo</u> ...//

---

### Resolução 2

5z	(xlvii) //aí eles che/ <u>garam</u> à ci/ <u>dade</u> do cas/ <u>telo</u> ..//
----	---

---

### Complicação 1

5aa	(xlviii) //aí a mãe dela pe/ <u>gou</u> e foi a/ <u>trás</u> / <u>dela</u> ..//
5ab	(xlix) //(trou)xe / <u>ela</u> de / <u>novo</u> pra / <u>torre</u> ..//
5ac	(l) //aí a mãe / <u>dela</u> / <u>trouxe</u> //
5ad	(li) //aí o/o Jo/ <u>sé</u> a /mãe / <u>dela</u> ta/cou a / <u>faca</u> / <u>nele</u> //
5ae	(lii) //porque ela não que/ria que ela as/ <u>ísse</u> de dentro da / <u>torre</u> //

---

### Resolução 1

	5af		(lii) //e <u>le</u> pegou e le/vou e/ <u>la</u> pra / <u>fora</u> / ^ enten/ <u>deu</u> ?//
	5ag		(liv) //a <u>í</u> ela /e <u>le</u> pegou e cor/ <u>tou</u> os ca/ <u>belos</u> / <u>dela</u> //
	5ah		(lv) //a <u>í</u> a mãe dela pe/ <u>gou</u> e mor/ <u>reu</u> //
	5ai		(lvi) //cortou os cabelos / <u>dela</u> //
	5aj		(lvii) //os ca/ <u>belos</u> / <u>dela</u> /era / <u>preto</u> //
	5ak		(lviii) //era / <u>louro</u> a <u>í</u> ficou / <u>preto</u> //
	5al		(lix) //por/ <u>que</u> a / <u>planta</u> era amarela//
	5am		(lx) //e deixa o cabelo / <u>dela</u> / <u>preto</u> com o po/ <u>der</u> ..//
	5an		(lxi) //a <u>í</u> ela pe/ <u>gou</u> foi pra ci/ <u>dade</u> //
	5ao		(lxii) //ele le/ <u>vou</u> ela lá pro cas/ <u>telo</u> da/ ^ ra/ <u>inha</u> //
	5ap		(lxiii) //a <u>í</u> pegou o/ ^ o:: aqueles / <u>homem</u> os <u>gladia</u> / <u>dor</u> é?
			(lxiv) a/queles que fica / <u>lá</u> no pa/ <u>lácio</u> //
6	6	L3	(lxv) //os / <u>guardas</u> ?//
7	7a	L1	(lxvi) //o guardas pe/ <u>gou</u> e chegou lá no rei..//
	7b		(lxvii) //e fa/ <u>lou</u> pra ele que se encon/ <u>traram</u> a filha dele..//
	7c		(lxviii) //a <u>í</u> ele pe/ <u>gou</u> e foi lá / <u>ver</u> se /ela era / <u>mesmo</u> //
	7d		(lxix) //a mãe dela conhe/ <u>ceu</u> ela..//

---

**Avaliação**

7e (lxx)//aí vi/veram feliz pra  
/sempre no cas/telo//

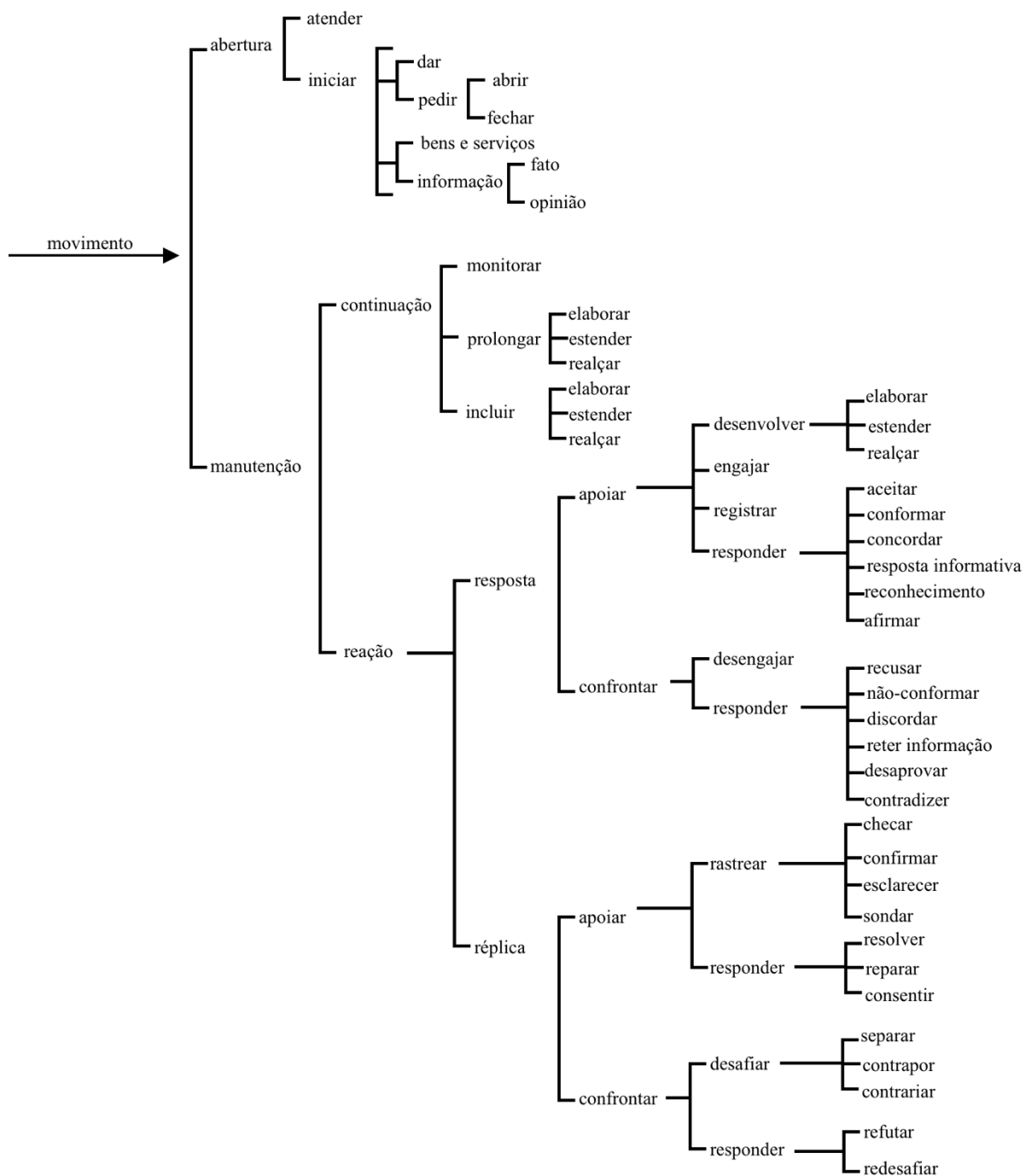
**APÊNDICE B - APLICAÇÃO DE ANÁLISE DO SISTEMA DE MODO AO GÊNERO  
NARRATIVA FICCIONAL**

Turno/Falante	Oração	Sujeito	Modo	Polaridade
1/L1	i	Meu nome	declarativo	
	ii	eu	declarativo	
	iii	eu	declarativo	
	iv	uma criança	declarativo	
	v	os pai dela	declarativo	
	vi	ø	declarativo	
	vii	(uma bruxa muito mal)	declarativo	
	viii	ela/a bruxa	declarativo	
	ix	o/os guardinha do castelo	declarativo	
	x	(o/os guardinha do castelo)	declarativo	
	xi	a filha dela	declarativo	
	xii	a planta	declarativo	
	xiii	a planta	declarativo	
	xiv	o nome daquilo	interrogativo	
2/L2	xv	(a planta / o nome daquilo)	interrogativo	
3/L1	xvi	(a planta / o nome daquilo)	declarativo	Negativa
	xvii	(a planta / o nome daquilo)	declarativo	
4/L3	xviii	(a planta / o nome daquilo)	interrogativo	
5/L1	xix	(a planta / o nome daquilo)	declarativo	Negativa
	xx	a planta	declarativo	
	xxi	a rainha tomou	declarativo	
	xxii	a filha dela	declarativo	

	xxiii	a bruxa	declarativo	
	xxiv	(a bruxa)	declarativo	
	xxv	ela	declarativo	
	xxvi	ela	declarativo	
	xxvii	ela/a bruxa	declarativo	
	xxviii	ela	declarativo	
	xxix	ela / o rei e a rainha	declarativo	
	xxx	a rainha	declarativo	
	xxxi	∅ / um príncipe	declarativo	
	xxxii	ele	interrogativo	
	xxxiii	o José	declarativo	
	xxxiv	o José	declarativo	
	xxxv	(o José)	declarativo	
	xxxvi	∅	imperativo	
	xxxvii	ela	declarativo	
	xxxviii	ela	declarativo	
	xxxix	ele	declarativo	
	xl	∅ / a rainha / a filha dela	declarativo	
	xli	a rainha	declarativo	
	xlii	ele	declarativo	
	xliii	ele	declarativo	
	xliv	ele	declarativo	
	xlv	ele	declarativo	
	xlvi	(eles)	declarativo	
	xlvii	eles	declarativo	
	xlviii	a mãe dela	declarativo	
	xlix	(a mãe dela)	declarativo	
	l	a mãe dela	declarativo	
	li	a mãe dela	declarativo	

	lii	ela/ela	declarativo	
	liii	ele	declarativo	
	liv	ele	declarativo	
	lv	a mãe dela	declarativo	
	lvi	(a mãe dela)	declarativo	
	lvii	os cabelos dela	declarativo	
	lviii	(os cabelos dela)	declarativo	
	lix	a planta	declarativo	
	lx	(a planta)	declarativo	
	lxi	ela	declarativo	
	lxii	ele	declarativo	
	lxiii	ø / aqueles homem / os gladiador	interrogativo	
	lxiv	aqueles	declarativo	
	lxv	os guardas	interrogativo	
	lxvi	o guardas	declarativo	
	lxvii	(o guarda)	declarativo	
	lxviii	ele	declarativo	
	lxix	a mãe dela	declarativo	
	lxx	(eles)	declarativo	

### ANEXO A - SISTEMA DE FUNÇÕES DE FALA



Fonte: traduzido e adaptado de Eggins e Slade (2006).